



**Maurício de Oliveira Montojos**

**Direito à moradia e o processo de  
construção do Arco Metropolitano do  
Rio de Janeiro: o caso das remoções em  
Vila de Cava, Nova Iguaçu**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio  
como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Rafael Soares Gonçalves

Rio de Janeiro  
Agosto de 2018



**Maurício de Oliveira Montojos**

**Direito à moradia e o processo de  
construção do Arco Metropolitano do  
Rio de Janeiro: o caso das remoções em  
Vila de Cava, Nova Iguaçu**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de  
Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da  
PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo  
assinada

**Prof. Rafael Soares Gonçalves**

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Prof. Valéria Pereira Bastos**

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

**Prof. Manoel Ricardo Simões**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia  
(IFRJ)

**Profº Augusto Cesar Pinheiro da Silva**

Vice-Decano Setorial de Pós-Graduação do Centro  
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2018.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

### **Maurício de Oliveira Montojos**

Graduou-se e Licenciou-se em Geografia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 2010. Atua como professor dos ensinos fundamental e médio, na rede pública do Estado do Rio de Janeiro.

#### Ficha Catalográfica

Montojos, Maurício de Oliveira

Direito à moradia e o processo de construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: o caso das remoções em Vila de Cava, Nova Iguaçu / Maurício de Oliveira Montojos; orientador: Rafael Soares Gonçalves. – 2018.

114 f. : il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Direito à moradia. 3. Remoções. 4. Arco Metropolitano do rio de Janeiro. I. Gonçalves, Rafael Soares. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Dedico esta dissertação a cada um dos participantes da pesquisa que me incentivaram e acreditaram no meu trabalho.

## Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Rafael Soares Gonçalves, pela confiança, estímulo e parceria para a realização deste trabalho.

A CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora.

Aos professores e funcionários do departamento de Serviço Social da PUC-Rio, sem eles nada disso seria possível.

A minha mãe, Francisca, pela presença e amor.

A minha companheira, Geiza Soares, pelo amor, apoio e paciência.

Ao meu filho, Raul S. Montojos, pelo companheirismo de todas as horas.

Aos meus amigos, Renato Abreu e Marcelo Magalhães, por todo apoio.

Ao professor Leandro D. de Oliveira, pelas importantes contribuições e palavras de apoio.

As minhas amigas de turma da PUC-Rio, em especial a Lorena, Wanda e Mônica, que me acompanharam de perto durante toda essa saga, meu eterno carinho a todas essas guerreiras.

Aos meus alunos e amigos professores que me motivaram ao longo dessa jornada.

Aos moradores de Vila de Cava, Joedson Sandro e equipe do Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu.

## Resumo

Montojos, Maurício de Oliveira; Gonçalves, Rafael Soares. **Direito à moradia e o processo de construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: o caso das remoções de Vila de Cava, Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro, 2018, 114p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Sabe-se que a construção de estradas é uma atividade que produz alterações consideráveis nas características naturais das regiões. Neste caso, o acompanhamento e a pesquisa sobre a implementação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro - AMRJ tornam-se as principais ferramentas para garantir a preservação dos recursos naturais locais e executar o projeto em consonância com as legislações ambientais vigentes, bem como, garantir uma série de direitos descritos nos estatutos e leis presentes nas três esferas de governamentais. Com o intuito de que a população atingida possa se utilizar destas informações e garantir seus interesses na tomada de medidas que minimizam os prováveis impactos socioambientais, o presente trabalho visa compreender como se deram os impactos da abertura do Arco Metropolitano sobre a população removida do bairro Vila de Cava (Nova Iguaçu). Para isso, vamos analisar as formas de mobilização política dos moradores de Vila de Cava contra as remoções, numa tentativa de identificar as violações de direitos através do processo de remoções ocasionadas pelo AMRJ. Para tal, partiremos das hipóteses de que houve violação dos direitos dos moradores durante o processo de remoção, com indícios de sonegação de informações, assédio e coação para forçá-los a aceitar as indenizações oferecidas e apesar do discurso de que o Arco Metropolitano traria melhorias à população, os moradores que foram removidos encontram-se em piores condições de moradia.

## Palavras-chave

Direito à Moradia; Remoções; Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

## Abstract

Montojos, Maurício de Oliveira; Gonçalves, Rafael Soares (Advisor). **Right to housing and the process of construction of the Metropolitan Arco of Rio de Janeiro: the case of the removals in Vila de Cava, Nova Iguaçu.** Rio de Janeiro, 2018. 114p. MSc. Dissertação de Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

It is known that the construction of roads is an activity that produces considerable changes in the natural characteristics of the regions. In this case, monitoring and research on the implementation of the AMRJ become the main tools to ensure the preservation of local natural resources and to execute the project in accordance with the current environmental legislation, as well as to guarantee a series of rights described in the bylaws and laws present in the three spheres of government. With the intention that the affected population can use this information and ensure their interests in taking measures that minimize the probable socio-environmental impacts, the present work aims to understand how the impacts of the opening of the Metropolitan Arch on the population removed from the Vila neighborhood of Cava (Nova Iguaçu). For this, we will analyze the forms of political mobilization of the residents of Vila de Cava against the removals, in an attempt to identify the violations of rights through the process of removals caused by the AMRJ. To do so, we will assume that there was a violation of the rights of the residents during the removal process, with indications of information evasion, harassment and coercion to force them to accept the indemnities offered and despite the discourse that the Metropolitan Arch would bring improvements to the population, the residents who were removed are in worse housing conditions.

## Keywords

Right to Housing; Removals; Metropolitan Arc of Rio de Janeiro.

# Sumário

1	Introdução	12
2	O Direito à moradia e a questão urbana na Baixada Fluminense	16
2.1	Um breve olhar sobre as rupturas e permanências das políticas urbanas e de habitação e suas relações com os processos de remoção ao longo dos últimos anos	16
2.2	A gênese do conceito de Baixada Fluminense e sua integração à Região Metropolitana	23
2.2.1	Do conceito de Baixada Fluminense a definição de seu território	27
2.2.2	A integração da Baixada Fluminense à Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ)	33
2.3	A questão urbana e habitacional na Baixada Fluminense e Região Metropolitana	35
3	O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro	43
3.1	Arco Metropolitano: Breves considerações acerca dos contextos histórico, político e econômico	43
3.2	A relação das grandes obras e mobilizações coletivas no contexto dos megaeventos no Brasil e seus impactos sobre a cidade	53
3.3	Os impactos do AMRJ sob a área da Baixada Fluminense, Nova Iguaçu e Vila de Cava	64
4	Violações do direito à moradia em Nova Iguaçu no contexto do Arco Metropolitano (Estatutos da Cidade, Metrôpole e Plano Diretor de Nova Iguaçu).	68
4.1	O que diz a legislação? (Estatutos da Cidade e da Metrôpole)	68
4.2	O Plano Diretor da Cidade de Nova Iguaçu e a questão da moradia	83
4.3	O caso das remoções em Vila de Cava - Participação e resistência no caso das remoções causadas pelo AMRJ em Vila de Cava	87
5	Considerações Finais	101
6	Referências bibliográficas	103
7	Apêndices	111
7.1	Roteiro de entrevista semiestruturada	111
7.2	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	113



## Lista de Ilustrações

Figura 1	Venda de lotes de terras na Baixada Fluminense	27
Figura 2	Região Metropolitana para a TurisRio	32
Figura 3	Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro pelo IBGE	33
Figura 4	Região de Governo Metropolitana do Rio de Janeiro pela Fundação CEPERJ.	34
Figura 5	Mapa da Região metropolitana do Rio de Janeiro	47
Figura 6	Mapa de Segmentos do Arco Metropolitano	49
Figura 7	Matéria Jornal Extra (06/09/2001)	90
Figura 8	Paróquia de São Sebastião	91
Figura 9	Casa de Seu Eugênio e D. Emília	94
Figura 10	Passarela da Rua Maria Custódia	96
Figura 11	Destaque da rua em frente à casa de D. Emília e Seu Eugênio até a interseção (PI)	98

## Lista de Abreviaturas e Siglas

AMRJ	Arco Metropolitano do Rio de Janeiro
APA	Área de Proteção Ambiental
BNH	Banco Nacional de Habitação
Cedae	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio
CEHAB-RJ	Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
CEPERJ	Centro Estadual de Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CDHNI	Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu
CHISAM	Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio
CIDE	Centro de informações e dados do Rio de Janeiro
CODESCO	Companhia de Desenvolvimento de Comunidade
COHAB	Companhia de Habitação Popular
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro
COPPE/ UFRJ	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
DER-RJ	Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
EFL	Estrada de Ferro Leopoldina
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
FAFEG Guanabara	Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara
FAO/USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

FAU/UFRJ	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FUNDREM	Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPUR/ UFRJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDAM	Plano Diretor do Arco Metropolitano
PDP	Plano Diretor Participativo
PIB	Produto Interno Bruto
PPPs	Parcerias Público-Privadas
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SEDEB	Secretaria da Baixada Fluminense
SEDEBREM	Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana
TJRJ	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
TurisRio	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

# 1

## Introdução

Como morador da Baixada Fluminense e professor da rede pública de ensino nesta região, tenho observado os impactos das políticas públicas e, conseqüentemente, aqueles debatidos em sala de aula com meus alunos. O interesse por essa pesquisa nasce em sala de aula, no momento em que chega às minhas mãos o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, por meio de pesquisa realizada pelos alunos do CIEP 317 Aurélio Buarque de Holanda, em Engenho Pequeno, Nova Iguaçu.

O presente trabalho tem como finalidade compreender os impactos da obra de abertura do Arco Metropolitano Rio de Janeiro sob a população do bairro Vila de Cava em Nova Iguaçu. Para isso, vamos investigar as formas de mobilização política dos moradores de Vila de Cava contra as remoções, em uma tentativa de identificar as violações de direitos geradas pelo processo de remoções ocasionadas por esta obra. Para tal, partiremos das hipóteses de que houve violação dos direitos dos moradores durante o processo de remoção, com indícios de sonegação de informações, assédio e coação para forçá-los a aceitar as indenizações oferecidas.

A pesquisa de abordagem qualitativa e natureza aplicada procurou compreender, graças a este estudo de caso, os desdobramentos dos impactos causados pela abertura do Arco Metropolitano sobre a população atingida nas áreas de remoções no bairro de Vila de Cava, Nova Iguaçu. Com isso, ressalta-se que os recortes, tanto temáticos quanto espaciais, expostos acima deram a viabilidade necessária para a realização do trabalho, principalmente, pela opção do estudo de caso, que possibilitou a ida ao campo com mais facilidade do que seria a análise de todas essas questões ao longo da estrada.

A opção pelo método do estudo de caso, deve-se, principalmente, ao sucesso desta metodologia usada por outros autores, entre eles, Willian F. Whyte (2005), que, ao desenvolver o método de “observação participante”, escreve um guia elucidativo para pesquisas de campo em áreas urbanas. Dentre os desafios do método da observação participante, o autor aponta fazer uso de todos os sentidos e, principalmente, saber perguntar e não perguntar na hora certa

(Whyte, 2005). Todavia, no decorrer da pesquisa, devido às dificuldades de acesso e locomoção ao local pesquisado, o movimento metodológico na busca da “observação participante” ficou muito prejudicado, porém, mesmo com as dificuldades encontradas, foi perfeitamente possível utilizar-se da investigação através da metodologia de pesquisa do estudo de caso, que, segundo Gil (2008), se caracteriza por investigar situações da vida real que não estão claramente estabelecidas; retratar situações em contexto de determinada investigação; e esclarecer as variáveis causais de determinado fenômeno.

A pesquisa se inicia com o estudo do conceito de direito à moradia e da análise histórica das políticas urbanas e de habitação, procurando compreender os avanços e retrocessos destes temas, principalmente, para relacioná-los aos processos históricos de remoções. No mesmo capítulo, procuramos definir o conceito de “Baixada Fluminense”, que utilizaremos na pesquisa, bem como entender de que forma essa região foi integrada ao longo do tempo à região metropolitana do estado Rio de Janeiro, para, enfim, reconhecer as questões urbanas e habitacionais destas áreas.

No segundo capítulo, apresentaremos, de forma breve, os principais contextos históricos, políticos e econômicos da implantação do Arco Metropolitano, para isto, nos apoiaremos nos trabalhos pioneiros sobre o Arco Metropolitano como, por exemplo, a obra organizada por Vera Regina Tângari, Andrea Queiroz Rego e Rita de Cássia Montezuma (2012). No qual, as autoras trazem um importante acervo de imagens e mapas temáticos, além de analisar e apontar conflitos dos mais diferentes matizes gerados pela implantação desse grande investimento logístico rodoviário. A publicação é organizada em três partes, contando, na segunda parte, com dois capítulos dedicados especificamente ao desenvolvimento econômico, transportes e redes da cidade de Nova Iguaçu, ressaltando os aspectos das centralidades e as integrações/fragmentações da cidade após a implantação do Arco Metropolitano.

Outro estudo encontrado, nesse sentido, é a dissertação de Ticianne Ribeiro de Souza, apresentada, em 2015, à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAO/USP). Intitulada “O papel da Ideologia na expansão urbana: a questão econômica e os impactos sócio ambientais do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro”, a dissertação tem como objetivo analisar a influência do discurso neodesenvolvimentista na implementação do Arco Metropolitano (Souza, 2015). Ao longo de cinco capítulos, a autora traz uma contextualização histórico-política do

neodesenvolvimentismo e seus impactos ambientais, descreve a conjuntura política econômica, a qual o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro foi lançado, realizando um contraponto entre os Planos Diretores das cidades atingidas pelo Arco Metropolitano, o Plano Diretor do Arco Metropolitano (PDAM) e o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA). O trabalho também aborda as principais justificativas para a realização do Arco Metropolitano, entre elas, a conexão entre o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) e o Porto de Itaguaí, geração de empregos, expansão da mancha urbana e melhoria da mobilidade urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Por fim, a autora faz uma análise sobre os rebatimentos do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro abordando a problemática da infraestrutura básica, habitação e dos impactos socioambientais. Finalizando o capítulo, desenvolvemos (veremos no futuro só no projeto, aqui não mais) a relação das grandes obras e mobilizações coletivas no contexto dos megaeventos no Brasil, bem como seus impactos sob a cidade mercantilizada. Por fim, focamos, especificamente, nos impactos do Arco Metropolitano sob as áreas da Baixada Fluminense.

No terceiro capítulo, procuramos analisar as legislações específicas sobre as cidades, como, por exemplo, os Estatutos da Cidade e da Metrópole, a fim de precisar quais as garantias legais nas políticas urbanas e de habitação podem ter sido negligenciadas, no caso dos moradores de Vila de Cava. Buscamos, ainda neste capítulo, identificar no plano diretor da cidade de Nova Iguaçu os direitos dos moradores, ao que diz respeito à participação popular e ao direito à moradia. Por fim, expusemos os relatos dos moradores afetados pelo Arco Metropolitano, apresentando um breve perfil dos entrevistados, suas vivências e os instrumentos utilizados para participação da população local. Contudo, para preservar a identidade dos moradores seus nomes serão alterados ou suprimidos para evitar que possam sofrer algum tipo perseguição devido ao conteúdo dos relatos.

Comprovadamente, a construção de estradas é uma atividade que produz alterações consideráveis nas características naturais das regiões, bem como, em suas características socioeconômicas. Neste caso, o acompanhamento e a pesquisa sobre a implementação do Arco Metropolitano, tornam-se as principais ferramentas para garantir a execução da pesquisa em consonância com as legislações vigentes, bem como assegurar uma série de direitos descritos nessas leis. Nessa perspectiva, embora se tenha discutido incessantemente sobre os impactos socioambientais no território do estado,

tanto da área central da cidade quanto naquelas cuja especulação imobiliária tem mais interesse, ainda são poucos os estudos sobre estes impactos nas áreas periféricas da região metropolitana.

Enfim, são essas produções acadêmicas, sobretudo, quando abordam os impactos das influências da abertura do Arco Metropolitano sobre a Baixada Fluminense, que deram respaldo ao trabalho realizado. Mesmo não tendo o enfoque, o qual pretendemos explorar, essas referências apoiaram o projeto, ressaltando os aspectos de originalidade do presente trabalho, tendo em vista o recorte temático escolhido.

## 2

## O Direito à moradia e a questão urbana na Baixada Fluminense

### 2.1

### Um breve olhar sobre as rupturas e permanências das políticas urbanas e de habitação e suas relações com os processos de remoção ao longo dos últimos anos

Neste subcapítulo, a partir da análise teórica do conceito de direito à moradia<sup>1</sup> e da análise histórica das políticas urbanas e de habitação, procuramos entender os avanços e retrocessos destes temas, principalmente, ao que remete suas relações com os processos históricos de remoções, para isso, pretendemos fazer um esforço com intuito de buscar compreender os contornos futuros da questão. Definido isto, podemos, assim, entender o que seriam os direito à moradia, já que é necessário contextualizar o que seria uma moradia adequada.

Para a efetivação desse direito, alguns critérios devem ser atendidos, haja vista que tais critérios são tão importantes quanto à própria habitação. Conforme publicação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Comentário nº4 do Comitê, ao definir o que considera uma moradia adequada, cita (entre outros critérios básicos como água, luz, saneamento, etc.) que a moradia “não é adequada se não houver disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura”, ou se for “isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais” (Brasil, 2013, p. 13).

Para compreendermos melhor o direito à moradia adequada, é necessário entender que ele é composto por três elementos que englobam a proteção contra a remoção, destruição e demolição forçada da própria casa, além do direito à privacidade da família de escolher a própria residência, as garantias, que são os elementos que preservam a segurança da posse, a

---

<sup>1</sup> Com a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 o direito à moradia adequada se tornou um direito básico em quase todas as partes do mundo. Ele está na Constituição de 1988 no, capítulo 2, artigo 6º. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2017.



restituição da moradia da terra e propriedade, o acesso igualitário e não discriminatório à moradia adequada; e, por último, porém não menos importante, a garantia de participação, em diferentes escalas, na tomada de decisões referentes à moradia. Segundo relatório da ONU (1997),

Remoções forçadas são definidas como a remoção permanente ou temporária contra a vontade dos indivíduos, famílias e/ou comunidades das casas e/ou terras que ocupam sem a provisão e o acesso a, formas adequadas de proteção jurídica ou outra (United Nations, 1997 apud Brasil, 2013, p.14).

Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, o valor da segurança jurídica é um valor de fundamento constitucional de mesma hierarquia que o próprio princípio da legalidade. No que tange ao direito à moradia, inicialmente, a própria Constituição Federal, em 1988, não a consagrou como um direito social, pois houve uma omissão do legislador constituinte de 1986. Essa omissão foi sanada, por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de Fevereiro de 2000, por meio da qual o artigo 6º recebeu nova redação. A Constituição da República, por força da Emenda Constitucional nº 26, apresenta no artigo 6º caput: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988).

Todavia, o direito à moradia já encontrava previsão constitucional no Artigo 7º, IV da Constituição Federal, como direito do trabalhador urbano e rural a um:

Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (Brasil, 1988).

Portanto, percebe-se que o direito à moradia é um direito essencial, que, há muito, faz parte do texto constitucional, enfatizado no Artigo 6º, proporcionando, no mínimo, a facilitação da exigência de sua concretização.

Como podemos ver, boa parte do que se refere ao direito à moradia adequada diz respeito à proteção do indivíduo em casos de remoção. No Rio de Janeiro, a história das políticas de moradias se confundem com a história de remoções nas favelas. Segundo Lícia Valladares (1978),

Tratava-se de um processo muito abrangente, que implicou, sobretudo, a partir de 1964, a inserção dos antigos favelados no Sistema Financeiro da Habitação. Tratava-se de uma operação que há 15 anos vinha envolvendo centenas de milhares de pessoas, mobilizando várias instituições governamentais, a imprensa e a opinião pública, injetando recursos no setor da construção civil, contribuindo para a transformação da paisagem e da estrutura urbana da cidade. Na verdade, a política de erradicação de favelas fazia parte de um processo geral de renovação urbana da metrópole, de reorganização do uso do solo, enfim, do desenvolvimento urbano, ou do próprio quadro geral de transformações por que passava a sociedade brasileira (Valladares, 1978, p. 14).

Com o Golpe de 1964, foi criado, por intermédio da Lei 4.380/64, o Banco Nacional de Habitação (BNH), havendo a liberação de um volume considerável de recursos que permitiram a realização de grandes investimentos na área da habitação popular, além da instituição da política de erradicação das favelas do Rio de Janeiro (Gonçalves, 2013). Carlos N. F. dos Santos (1980) vai além, apontando que as preocupações do Estado nos setores de transporte e habitação das cidades eram cada vez menores, já que o BNH não estaria interessado em oferecer casas às famílias de baixa renda, preferindo se voltar para programas ditos de maior alcance social, pois, de acordo com o autor, o BNH “cumpre funções econômicas e políticas, aplicando recursos da poupança pública obrigatória e da poupança particular e voluntária em atividades que devem ser lucrativas” (Santos, 1980, p. 19).

Segundo Valladares (1978), é importante ressaltar que o período de atuação da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), de 1968 a 1973, foi “quando se assistiu à maior operação antifavela que a Cidade jamais conheceu” (Valladares, 1978, p. 18). A autora aponta, em seu texto, que em 1978,

a CHISAM não existe mais, estando a Fundação Leão XIII encarregada de dirigir as esporádicas remoções que continuam ocorrendo. Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e as mudanças administrativas dela decorrentes, tanto a COHAB-GB<sup>2</sup> como a Secretaria de Serviços Sociais desaparecera, sendo substituídas, respectivamente, pela CEHAB-RJ e pela Coordenadoria do Bem-Estar Social (Valladares, 1978, p. 14).

Lembramos que fundada, em 1946, a partir do entendimento entre a Arquidiocese e a Prefeitura do Rio de Janeiro, a Fundação Leão XIII atuou propondo a recuperação das favelas, criando Centros de Ação Social em algumas delas. Vincent Valla (1986), alerta que a definitiva incorporação da

---

<sup>2</sup> No antigo Estado da Guanabara, tinha a denominação de Companhia de Habitação Popular (COHAB-GB). Em 1975, com a fusão do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro, esse órgão passou a chamar-se Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ).

Fundação Leão XIII ao Estado fez com que, junto a outras mudanças, se tivesse base institucional para se criar uma estratégia de controle autoritário dos moradores das favelas do Estado. Em 1955, a Arquidiocese do Rio de Janeiro funda a Cruzada São Sebastião, criando-a com o intuito de mobilizar recursos para ações mais incisivas no sentido de urbanização de favelas. A relação entre Estado e favelas, que se estabelece entre 1962 e 1965, principalmente, no Governo Carlos Lacerda, “expressou mais diretamente os interesses do empresariado imobiliário e financeiro, da cúpula da Igreja católica carioca e dos setores conservadores das camadas médias” (Valla, 1986, p. 90).

Consequentemente prossegue Valla (1986), em 1966 e 1967, início do Governo Negrão de Lima, a COHAB diminuiu suas atividades enquanto que a Fundação Leão XIII ampliava seu espaço de atuação. Segundo Lícia Valladares, enquanto “a COHAB, organismo estadual, desenvolvia sua ação no sentido da remoção das favelas, a Administração Negrão de Lima criava, em 1968, a CODESCO - Companhia de Desenvolvimento de Comunidade, a partir de uma alternativa oposta à remoção: urbanização” (Valladares, 1978, p. 25). No mesmo ano, como já foi mencionado, o Governo Federal, pelo do Ministério do Interior, órgão que também controlava o BNH, cria a CHISAM com o objetivo de “criar uma política única de favela, comum ao Governo Federal, ao então Estado da Guanabara e ao Estado do Rio de Janeiro: uma política de extermínio das favelas do Rio de Janeiro” (Ibid., p. 29).

De acordo com Valla (1986), a CHISAM seria uma resposta do Governo Federal à proposta da CODESCO, pois “essa iniciativa não favorecia nem ao BNH e a indústria da construção civil, nem as companhias de poupança, crédito e finanças” (Valla, 1986, p. 98). Ainda de acordo com o autor, a CHISAM, se desse certo no Rio de Janeiro, seria um exemplo de como resolver a ordem urbana das cidades brasileiras, selecionando, previamente, as áreas da cidade pelas classes sociais. Sendo assim, “as remoções teriam o duplo significado de abrir novos espaços físicos para construir e, simbolicamente, de livrar os mais abastados da confrontação diária com a miséria das favelas” (Valla, 1986, p. 98). Gonçalves (2013) corrobora com o autor ao apontar que a criação da CODESCO, a fim de urbanizar favelas, “provocou certamente uma resposta mais incisiva do regime militar. A luta contra as propostas da Codesco explicava-se pelo fato de que a política de erradicação das favelas permitia a liberação dos valiosos terrenos da Zona Sul” (Ibid., p. 247). Valladares (1978) comenta que o processo de especulação imobiliária ligado ao ritmo de

crescimento da cidade, com seu ápice na década de 1960, não representou, todavia, “a única determinante do programa de ação visando à liberação dos espaços ocupados pelas favelas” (Valla, 1978, p. 32). Alerta a autora,

Os “interesses da Cidade” também tiveram seu papel. A avenida que margeia a Lagoa Rodrigo de Freitas, por exemplo, foi alargada nas áreas anteriores ocupadas pelas favelas das Ilhas das Dragas, Piraquê e Avenida dos pescadores; o limite Sul da favela da Rocinha foi transformado em saída do Túnel Dois Irmãos; obras de sustentação de encostas foram realizadas logo após a remoção de cinco pequenas favelas localizadas sobre o Túnel Novo e na Avenida Niemeyer (Valladares, 1978, p. 32).

Os “interesses da cidade” são comprovados pelos comentários feitos pela imprensa do estado, a autora destaca o editorial do Jornal do Brasil de 2 de Agosto de 1970, que expõe a visão da classe média e da imprensa do Rio de Janeiro diante da questão da favela, classificando o favelado como “parasita do Estado, marginal, que precisa ser eliminado do espaço e replantado em outras áreas distantes, não visíveis” (Valladares, 1978, p. 33). Segue a autora,

a imprensa local, como pode depreender do seguinte editorial: “Proliferando em torno dois bairros residenciais mais populosos da Cidade, as favelas, aos poucos, foram transformando-se em núcleos marginais da sociedade, vivendo exclusivamente na base da mais completa ilegalidade. Desde a ocupação de terrenos – capítulo em que aparece a corrupção da fiscalização, ao fechar os olhos, mediante propinas, para permitir a construção de barracos- até as ligações elétricas clandestinas, o favelado torna-se um parasita do Estado, perante o qual, se não recebe favores, não tem deveres de espécie alguma. Vegetando na promiscuidade, essas populações formam um mundo à parte, sem direitos, mas sem obrigações. À utópica aspiração de urbanizar as favelas opõem-se os mais elementares princípios da lógica administrativa. O ideal não é estimular a favela, mas eliminá-la” (Valladares, 1978, p.31).

É preciso levar em consideração que apesar de um controle social bastante rigoroso, as remoções sofreram resistência por parte da articulação dos moradores das favelas. A Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), criada em 1963, “causou certa inquietação aos poderes públicos, uma época em que o menor indício de mobilização assumia o caráter de ameaça” (Valladares, 1978, p. 29). Usando o *slogan* “Urbanização sim, remoção não”, a FAFEG fez forte oposição à remoção de favelas, porém este comportamento condicionou uma forte repressão por parte do Estado, principalmente, “ao comandar a resistência à remoção da Ilha das Dragas” (Valladares, 1978, p. 30). Porém, segundo Gonçalves (2013), pelo menos três fatores fizeram com que a FAFEG, a partir do seu terceiro congresso, fosse perdendo o poder de resistência. O primeiro é o interesse econômico,

representado pelo setor imobiliário, o segundo, são os métodos violentos da ditadura militar, e o terceiro, a estrutura sob a lógica clientelista. Discorre o autor,

Diante das medidas autoritárias do regime militar, as associações de moradores foram desistindo pouco a pouco de tomar iniciativas mais combativas. Em alguns casos, chegaram até a colaborar ativamente com a Prefeitura em defesa da política de remoção, como ocorreu em 1970, quando da erradicação “pacífica” da Favela da Catacumba, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas. Os movimentos de favelados, estruturados sob a lógica clientelista, estavam enfraquecidos pela falta de organização de suas bases e pela falta de legitimidade junto aos favelados, o que não lhes permitiu resistir por muito tempo às pressões e intervenções externas do regime autoritário (Gonçalves, 2013, p. 243-244).

Este mesmo período ficou notabilizado pela resistência à remoção e pelo plano de urbanização da favela de Brás de Pina. Segundo Gilda Blank (1980), a partir de 1965, após remoção parcial da favela, sua Associação procurou auxílio à FAFEG, que “nessa ocasião, era assessorada por equipe de estudantes de Arquitetura, visando conseguir meios necessários para o plano de urbanização que iria assegurar sua permanência” (Blank, 1980, p. 99). Gonçalves (2013) comenta que “a ideia do projeto era estimular a participação ativa dos favelados, adaptando seus custos a uma população que ganhava de um a três salários mínimos”. Blank (1980) acrescenta que a “participação popular é importante na medida em que pode proporcionar a maior satisfação do indivíduo no processo, tão necessária ao seu desenvolvimento progressivo” (Blank, 1980, p.121). Porém, nos alerta Valla (1986),

a participação local é importante, é uma das práticas através da qual os setores populares educam-se, esta, quando exclui outras formas de participação, quer dizer, quando julga possível resolver situações localizadas, quando acredita poder transformar a realidade local, deixando intactas as estruturas macro-societárias, é altamente enganadora (Valla, 1986, p.157-158).

Valla (1986), notoriamente mais cético a respeito da participação em favelas, alerta que o morador deve saber das possibilidades e ambiguidades de todo e qualquer projeto de urbanização, ou melhor, “ele tem que participar ativamente com o poder de decisão e controle, nesses processos, para que cada passo ele saiba dos riscos que está correndo para melhor se organizar e garantir seus interesses” (Valla, 1986, p.163). Para o autor, “a categoria chave dessa análise é a resistência. É a resistência, em termos de sobrevivência, que leva os moradores a construir e solidificar as favelas” (Ibid., p. 196). Para Blank (1980), no caso de Brás de Pina “a grande maioria dos moradores sentiu sua

participação na urbanização em graus distintos” (Blank,1980, p. 115), pois, ao longo desses processos, “foram surgindo, formas e meios de interferência, criados pela própria população, na adaptação dos trabalhos em execução, aos seus hábitos, possibilidades econômicas e comportamentos costumeiros” (Ibid. p. 115). Conclui a autora,

Por outro lado, a população favelada vem desenvolvendo, a seu modo, técnicas específicas para a resolução de seus problemas, porém os nossos valores e preconceitos de técnicos impossibilitam a aceitação dessa tecnologia como a apropriada para a realidade existente (Blank, 1980, p.122).

Portanto, sobre o período abordado, conclui-se que, segundo Valladares (1978), o setor da construção civil, que vinha estagnado desde a década de 1950, tanto em escala nacional como local “viu-se reativado a partir de 1966, e mais especificamente após 1968, quando o BNH passou a dispor dos recursos do FGTS e, conseqüentemente, a distribuir maiores somas a seus agentes financeiros” (Valladares, 1978, p.33). Para Valla (1986) isso se deve ao fato de que “a questão habitacional em nossa sociedade é regida pelas oscilações do mercado. Sem rodeios, pela lógica do capital, pelo império do lucro” (Valla, 1986, p.161). O autor conclui que, “essa engrenagem apoia-se no sistema jurídico que tem como uma de suas bases à defesa da propriedade, e as favelas, neste sentido, representam, na maioria dos casos, uma subversão a essa regra” (Ibid.).

De acordo com Gonçalves (2013),

uma grande parte de favelados não tinha realmente condições de arcar com as prestações do financiamento do BNH, além do fato de que uma parte desses favelados não poderia mais conseguir trabalho, já que suas atividades estavam estreitamente ligadas às oportunidades oferecidas pelos bairros mais abastados das cidades (serviços domésticos, lavagem de roupa para fora, serviço de limpeza e portaria, construção civil) (Gonçalves, 2013, p. 249).

Por fim, podemos compreender como a dinâmica de remoções está ligada diretamente a lógica do mercado imobiliário. Entendendo a lógica da “espoliação urbana” (Kowarick, 1979), por meio tanto dos salários baixos quanto da qualidade dos serviços prestados aos favelados (água, luz e saneamento). Muitos favelados, sem condições de sobreviver, se viram forçados a deixar os conjuntos habitacionais e voltarem para favela (Gonçalves, 2013). A partir de 1970, enfim “o surgimento de um novo quadro jurídico-institucional permitiu um

controle social mais vigoroso por parte dos poderes públicos nas favelas” (Gonçalves, 2013, p. 251).

Mais adiante, veremos como a “lógica do mercado imobiliário”, que caracterizou, e vêm caracterizando, as relações no espaço urbano, assim como, as políticas urbanas e habitacionais na cidade do Rio de Janeiro, impactou a região da Baixada Fluminense. No intuito de entender como esta área sofreu os efeitos desse processo histórico de direito à moradia e remoções, analisaremos o progresso de ocupação e a dinâmica espacial da região. A seguir, abordaremos as questões referentes à definição do conceito de Baixada Fluminense, sua integração com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e algumas das principais características das questões urbanas e habitacionais destas duas regiões.

## 2.2

### **A gênese do conceito de Baixada Fluminense e sua integração a Região Metropolitana**

Hoje em dia, não é tão simples chegar a um acordo sobre os limites territoriais da Baixada Fluminense. Cada pesquisa sobre a região reacende o debate, levando diferentes autores a se colocarem de maneira discordante com relação aos limites desta área. Neste trabalho nos apoiaremos, principalmente, nas pesquisas de Simões (2006, 2011) e Souza (2014), além das informações obtidas nos sítios da Prefeitura de Nova Iguaçu e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De forma geral, os autores indicam que as principais transformações econômicas, sociais e espaciais, ou seja, as características político-administrativas da região vêm se modificando ao longo da história e, conseqüentemente, de acordo com as diferentes configurações políticas de seu tempo.

De acordo com Souza (2014), algumas perspectivas buscam definir a Baixada Fluminense a partir de uma regionalização, que entende o termo como originário de uma “fusão entre o ambiente natural, formado entre o litoral e a Serra do Mar, com planície inundáveis, estendendo-se entre o município de Itaguaí e Campos, no Norte Fluminense, e o social, como área de pobreza e violência” (Souza, 2014, p. 22). Oficialmente, sob o ponto de vista geográfico, a expressão Baixada Fluminense, muito comum no Estado do Rio de Janeiro,

corresponde a todas as superfícies planas e de baixas altitudes, que se estendem desde a linha de costa até as falésias dos Tabuleiros (no Norte Fluminense) e até as encostas das Colinas e Maciços Costeiros (que antecedem na direção do interior, as escarpas da Serra do Mar), além de acompanharem os vales fluviais que penetram muitos quilômetros para o interior. São planícies – ou baixadas – que recebem inúmeras denominações locais: Baixada dos Goytacazes ou Campista, Baixada dos Rios Macaé e São João, Baixada da Guanabara e Baixada de Sepetiba (Ceperj, 2018).

Para além dessas definições, entendemos que os processos de ocupação e urbanização da Baixada Fluminense devem ser compreendidos como processos locais que têm intrínseca relação com a dinâmica capitalista global. Cabe aqui, um esforço analítico no sentido de compreender essa relação e sua articulação com a materialidade do espaço habitado.

O geógrafo Manoel Ricardo Simões (2006), ressalta que “não existe uma economia descolada do espaço, nem um espaço que não expresse as atividades e relações econômicas sobre ele [...] é na cidade que essa relação se manifesta de maneira mais evidente” (Ibid., p. 26). Embora, advirta o autor, “é claro que as relações entre economia e espaço não se estabelecem de forma direta e mecanicista sendo mediadas, dialeticamente, por um sem-número de condicionantes políticas, jurídicas e sociais” (Simões, 2011, p. 73).

Ao observarmos a história do surgimento de determinados núcleos urbanos da região da Baixada Fluminense, veremos que eles se desenvolveram influenciando outras áreas, fazendo com que estas áreas acabassem tomando outras formas jurídicas (vilas, distritos e etc). O surgimento de núcleos urbanos na região se inicia, mesmo que de forma incipiente, na virada do século XVII para o século XVIII, em função do surgimento de um novo modelo de exploração, que exigia um mínimo de urbanização: a mineração (Simões, 2011).

Portanto, podemos dizer que a importância da Baixada Fluminense, mesmo não possuindo riquezas minerais, se dá, pois a região estava no caminho entre as áreas de mineração e o mar, por onde o ouro retirado, em Minas Gerais, deveria ser escoado. Neste mesmo período, já se iniciam a construção de novos caminhos entre a região das Minas Gerais e o porto do Rio de Janeiro, caminho adotado para escoar a produção aurífera.

Esses caminhos vão estabelecer mais uma função para a Baixada Fluminense, “a de passagem entre a cidade do Rio de Janeiro e o restante do país” (Simões, 2011, p. 86). Ao longo desses caminhos, surgirão os primeiros



núcleos urbanos da Baixada Fluminense, cuja importância e tamanho estarão ligados diretamente a sua posição estratégica. De acordo com Simões (2011), esses caminhos não criaram grandes aglomerações na Baixada Fluminense, mas “estabeleceram alguns dos padrões que vão determinar o processo de ocupação e urbanização da Baixada Fluminense nos séculos seguintes” (Simões, 2011, p. 88).

Isto acontece porque, segundo o autor, a priori, a primazia da cidade do Rio de Janeiro se consolida gerando a subordinação dos núcleos urbanos que margeavam estes caminhos a sua órbita de influência. Esta primazia se torna regional e nacional a partir da transferência da capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 (Simões, 2011). Em segundo lugar, de acordo com o autor,

se cria uma rede urbana do tipo dendrítica e macrocefálica, em que os núcleos urbanos se relacionam, econômica, social e politicamente e se comunicam ao longo de eixos e, quase que diretamente, com o núcleo central, havendo pouquíssimas relações entre si e quase nenhuma com núcleos dos outros eixos (Simões, 2011, p. 86).

Simões (2011, p. 86) adverte para o fato de que “se os séculos XVI e XVII foram dos rios, o século XVIII foi dos caminhos terrestres”. Corroborando com tal afirmativa, Souza (2014) ressalta que a partir da instalação das linhas férreas, que interligaram as margens do recôncavo da Guanabara à raiz da Serra de Petrópolis, Vila de Iguaçu, também conhecida como Iguaçu Velho, perde notoriedade devido à decadência do modal fluvial de circulação de mercadorias.

Para Simões (2011), o ciclo do ouro criou condições para o surgimento de uma divisão de tarefas que deixou como herança para a Baixada Fluminense um papel de mero local de passagem e de baldeação, impossibilitando o surgimento de núcleos urbanos capazes de sobreviverem às mudanças nos eixos de transporte. A decadência e a extinção de vilas, como as de Pilar, Estrela e Iguaçu e a ascensão de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, atestam essa tendência. Segundo Simões (2006), “desse modo, lugares como Pilar, Estrela, Marapicu, Santana das Palmeiras e Iguaçu, se transformaram em lembranças vagas ou estão colocados num segundo plano, ou num cantinho dos mapas de Duque de Caxias, Magé, Queimados e Nova Iguaçu” (Ibid. p. 22).

O progressivo esgotamento do ouro em Minas Gerais acabou levando a uma diminuição da circulação por estes caminhos e, conseqüentemente, a uma estagnação econômica, que diminui o ritmo de criação e surgimento de cidades

na virada do século XVIII para o XIX. Isto também afeta a cidade do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense que acompanham essa diminuição de ritmo (Simões, 2006).

Estas transformações - econômicas, políticas, sociais, espaciais - ocorridas ao longo do tempo, tornaram vários desses núcleos em regiões decadentes, transformando-os em áreas dominadas por outros núcleos emergentes ou simplesmente desaparecendo. A retomada da urbanização se dará por mudanças estruturais no modelo econômico agroexportador, no século XIX ela se desenvolverá em torno de uma nova cultura para exportação, o café (Simões, 2006).

É importante ressaltar que o café, na Baixada Fluminense, teve uma vida curta, tinha algumas plantações nos maciços, estas não foram muito longe, com exceção do povoado de Santana das Palmeiras, localizada no alto do Maciço do Tinguá, que era “antes uma pousada para descanso de tropas, em 1855, foi elevada a freguesia com uma população de quase dois mil habitantes, entre os quais se encontravam dezenas de fazendeiros de café” (Pereira, 1977 apud Simões, 2011, p. 91). Em geral, o café não se adaptou ao clima quente e úmido e aos solos alagados das partes baixas, sendo no período, muito mais uma tentativa de sair da falência da cultura da cana do que uma opção econômica viável, pois

em Iguaçu, o café substituiu a cana, mas apenas se adaptou as terras mais altas e, ainda hoje podemos encontrar cafeeiros perdidos dentro da mata agreste, em Estrela, Adrianópolis, Tinguá, Jaceruba e Japeri, remanescentes das fazendas das quais restam poucas ruínas (Pereira, 1977 apud Simões, 2011, p. 91).

Atualmente, segundo Simões (2011), vários estudos apontam os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias como núcleos da Baixada Fluminense, assim como não há muitos questionamentos sobre a inclusão dos municípios de Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri, como parte da região. Porém, prossegue o autor, “nem sempre esses municípios são analisados com a mesma profundidade dos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias” (Simões, 2011, p. 15). Fato que dificulta ainda mais a análise da região e, como dito anteriormente, justifica a importância de termos nos empenhando a entender as especificidades do espaço, o qual nos debruçamos a pesquisar.

### 2.2.1

#### Do conceito de Baixada Fluminense a definição de seu território

Segundo Simões (2006), surge, ao longo do século XX, a atuação conjunta do Estado com o nascente capital imobiliário, logo, as primeiras linhas de ônibus à tração animal fazem a ligação com centro da cidade. De acordo com o autor,

O surgimento do bonde e da ferrovia vai permitir a expansão da cidade para as freguesias rurais. O primeiro servirá as freguesias mais próximas nas zonas norte e sul e se tornará o grande indutor do modelo de ocupação voltada para os ricos e a nascente classe média. A ferrovia terá maior importância como indutora de urbanização já na virada para o século XX, quando as populações mais pobres passarão a ocupar as antigas freguesias rurais através dos loteamentos populares (Simões, 2006, p. 95).

Com base no Jornal do Brasil (04 de junho de 1938 apud Souza, 2014), como podemos observar na imagem a seguir (fig. 1), que expõe uma propaganda sobre a venda de lotes de terras na Baixada Fluminense, ainda no contexto de produção da laranja, em Nova Iguaçu. Conforme aponta o presente jornal, a prática de especulação do futuro espaço da Baixada Fluminense frente à ocupação residencial de população de baixa renda, bem como, o “processo integração com a então capital do Brasil e de expansão urbana na região” (Ibid., p. 29).

**Figura 1:** Venda de lotes de terras na Baixada Fluminense



Fonte: Jornal do Brasil (04 de Junho de 1938 apud Souza, 2014, p. 29).

De acordo com Simões (2006), devido ao crescimento urbano do Rio de Janeiro, o padrão urbano de segregação logo se tornaria hegemônico. Conforme indica o autor, o início do século XX marca a urbanização da cidade do Rio de Janeiro tanto na sua área central, por intermédio da Reforma Passos, quanto nas freguesias urbanas e rurais, que “assistem um processo de urbanização acelerado” (Simões, 2006, p. 105). Portanto, a região da Baixada Fluminense, pela localização geográfica, é marcada por uma intensa transformação territorial, ao longo do século XX, “transformando-a numa área urbana periférica intimamente ligada a cidade do Rio de Janeiro” (Simões, 2006, p. 105), podendo ser considerada como sua extensão.

Segundo o autor,

Nestes momentos há o redirecionamento dos investimentos para as indústrias, tanto na instalação de novas plantas quanto na ampliação de velhas unidades. Esse modelo de investimentos seletivos se instala e se consolida no Rio a partir do final do século XIX e início do XX (Simões, 2013, p. 105).

Em consequência a aceleração do crescimento demográfico da cidade do Rio de Janeiro surge a necessidade de expansão, em direção aos subúrbios. A esse respeito, o autor novamente ressalta que

A primeira condição é o surgimento do transporte de passageiros nos trens com uma certa regularidade e com preços de passagens mais acessíveis. A segunda condição é a possibilidade de acesso a propriedade da casa. Como as iniciativas de política habitacional popular na cidade do Rio de Janeiro, tais como vilas operárias, conjuntos habitacionais e mesmo a produção pequena burguesa, são insuficientes numericamente para atender a massa de trabalhadores pobres, é necessário criar uma alternativa que seja acessível a esta massa e não custe muito aos cofres públicos, já comprometidos com investimentos nas áreas mais abastadas e na infraestrutura voltada para a indústria (Simões, 2006, p. 106).

De acordo com Souza (2014), até meados do século XX, os primeiros estudos que incorporavam a área da Baixada Fluminense ao estado do Rio de Janeiro o faziam na perspectiva físico-geográfica. Estes estudos estiveram presentes, por exemplo, entre as décadas de 1940 e 1950, nas obras do geógrafo Alberto Lamego, que Simões (2011) analisa e aponta que

há uma definição clara da distinção entre o núcleo e a Baixada Fluminense, pois a subdivisão feita neste setor tem como base a geomorfologia e, principalmente, a geologia e remete a quatro setores: margem ocidental, margem oriental, margem setentrional e ilhas. Nesse caso, a Baixada Fluminense ocuparia parte dos setores das margens ocidental e setentrional (Simões, 2011, p. 18).

Conforme esclarece Simões (2011), as principais obras de Lamago buscam inspiração no geógrafo francês e militante anarquista Jean Jacques Elisée Reclus, ao seguir o modelo de segmentação da descrição do espaço geográfico em três partes: a terra, o homem e a cultura. Mais além, na década de 1950, surge segundo Oliveira, 2004 (apud Simões, 2011, p. 18), “uma nova subdivisão com critérios que valorizavam e buscavam agrupar os municípios a partir de suas potencialidades econômicas, como, também, as tendências e os problemas que são evidenciados em algumas áreas”.

Neste contexto, em 1956, é publicado o livro *Estudos rurais da Baixada Fluminense* por Pedro Pinchas Geiger e Myriam Gomes Coelho Mesquita, nesse estudo os autores apresentam a “Baixada Fluminense física em quatro grandes regiões que se subdividiam em zonas econômicas, a saber: Região da Guanabara, a Região das Lagoas, a Região Central da Baixada Fluminense e a Região de Campos” (Simões, 2011, p. 18). De acordo com Simões (2011), os autores indicam que,

A Região da Guanabara se apresenta então subdividida em cinco zonas, a saber:

- I – Zonas do Rio de Janeiro e de Niterói São Gonçalo,
- II – Zona das cidades satélites,
- III – Zona da fruticultura e horticultura,
- IV – Zona açucareira da Guanabara e
- V – Zona dos bananais e da lenha (Oliveira, 2004 apud Simões, 2011, p. 18).

Nessa subdivisão, com a exceção da Zona I, encontramos a Baixada Fluminense representada em pelo menos quatro zonas. Contudo, “as rápidas transformações econômicas e espaciais nesta região nas décadas de 1950 e 1960 pulverizaram as delimitações dos autores anteriormente mencionados” (Simões, 2011, p. 19).

Para o autor, é a partir das décadas de 1960 e 1970 que a pobreza e a violência surgem como novos elementos pertencentes ao imaginário que cerca a Baixada Fluminense, quando “o senso comum e a imprensa criaram o conceito de Baixada Fluminense como o lugar da pobreza, das carências, da violência, do banditismo e dos grupos de extermínio” (Simões, 2011, p. 19). Este período, marca a transformação do conceito de Baixada Fluminense de um ambiente natural a um espaço marcado pelos aspectos sócio, econômicos e políticos.

Com a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), na primeira metade da década de 1970, houve diversas modificações nos limites de

ocupação de seu território. Originalmente formada pelos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, São Gonçalo e São João de Meriti, por força de sucessivos desmembramentos e emancipações, ocorridos por motivos distintos, a RMRJ passou a ter novos contornos. Petrópolis, cujo território, à época, incluía o atual município de São José do Vale do Rio Preto, incorporou-se a Região Serrana, Mangaratiba à Costa Verde e Maricá à região das Baixadas Litorâneas. Belfort Roxo, Japeri, Queimados e Mesquita se emanciparam de Nova Iguaçu e, Guapimirim de Magé. Por fim, Tanguá desmembrou-se de Itaboraí e Seropédica de Itaguaí (Simões, 2011).

De acordo com estudo do Centro Estadual de Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), nesta mesma época, outro termo comumente utilizado é a expressão Grande Rio. Usado com frequência pela mídia, o termo tem sua origem na divisão regional adotada pelo IBGE e denominava, nas décadas de 1970 (após a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro) e 1980, a Mesorregião Homogênea que abrangia a porção do território fluminense correspondente à metrópole do Rio de Janeiro e seus municípios periféricos (Ceperj, 2018).

Logo após sucessivas leis estaduais, somadas às atribuições conferidas aos estados federados pela Constituição de 1988, os limites voltaram a se alterar passando a RMRJ a incluir, hoje, 21 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a saber: Belfort Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Seropédica, São Gonçalo, São João de Meriti, Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito (Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro, [s.d.]-a).

De acordo com Simões (2006), “sem autonomia econômica não existe autonomia administrativa, muito menos autonomia política, pois a incapacidade dos municípios em prestar os serviços básicos com recursos próprios os torna reféns de um jogo político” (Simões, 2006, p. 35). Alerta o autor,

Não se trata aqui de defender uma autonomia total e irrestrita dos municípios, até porque uma parte considerável dos serviços públicos, principalmente nas áreas metropolitanas não pode ter a sua resolução remetida a escala local. O que se questiona é a desproporção na relação recursos – atribuições que cria uma falsa sensação de incompetência administrativa das prefeituras, o que tem sido utilizado para desqualificar a autonomia dos municípios, o processo de descentralização administrativa e política, as emancipações municipais e, por fim, o princípio básico da democracia que é aproximar o poder do dos seus principais interessados, o povo (Simões, 2006, p. 35).

Adiante, Simões (2006) reflete sobre a possibilidade da descentralização do poder reforçar a perspectiva neoliberal, uma vez que representa uma diminuição dos gastos públicos, por meio, inclusive, da maior possibilidade de transferência de atribuições públicas para a iniciativa privada. Por outro lado, em uma perspectiva mais progressista, as atribuições dos municípios tornariam a gestão do desenvolvimento urbano local mais próxima. No caso dos municípios brasileiros, em especial os da Baixada Fluminense, o autor ressalta que,

esta dicotomia passou a ser a principal questão da descentralização, pois este processo cria situações onde sempre se está no “fio da navalha”, ora se criam estruturas de efetiva participação popular e democratização do poder local, ora se instala uma rede de proteção ao estado central e o sistema capitalista com suas contradições ao mesmo tempo em que se legitima politicamente desigualdades sociais e econômicas (Simões, 2006, p. 35).

Na década de 1990, foi criada pelo Governo do Estado a Secretaria da Baixada Fluminense (SEDEB), que englobava os municípios da “Grande Iguaçu”<sup>3</sup> e seus vizinhos Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Magé e Guapimirim. Entretanto, como alerta Simões (2011), em 2004, a SEDEB muda o nome, acrescentando “e Região Metropolitana”, e transformando-se em Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana (SEDEBREM), incorporando os demais municípios da Região Metropolitana à sua área de atuação, ampliando o seu horizonte de análise e intervenção, mas abandonando a ideia de um órgão estadual exclusivo da Baixada Fluminense (Simões, 2011).

Segundo Simões (2011), o reconhecimento, por parte do governo estadual fluminense, de que existe uma região no seio da metrópole, chamada Baixada, veio, extraoficialmente, em uma publicação de 2004, conhecida como “Baixada em Dados”. Esse estudo apresenta um recorte territorial delimitando o que seria a Baixada Fluminense para fins estatísticos, assim, são incluídos: Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim. A partir daí, elaborou-se uma série de estudos, gráficos e tabelas que comparavam os dados destes municípios com os do município e Estado do Rio de Janeiro, bem como, sua região metropolitana.

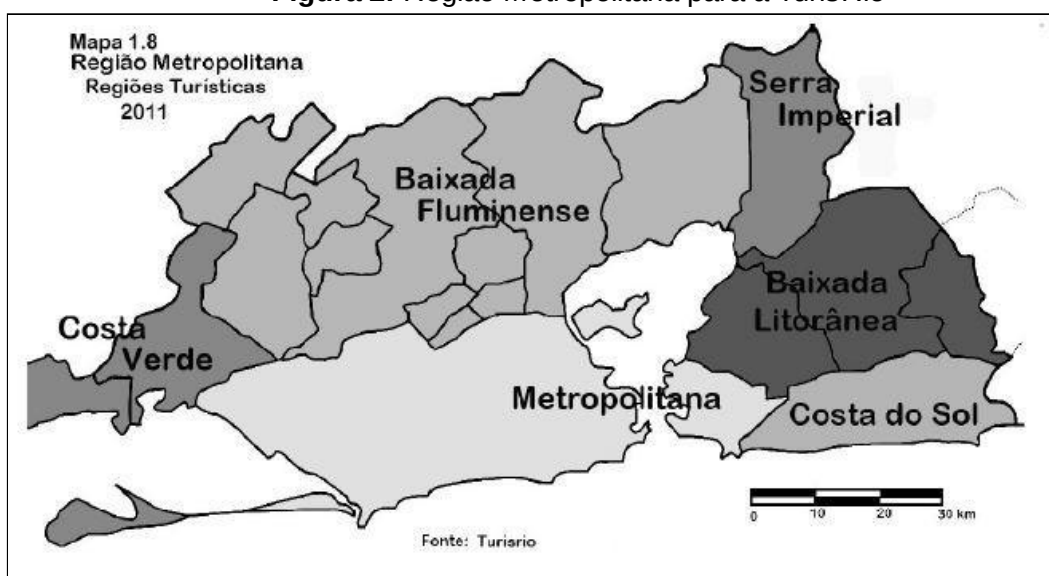
---

<sup>3</sup> Sobre o conceito de “Grande Iguaçu”, Simões (2011) esclarece, “Em trabalho anterior, havíamos feito uma opção ao afirmarmos que “a despeito de inúmeras tentativas de delimitar esta região, geopoliticamente este é um termo (Baixada Fluminense) que cada vez mais se identifica com a área original do antigo município de Iguaçu, nome oficial de Nova Iguaçu até 1916”, ou seja, o que chamaremos daqui por diante de “Grande Iguaçu”. Entretanto a pesquisa realizada para este livro tem trazido novas questões e nos obriga a repensar se a Grande Iguaçu pode ser sinônimo de Baixada Fluminense” (Simões, 2011, p. 15).

De acordo com o Simões (2011), ainda que de forma não oficial, um órgão estadual reconhecia a existência da Baixada Fluminense, pelo menos, enquanto uma unidade de análise. Segundo o autor, outros órgãos estaduais também apresentam diferentes perspectivas em suas regionalizações, apresentando, muitas vezes, diferentes limites e mantendo os mesmos problemas.

Um bom exemplo é a Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TurisRio), órgão responsável pela gestão da atividade turística do Estado do Rio de Janeiro. Ele idealiza uma divisão em que aparece uma região turística chamada Baixada Fluminense, esta seria a “Grande Iguaçu”, acrescida de Magé, Seropédica e Paracambi (fig. 2), muito próximo do conceito de Baixada Histórica. Todavia, “ao excluir Guapimirim e Itaguaí demonstra que não é esse o referencial a ser seguido. O mais importante é o reconhecimento do termo e sua delimitação, coisa que poucos órgãos fizeram” (Simões, 2006, p. 23).

**Figura 2:** Região Metropolitana para a TurisRio



**Fonte:** Simões (2011).

Com base no que foi visto, a seguir, abordaremos os aspectos da integração do território da Baixada Fluminense, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com a intenção de identificar suas características mais relevantes e entender suas principais peculiaridades.



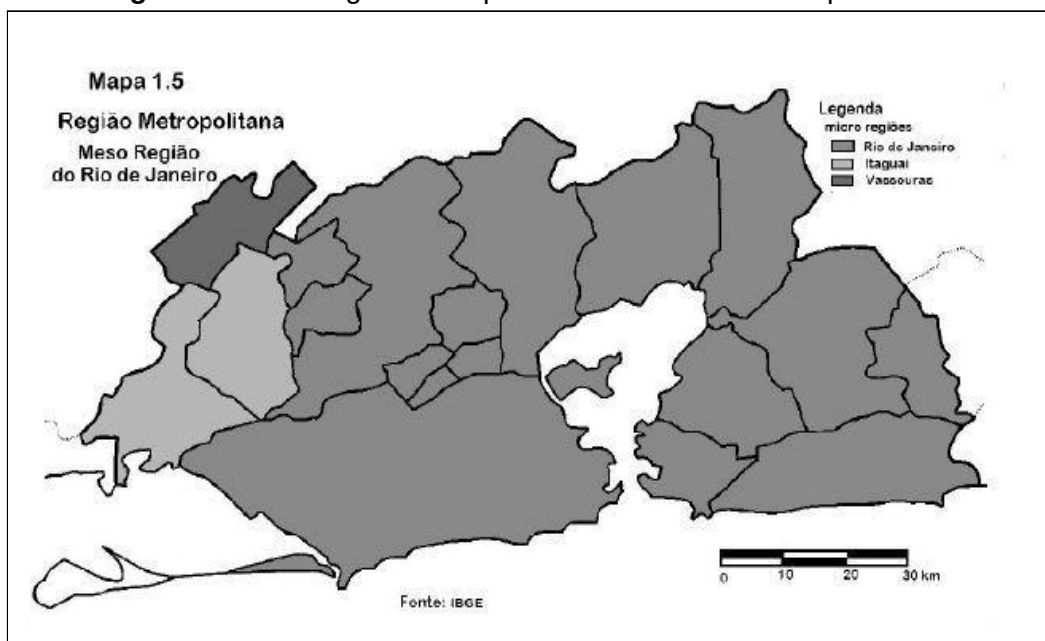
### 2.2.2

#### A integração da Baixada Fluminense a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ)

De acordo com os órgãos oficiais - no caso federal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no caso estadual, o Centro Estadual de Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), antigo Centro de informações e dados do Rio de Janeiro (CIDE) –, no que diz respeito à definição de seu território, o que existe, para o IBGE, é a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, que engloba as microrregiões do Rio de Janeiro, Itaguaí, Vassouras, Serrana e Macacu-Caceribu.

Como mostra a imagem abaixo (fig.3), os municípios da Baixada estariam, quase todos na primeira, mas teriam territórios na segunda e na terceira regiões.

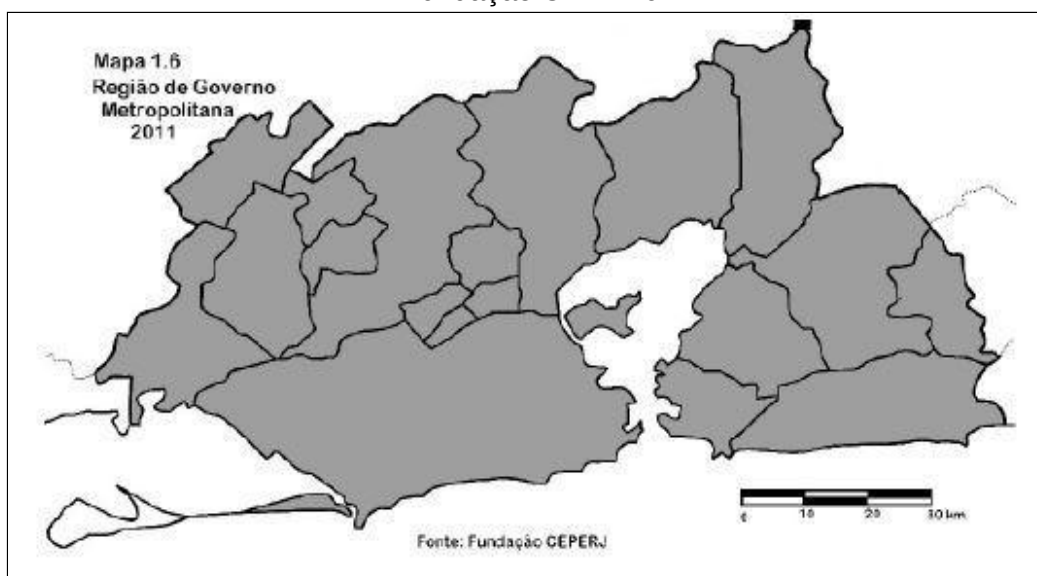
**Figura 3:** Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro pelo IBGE



**Fonte:** Simões (2011).

Para o CEPERJ, o que existe oficialmente são as Regiões de Governo, onde toda a Baixada Fluminense estaria inserida na Região de Governo Metropolitana do Rio de Janeiro, porém, esta, por sua vez, não coincide com a delimitação do IBGE para a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, o que acaba causando conflitos na interpretação dos dados e das estatísticas, como indica o mapa a seguir (fig. 4).

**Figura 4:** Região de Governo Metropolitana do Rio de Janeiro pela Fundação CEPERJ



Fonte: Simões, 2011.

Segundo Souza (2014), é importante lembrar que a institucionalização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, desde o momento de sua criação, adquiriu nuances que a tornaram singular, pois,

a extensa malha urbana do Rio de Janeiro encontrava-se recortada por um desafio político, proposto pela existência de dois governos estaduais, um do antigo estado da Guanabara (atual município do Rio de Janeiro) e outro do estado do Rio de Janeiro (composto pelos municípios da periferia da RMRJ e do interior do estado) (Souza, 2014, p. 39 )

Para o autor, ao analisar a dinâmica territorial e as transformações socioespaciais na RMRJ, ao longo destes anos, fica evidente o processo de polarização que a região exerce na esfera estadual, tornando notório o papel de comando que o núcleo carioca exerce na rede de fluxos econômicos e na concentração populacional. Cabe a Baixada Fluminense, como elemento integrante desse processo de metropolização, o papel de suporte ao desenvolvimento urbano, referente à ocupação por habitação de população pobre (Souza, 2014). De acordo com o autor,

Nesse espaço marcado predominantemente pelo símbolo do antigo domínio de terras da monocultura - raízes do patriarcalismo brasileiro – é que irá se desenvolver uma área integrada à metrópole fluminense, definindo-se ali uma ambiguidade política para região metropolitana, que começara a se forjar no estado do Rio de Janeiro (Souza, 2014, p. 38).

Conforme estudo do CEPERJ (2018), os municípios que compõem tradicionalmente a Baixada Fluminense e que constituem a periferia da metrópole

do Rio de Janeiro, apesar de apresentarem um setor industrial (petroquímico, químico, plástico e papel/editorial/gráfica), principalmente, nos municípios de Duque de Caxias, Belford Roxo e São João de Meriti, bem como, algumas concentrações de atividades industriais – vestuário, essencialmente em Nova Iguaçu e São João de Meriti, ainda se caracterizam como cidades dormitórios, carecendo das condições básicas de sobrevivência, enfrentando problemas de moradia, saneamento, educação e saúde, além de insuficiente mercado de trabalho.

O mesmo estudo ressalta que nestes municípios vivem 27% da população da Região Metropolitana, assim como destaca que os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu estão se consolidando como pequenos centros dinâmicos dentro da Região Metropolitana, o mesmo ocorrendo com São Gonçalo, na margem oriental da Baía de Guanabara.

Por fim, o estudo conclui que a RMRJ, ao reunir 74% da população do Estado do Rio de Janeiro, constitui-se, também, em espaço de pressão social marcado por grandes contradições, pois, muitas vezes, o crescimento econômico não caminha junto com o atendimento das necessidades básicas da população. Essas questões podem ser diagnosticadas no espaço a partir de graves problemas, tais como: a distribuição desigual dos serviços e equipamentos urbanos; a crescente demanda por habitações, marcada pelo aumento de submoradias e pela expansão de favelas; a intensa degradação do meio ambiente e o consequente esgotamento dos recursos naturais; a insegurança pública, demonstrada pelos altos índices de criminalidade. Dito isto, com base no que foi abordado até aqui, exploraremos, no próximo subcapítulo, aspectos das questões urbanas e habitacionais da região da Baixada Fluminense e Região Metropolitana.

## 2.3

### **A questão urbana e habitacional na Baixada Fluminense e Região Metropolitana**

Sobre a questão urbana, em geral, alguns estudos (Araújo; Pfeiffer, 2011; Acserald, 2010; Harvey, 2014) nos indicam que estamos sobre a égide da urbanização baseada no “empresariamento urbano”, caracterizado, particularmente, pela parceria público-privada e tendo como finalidade

político-econômica imediata “muito mais o investimento e o crescimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico” (Harvey, 1996 apud Araújo; Pfeiffer, 2011, p. 2). Essa lógica do “empresariamento urbano”, que se pretende mais eficiente, implica no abandono e mesmo desvalorização da organização burocrática entendida como um corpo técnico vinculado ao universalismo de procedimento e subordinada ao processo democrático de decisão (Ribeiro; Santos Junior, 2012).

Nesse aspecto, vivenciamos, nos últimos anos, momentos de transformações que colocam a necessidade de repensar a questão urbana brasileira e traduzi-la em novos modelos de planejamento e gestão das nossas cidades. A acumulação urbana está sendo (re)configurada no padrão clássico da modernização conservadora. Nossas cidades estão sendo incluídas nos circuitos mundiais que buscam novas fronteiras de expansão diante da permanente crise do capitalismo. O Brasil, neste caso, aparece como atrativa fronteira urbana para o capital financeiro, exatamente em razão do ciclo de prosperidade e estabilidade que atravessamos nos últimos anos (embora, atualmente, estejamos em um momento de recessão), combinado à existência de infraestrutura passível de ser espoliada.

Segundo Ribeiro e Santos Junior (2012),

Podemos observar em nossas cidades um novo ciclo de mercantilização, que combina as conhecidas práticas de acumulação urbana, baseada na ação do capital mercantil local, com as novas práticas empreendidas por uma nova coalização de interesses urbanos na direção da sua transformação em mercadoria. A expansão e crescente hegemonia da visão do Brasil como mercado conspiram contra a visão do Brasil como sociedade urbana, democrática, justa e sustentável (Ribeiro; Santos Junior, 2012, p. 14).

Conforme o estudo *Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX* (Cardoso, 2007), geralmente, as cidades brasileiras contemporâneas resultam da combinação de dois mecanismos complementares, são eles: a autonomia dos grandes agentes do capital para negociarem a cidade como mercadoria e a perversa política de tolerância com todas as formas de uso e apropriação do solo urbano, “o que permitiu não somente as ocupações ilegais das favelas e loteamentos irregulares, mas também as formas ilegais de ocupação de áreas nobres pelas classes médias e pelas elites” (Ribeiro; Santos Junior, 2011, p. 11).

De acordo com outro estudo de Ribeiro e Santos Junior (2012), a questão da moradia no Rio de Janeiro já aparece como um problema a partir da segunda metade do século XIX, motivada pelo intenso crescimento demográfico e pelas transformações na estrutura urbana decorrentes do papel preponderante desempenhado pela cidade, tanto do ponto de vista econômico quanto do político (Ribeiro; Santos Junior, 2012). O que, segundo Simões (2011), deve-se ao surgimento do bonde e da ferrovia, que permitiu a expansão da cidade para as freguesias rurais. O bonde serviu às freguesias mais próximas, nas zonas norte e sul e se tornou o grande indutor do modelo de ocupação voltada para os ricos e a nascente classe média, enquanto que, o trem, teve maior importância como indutor da urbanização quando as populações mais pobres passaram a ocupar as antigas freguesias rurais por meio dos loteamentos populares. De acordo com o autor,

Este padrão de segregação logo se tornaria hegemônico ao longo deste século (XIX) e do século XX, com exceção da localização dos mais pobres que irão ser deslocados para as áreas ao longo das vias férreas ou para as favelas. É importante ressaltar que é nesse período que nasce, ainda que de forma não explícita, um padrão de atuação do estado e do nascente capital imobiliário que começam a atuar em conjunto (Simões, 2011, p. 101).

Conforme sustenta Simões (2011), o século XX foi de intensa transformação no território da Baixada Fluminense, tornando-a uma área urbana periférica intimamente ligada à cidade do Rio de Janeiro, podendo ser considerada uma extensão desta, para além dos seus limites administrativos. Os poucos núcleos urbanos do século XIX nesta área, se transformaram em sedes de municípios com populações que ultrapassam as centenas de milhares, ganhando novas funções urbanas que “consolidaram uma divisão regional do trabalho que envolve e articula toda a metrópole, embora o centro de comando e das decisões continue a ser o núcleo metropolitano” (Simões, 2011, p. 108).

Portanto, podemos deduzir que a incorporação da Baixada Fluminense a mancha urbana do Rio de Janeiro se dá a partir do momento em que as terras disponíveis para loteamentos no núcleo, pelo menos as mais próximas a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e da Estrada de Ferro Leopoldina (EFL), começam a extinguir-se e, portanto, encarecer. De acordo com o Simões (2011),

A relativa proximidade dos distritos leva a um transbordamento das estratégias dos agentes imobiliários para estes, onde as pré-condições para a urbanização: agricultura estagnada, terras baratas e acesso a transporte de massa, já estavam presentes. Assim, se inicia a captura da região da Baixada Fluminense a lógica da

urbanização carioca com a redefinição do papel da região na economia do Rio de Janeiro, deixando de ser um mero local de passagem para definitivamente ser integrada na condição de espaço urbano periférico subordinado ao núcleo (Simões, 2011, p. 108).

Como visto anteriormente, a atual estrutura socioeconômica e espacial da Baixada Fluminense é bastante complexa e tem como característica a extrema desigualdade entre os municípios. Existem áreas extremamente dinâmicas, com complexos industriais, centros de comércio e serviços sofisticados e populares, áreas residenciais de luxo, ao lado de bairros com infraestrutura precária, sem nenhum tipo de comércio ou serviço, com ruas sem pavimentação e habitadas por populações extremamente pobres (Simões, 2011).

Segundo Souza (2014), sobre a questão da moradia e seus reflexos na qualidade dos aparelhos e dos serviços urbanos, o perfil socioespacial que representa a região da Baixada Fluminense, tem como característica ter sido originado a partir da expansão urbana que não seguiu o padrão da capital federal da época, e sim, “de uma cultura ligada ao padrão colonialista que a região em questão foi historicamente marcada” (Souza, 2014, p. 44). Dessa maneira, prossegue o autor,

o que atualmente é conhecido como Baixada Fluminense, mesmo integrada ao núcleo urbano carioca, onde benesses destinadas a uma metrópole em desenvolvimento esteve voltada à lógica político-administrativa nacional e não à dinâmica metropolitana *per si*, promoveram as disparidades socioespaciais no âmbito da RMRJ (Souza, 2014, p. 44).

Segundo pesquisa do professor Adauto Cardoso (1998), nas últimas décadas observa-se um razoável aumento da cobertura de infraestrutura na Baixada Fluminense, principalmente, no abastecimento de água e, em menor escala, na coleta de esgoto, no entanto, esses investimentos sempre tenderam a privilegiar mais à distribuição do que ao suprimento básico.

De acordo com Cardoso (1998), outro serviço bastante precário na região da Baixada Fluminense é o esgotamento, já que nem sempre os moradores sabem se seus domicílios estão conectados à rede geral de coleta de esgoto. Conforme aponta o autor, essas redes sanitárias, normalmente, apenas tiram o esgoto da porta da casa das pessoas e deságuam diretamente nos rios, sem qualquer tratamento. Além disso, como algumas áreas da Baixada Fluminense apresentam características de forte vocação ao alagamento e contam com serviços de drenagem/esgotamento de baixa capacidade técnica o que acaba

ocorrendo são frequentes inundações com retorno dos efluentes. Conforme o autor, “isso implica que, mesmo o aparente benefício de retirada do esgoto da porta dos domicílios pela instalação das redes se reverte em inundações” (Cardoso, 1998, p. 1686).

Outro aspecto relevante, para Cardoso (1998), é a questão dos resíduos sólidos. Para o autor, trata-se de um serviço que vem recebendo pouca atenção dos governos locais e, por outro lado, não dispõem de recursos para investimentos no setor. Na região, é comum que parte dos resíduos não coletados seja lançada em valas, canais e rios, “contribuindo assim para o assoreamento dos canais de drenagem e para as inundações periódicas que assolam a região” (Cardoso, 1998, p. 1686).

Sobre a questão da moradia, o estudo de Cardoso (1998) sustenta que, desde a década de 1990, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta um déficit significativo de moradias, pois, os problemas habitacionais necessitariam de uma solução articulada de forma mais ampla, ao nível da Região Metropolitana, para que soluções minimamente consistentes sejam alcançadas. De acordo com o autor, o déficit habitacional e o volume de recursos necessários para eliminá-lo, na RMRJ, são bastante elevados, estando fora do alcance da maioria das Prefeituras, à exceção da percente ao Rio de Janeiro. Por fim, e olhando particularmente para a Baixada Fluminense, Cardoso (1998), verifica a importância da problemática do aluguel para o enfrentamento do problema habitacional.

O déficit não se manifesta de forma imediata e visível, sendo relativamente pequeno o número de domicílios rústicos e improvisados. Isso significa, na verdade, que o problema habitacional vem sendo resolvido, pela própria população, através de soluções que implicam em uma precarização das condições de vida, seja pela convivência de mais de uma família no mesmo domicílio, não por opção, mas por necessidade, e pelo comprometimento de parcela significativa do orçamento familiar para o pagamento de aluguel, restringindo a capacidade de consumo em outros itens, fundamentais à sobrevivência da população em condições dignas (Cardoso, 1998, p. 1692).

O autor também chama atenção para a questão do adensamento domiciliar da região, na qual se observam números significativos, embora, sensivelmente menores que aqueles relativos à infraestrutura. Segundo Cardoso (1998), nesse sentido, a situação da Baixada Fluminense revela-se mais problemática que a média-metropolitana, pois, segundo os dados da pesquisa, Japeri, Queimados e Belford Roxo são os municípios que apresentam os índices

mais elevados de carência na área, em termos relativos, com 93%, 74% e 70% do total de domicílios, respectivamente.

Segundo Simões (2011), este aumento da densidade domiciliar significa que mais pessoas passam a dividir a mesma habitação. Isto poderia ser consequência do aumento de tamanho das famílias, mas não há dados que confirmem esta hipótese. Sendo assim, a hipótese mais viável é a subdivisão das habitações e a sua transformação em habitação coletiva.

Em conclusão, o autor entende que o problema da carência de infraestrutura está localizado, principalmente, nos serviços de coleta de resíduos e no esgotamento sanitário. O autor constata que, em ambos os casos, os domicílios não são atendidos de forma adequada, pois, “embora seja alto na média metropolitana, é bem superior na Baixada Fluminense, onde o total de domicílios carentes e inadequados é de cerca de 50% em relação ao total dessas categorias em toda a RMRJ” (Cardoso, 1998, p. 1694). De acordo com Cardoso (1998),

Esse problema assume dimensões mais graves se tomarmos a distribuição por faixas de renda a extensão da problemática habitacional. Em primeiro lugar, os problemas são mais graves para os mais pobres, em todas as circunstâncias, mas, acentuam-se ainda mais na Baixada Fluminense. Como os números relativos à média metropolitana refletem o peso significativo do município nuclear – a cidade do Rio de Janeiro –, isso significa, em resumo, que ser pobre no Rio é “melhor”, em termos de condições de conforto e salubridade domiciliar, que ser pobre na Baixada (Cardoso, 1998, p. 1692).

Conforme aponta a pesquisa de Cardoso (1998), as dificuldades de acesso ao mercado habitacional resultam na precarização das condições de moradia, onde, esta se expressaria por meio da irregularidade jurídica ou urbanística dos assentamentos. Segundo o autor, no caso da RMRJ, essa irregularidade se manifesta pela questão da propriedade da terra e do não cumprimento das normas de uso do solo. Para Cardoso (1998), favelas e loteamentos irregulares são a expressão espacial da precarização da moradia, porém, o problema da ilegalidade na propriedade da terra não é apenas um problema das favelas e das áreas centrais das metrópoles, e sim, um fenômeno difundido em toda a região, apresentando, na área da Baixada Fluminense, percentuais semelhantes à média-metropolitana.

O autor conclui que a solução desses problemas depende de investimentos de grande alcance, pois as prefeituras dos municípios mais pobres costumam desenvolver suas políticas dentro de um padrão clientelista



tradicional, tendo uma definição de prioridades que atende, principalmente, aos interesses político-eleitorais imediatos. Essa forma de fazer política, que, segundo o autor, persiste, predominantemente, na Baixada Fluminense, incide sobre outro problema, o da inadequação técnica. De acordo com Cardoso (1998),

O desafio do déficit e das inadequações habitacionais exige, assim, maior integração entre as diferentes instâncias de poder, capacidade técnica de intervenção e participação popular na formulação de agendas e no controle das políticas. Exige ainda uma integração de políticas habitacionais clássicas, de provisão, com outras, de caráter regulatório e, ainda, com políticas de saneamento e de meio ambiente (Cardoso, 1998, p. 1700).

Sobre a criação de políticas habitacionais, o estudo de Simões (2011), destaca que, ao se investigar como a região da Baixada Fluminense foi efetivamente ocupada, constata-se que, na medida em que o capital imobiliário se ocupou de uma parcela ínfima da produção de moradias nesta região, o Estado, em suas múltiplas instâncias, também não foi um grande produtor de moradia, “já que podemos “contar nos dedos” os conjuntos habitacionais construídos, ou mesmo financiados por estes ou seus agentes, que fossem voltados para a população de baixa renda” (Simões, 2011, p. 160). Desse modo, de acordo com o autor, o processo de produção de moradia barato e relativamente eficaz que se mostrou viável foi a autoconstrução. Esta forma de produzir a moradia é definida pelo autor como “o processo pelo qual o trabalhador e sua família, sozinhos, ou com ajuda de terceiros, executa toda ou grande parte da tarefa de edificar a sua própria casa” (Simões, 2011, p. 160).

Segundo Simões (1998), a venda da casa autoconstruída, embora não muito frequente, pode acontecer quando a família ascende socialmente e vende a casa para se mudar para bairros com melhor infraestrutura, quando as famílias empobrecidas vendem a casa em um bairro mais consolidado e se mudam para bairros mais afastados, ou, até mesmo, quando há uma situação de valorização do bairro ocorrendo à captura deste pelo mercado imobiliário formal. Todavia, destaca Simões (2011),

a principal motivação para a venda está na pressão exercida pelo aumento do preço do solo urbano nestes locais, quando os preços chegam a valores relativamente altos para os padrões de renda dos moradores ficando muito difícil resistir a estas ofertas (Simões, 2011, p. 163).

Para o autor, em geral, a venda das casas é uma situação limite, e ocorre, principalmente, quando as possibilidades de resistência se esgotam.

Este fenômeno se dá, basicamente, porque o processo de valorização dos bairros, com raras exceções, não seria suficiente para vender a casa e ir para um bairro melhor. Segundo Simões (2011), na maioria das vezes em que se vende uma casa é com a finalidade de ir para um bairro de pior qualidade de vida. Outra razão muito forte para não se vender uma casa é a preservação do terreno para futuras construções e ampliações para os filhos, onde isso ainda é possível, principalmente porque se sabe que as condições que permitiram aos moradores comprar estes terrenos dificilmente se repetirão, a não ser que sejam em lugares mais distantes e precários. Com isso, o terreno passa a ser uma reserva de valor para as gerações futuras. De acordo com Simões (2011), “autoconstrução deve, portanto, ser entendida muito mais como um processo coletivo do que uma escolha individual, tanto em função da amplitude de seu uso, como pela sua capacidade de gerar redes de trabalho coletivo” (Simões, 2011, p.163).

Dito isto, veremos, no próximo capítulo, como essas colocações acerca do direito à moradia e da questão habitacional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em especial a área da Baixada Fluminense, irão subsidiar o entendimento dos impactos causados pelo AMRJ nesta região.

### 3

## O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro

### 3.1

#### Arco Metropolitano: Breves considerações acerca dos contextos histórico, político e econômico

Podemos perceber que a história do território da Baixada está ligada diretamente à dinâmica de urbanização da capital. O desenvolvimento econômico da capital fez com que o território desta região se alterasse, assim, modificando suas formas e seus limites. Áreas, até então, rurais, foram sendo incorporadas a pequenos núcleos locais, de acordo com os interesses políticos de cada momento. Na perspectiva dos impactos causados por obras que visam integrar e reestruturar a região da Baixada Fluminense, traremos a Rodovia Raphael de Almeida Magalhães, o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, para análise.

Idealizado no período militar, na década de 1970, o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro só foi realizado nos anos 2000, mais precisamente entre 2007 e 2014. Segundo o portal da Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro<sup>4</sup>, o projeto antecedeu a criação da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), instituída em decorrência da criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (Modelar a metrópole, 2018). De acordo com pesquisa realizada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), organizada pelas professoras Vera Regina Tângari, Andrea Queiroz Rego e Rita de Cássia Montezuma, o início da obra só acontece após sua integração no Programa de Aceleração do

---

<sup>4</sup> Órgão criado em 2014 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro com a missão de coordenar ações de interesse comum aos, segundo a mesma, 21 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) relacionados à mobilidade, preservação do patrimônio natural e histórico, meio ambiente, saneamento e abastecimento de água, ordenamento espacial, entre outros temas. MODELAR A METRÓPOLE. Câmara Metropolitana. Disponível em: <<http://www.modelarametropole.com.br/rmrj/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

Crescimento (PAC<sup>5</sup>), sendo realizada por meio da parceria dos governos estadual e federal (Tângari; Rego; Montezuma, 2012).

As três décadas que separam a idealização da obra e sua realização são caracterizadas por um período de estagnação econômica do estado fluminense. Segundo Ticianne Ribeiro de Souza, na dissertação de mestrado intitulada “O papel da ideologia na expansão urbana: a questão econômica e os impactos socioambientais do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro”, apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, durante o século XX, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990, a economia do estado do Rio de Janeiro sofreu com uma forte crise político-institucional e dentre os principais motivos para este fato estariam a falta de competitividade e decadência da indústria fluminense em relação ao estado de São Paulo (Souza, 2015).

No entanto, com o aumento da produção de petróleo a partir da década de 1990, aliada a perspectiva “neodesenvolvimentista” implementada pelo PAC, o Estado do Rio de Janeiro, no Governo Rosinha Matheus, contando com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), inicia um projeto de construção de uma refinaria no estado (Souza, 2015). A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em matéria publicada em 02/01/2003, reporta as intenções do governo estadual e seus parceiros para construção da refinaria. Conforme a reportagem,

A governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, está encabeçando movimento para a construção de uma refinaria de petróleo na Região Norte Fluminense. O movimento já intitulado de “A Refinaria é Nossa” será lançado na próxima segunda-feira (6) e conta com o apoio dos Presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêia; da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Marclio Marques Moreira; e da Fecomércio, Orlando Santos Diniz. O secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo, Wagner Victer, revelou que também será aberto um manifesto público para empresas, políticos e todas as entidades da sociedade civil que desejarem aderir a campanha (EBC, 2003).

---

<sup>5</sup> O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) - criado em 27 de janeiro de 2007, através do decreto 6.025, representou um novo modelo de planejamento, gestão e execução do investimento público. Procurou articular projetos de infraestrutura públicos e privados e medidas institucionais para aumentar o ritmo de crescimento da economia. De cunho desenvolvimentista, o projeto anuncia como objetivos modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento, aperfeiçoar a gestão pública e elevar a qualidade de vida da população. BRASIL. Decreto n. 6.025, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6025.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2018.

Ainda de acordo com a matéria, a governante, em seu discurso de posse enfatiza que “o estado do Rio de Janeiro é responsável por cerca de 80% da produção nacional de petróleo, destacando que, se o petróleo é do Rio de Janeiro, a refinaria também tem de ser” (EBC, 2003). Segundo Souza (2015), é a partir da conjunção dos episódios, aumento na produção de petróleo e retomada de investimento estatal, que a “Petrobras decide, então, instalar no estado a sua nova refinaria, o Complexo Petroquímico no estado do Rio de Janeiro (COMPERJ)” (Souza, 2015, p.68) sendo a área escolhida para a construção do complexo o município de Itaboraí, na Região Metropolitana do estado.

De acordo com Souza (2015), a opção pela cidade de Itaboraí faz parte de uma estratégia política, a autora ressalta que em nenhum documento referente ao Arco Metropolitano evidencia os motivos técnicos à escolha da cidade para sede do COMPERJ, bem como a escolha de Itaguaí para o escoamento de sua produção e tampouco a opção pelo modal viário para fazer essa ligação. “Essas três escolhas políticas foram feitas sem nenhuma discussão com a população e sem apresentar argumentos que as respaldassem” (Souza, 2015, p. 94).

O artigo de Leandro Dias de Oliveira, publicado na revista Espaço e Economia, em 2015, nos ajuda a dilucidar algumas questões. Inicialmente, o autor reforça os argumentos Souza (2015) e esclarece que mesmo após décadas marcadas por um processo de fuga das fábricas, pela crise dos setores estratégicos e pela migração das sedes empresariais, tudo leva a crer que no estado do Rio de Janeiro ocorre uma retomada econômica e o território fluminense tende a se tornar novamente um polo atrativo de investimentos (Oliveira, 2015). De acordo com o autor,

ainda que em tempos de retração produtiva e pessimismo em curto prazo acerca dos rebatimentos da crise de largo espectro econômico nacional e internacional. Nos últimos anos, houve o aparecimento de novos investimentos e ou incremento de antigas bases produtivas, que compreendem desde a instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ até as inúmeras intervenções realizadas na borda oeste da região metropolitana (Oliveira, 2015, p. 4).

Segundo Oliveira (2015), a expansão econômica do estado do Rio de Janeiro tem alterado a própria lógica de dinamização da Região Metropolitana, tornando a relação das áreas centrais e periféricas mais complexas. Para que compreendamos os impactos da nova dinâmica econômico-espacial da região metropolitana do estado, devemos estar atentos tanto à nova ordenação espacial

quanto ao “processo de requalificação urbana à brasileira” (Oliveira, 2015, p. 5), o qual o autor caracteriza como a manutenção dos problemas sociais históricos em áreas ocultas pela paisagem. De acordo com o autor,

Assim como acreditamos que o neoliberalismo foi mais agressivo territorialmente e mais socialmente virulento em países como o Brasil – *nos tempos de privatização em larga escala, o território foi também em grande parte negociado para grandes empresários* –, a “acumulação flexível à brasileira” tem mantido a disciplinaridade, vigilância e hierarquização fordista de maneira combinada com novas formas produtivas flexíveis, e ainda permanece apostando na ideologia do desenvolvimento, na oferta de empregos e nos benefícios do Estado (Oliveira, 2015, p. 10).

De acordo com o geógrafo Floriano J. G. de Oliveira, “o mais importante nesse processo é que a escolha do local para a instalação da refinaria foi uma decisão política do governo federal justamente para desencadear o movimento de recuperação da economia do estado” (Oliveira, 2014, p. 15). Deste modo, observa-se que o COMPERJ é uma peça chave para entendermos como o volume de investimentos reverteu uma tendência de interiorização da economia do estado do Rio de Janeiro e gerou uma reconcentração das atividades no espaço metropolitano. Corroborando com Oliveira (2014), Oliveira (2015) exemplifica as principais expressões espaciais do processo de reestruturação-territorial produtiva. Segundo ele,

É possível indicar que a Baixada Fluminense hoje é composta por Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti, que convivem com o histórico estigma de atraso e pobreza e assistem recentemente o processo, em diferentes graus, de requalificação urbana. Todavia, enquanto Magé e Guapimirim estão claramente incluídas economicamente no Leste Metropolitano Fluminense e vivem os rebatimentos produtivos do COMPERJ, as cidades de Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados e Seropédica vivem um processo de industrialização com característica bastante peculiares da borda metropolitana; ou seja, a borda da área metropolitana como área de expansão, influência e, por que não, como polo de propagação da metrópole (Oliveira, 2015, p. 5).

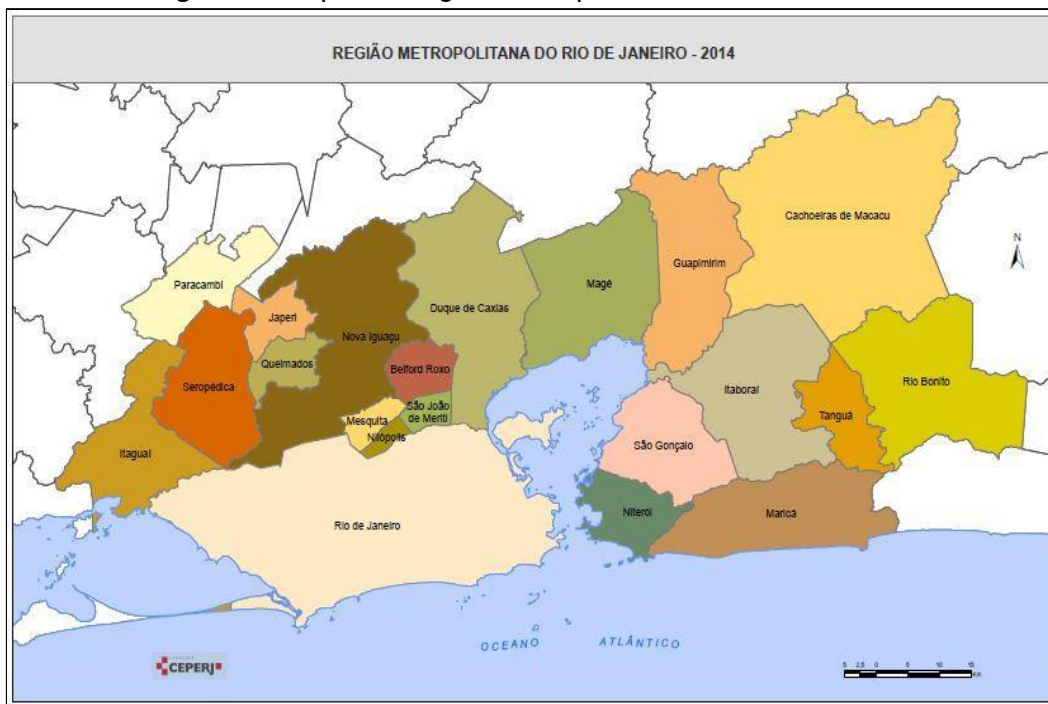
Além disso, Oliveira (2015) argumenta que estas mudanças em curso no espaço metropolitano fluminense expressam algumas características territorial-produtivas que podem ser sintetizadas em: a) a reabilitação da fábrica como esperança de desenvolvimento; b) a consolidação da ideologia do desenvolvimento sustentável como opção produtiva; c) a progressiva substituição da fábrica-centralidade para a “empresa-bunker” e, por fim; d) o álibi logístico como trunfo territorial do modelo “foot-loose” do desenvolvimento. Este último argumento é intrinsicamente ligado ao Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, pois, a estrada “aproximou realidades industriais na borda metropolitana

fluminense, sendo idealizada como facilitadora do acesso ao Porto de Itaguaí, com o intuito também de diminuir os gastos referentes ao escoamento da produção” (Oliveira, 2015, p. 16).

O porto de Itaguaí está localizado na região compreendida entre a Baixada Fluminense e a Costa Verde, cerca de 70 quilômetros de distância da capital do estado. Na verdade, trata-se de um complexo portuário que agrega a Sepetiba Tecon, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Portuária Baía de Sepetiba e a Valesul Alumínio no maior hubport (porto concentrador) da América Latina juntamente com o Porto Sudeste implicam em um conjunto portuário para além das fronteiras terrestres. Segundo Oliveira (2015), em Itaguaí foi constituída uma capitania industrial, caracterizada pela presença de “*empresasbunkers*, delimitando seus territórios e reconstruindo a paisagem local. Na Ilha da Madeira, há de fato uma nova realidade geográfica, marcada pela forte presença dos investimentos produtivos” (Oliveira, 2015, p. 14).

Como veremos a seguir, no mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (fig. 5), os limites de Itaguaí, ao norte, são com Pirai e Paracambi, a oeste com os municípios de Rio Claro e Mangaratiba, ao leste faz divisa com os municípios do Rio de Janeiro e Seropédica e, por fim, é banhado ao sul pela Baía de Sepetiba.

**Figura 5:** Mapa da Região metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: CEPERJ (2018).

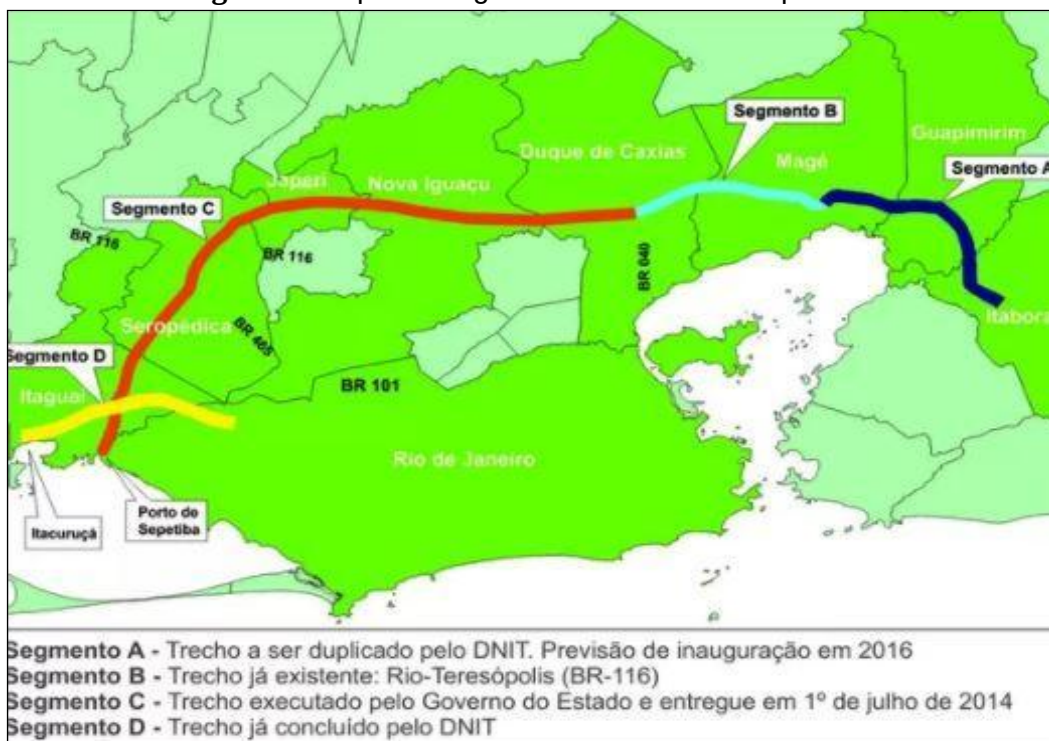
Na outra ponta da estrada, está situada a cidade de Itaboraí, também localizada na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente às margens da Baía de Guanabara, cerca de 50 quilômetros de distância da capital. De acordo com o IBGE, a fundação de Itaboraí ocorreu em 1672, com a inauguração de uma capela dedicada a São João Batista, substituída por outro templo, em 1693. Entre os séculos XVIII e XIX, a freguesia de São João de Itaboraí apresentou um notável desenvolvimento quando, em meados de 1874, foi inaugurada a Estrada Ferro-Carril Niteroiense, partindo de Maruí, na então capital Niterói, até Porto das Caixas. A construção da estrada foi uma das principais causas do declínio do porto e, por consequência, da Vila de São João de Itaboraí. Enfim, em 1890, é elevada à condição de cidade com a denominação de Itaboraí, pelo Decreto Estadual n.º 38, de 16-01-1890 (IBGE, 2018). O município, atualmente, faz divisa com Guapimirim, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Tanguá e Maricá.

O Arco Metropolitano, dentre outros benefícios, foi anunciado como uma possibilidade para melhorar a qualidade de vida dos habitantes destas áreas, pois, favoreceria a mobilidade urbana, oferecendo ao trabalhador um menor tempo de deslocamento para o trabalho ao interligar as diversas rodovias de entrada e saída da cidade do Rio de Janeiro, facilitando o fluxo do trânsito (o Arco interligara as cinco principais rodovias que atravessam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ):

- Rodovia Washington Luís (BR-040);
- Rodovia Presidente Dutra (BR-116);
- Antiga estrada Rio-São Paulo (BR-465);
- Rodovia Rio-Santos (BR-101 sul) e;
- Rio-Vitória (BR-101 norte).



**Figura 6:** Mapa de Segmentos do Arco Metropolitano



**Fonte:** RIMA (2007).

A edição do Jornal do Brasil, do dia 01/07/2014, em artigo sobre o Arco Metropolitano, destaca que os principais acertos para obra foram feitos no ano de 2007, quando o governador e o Presidente eram, respectivamente, Sérgio Cabral e Lula. A reportagem reforça que, em novembro de 2007, os acordos foram finalmente sacramentados. Aponta a matéria:

O convênio a ser sacramentado segunda-feira envolve R\$750 milhões em recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e outros R\$ 100 milhões estaduais. E embute um rígido cronograma de obras. Espaço de tempo entre início e o fim do projeto: três anos. Vai ultrapassar o mandato de Cabral, mas pode ajudar a catapultar sua segunda temporada a frente do Estado. Ou, quem sabe, o caracol de estradas impulse sonhos políticos mais ambiciosos. [...] O edital, no valor de R\$850 milhões, já está pronto. Assim como a garrafa de champanhe na geladeira do Palácio Guanabara. (JB, 07/11/2007).

Corroborando com o discurso de que o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro é uma obra fundamental para as pretensões de retomada econômica do Estado, o estudo da COPPE/UFRJ sobre integração do planejamento do uso solo, realizado por Paulo Roberto Carneiro, em [s.d.], revela que,

O Arco Metropolitano irá provocar transformações significativas na estrutura urbana da Baixada Fluminense, criando novos vetores de expansão e novas centralidades urbanas. Essa é uma obra de múltiplos objetivos e de importância estratégica para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, interligando cinco

rodovias federais, uma ferrovia e vários pólos industriais de grande porte que estão sendo implantados na Região Metropolitana (Carneiro, [s. d], p. 2).

Assim como em Carneiro [s.d.], Souza (2015) salienta que a rodovia será de grande valia para uma futura estruturação do território metropolitano, sobretudo, no que diz respeito à expansão urbana. Acrescentando que, como qualquer via de uma malha rodoviária, a rodovia irá ser muito útil para conectar áreas e vias já existentes. Porém, apesar de reconhecidamente se tratar de uma obra importante para economia, planejamento e integração da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, como bem evidencia a pesquisa, a abertura da estrada chama mais atenção pelas decisões relacionadas ao modo como a rodovia foi construída (Souza, 2015). A pesquisa destaca que nos aspectos relacionados ao traçado e a tipologia da estrada, “ainda que a rodovia fosse uma obra prioritária para a mobilidade metropolitana, ela poderia ter sido feita de forma a causar menos impactos ao meio ambiente” (Souza, 2015, p. 93).

Contudo, a inauguração ocorreu na manhã do dia 1º de Julho de 2014, ou seja, às vésperas do processo eleitoral que iria reeleger a presidente Dilma Rousseff. Nesse dia, como noticiaram os principais órgãos de imprensa, além da presidente, também estavam presentes o ex-governador Sérgio Cabral e o Secretário Estadual de Obras Hudson Braga, o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, vários prefeitos da Baixada Fluminense, o governador do Estado Luiz Fernando Pezão e os Ministros dos Transportes e das Cidades, Paulo Passos e Gilberto Occhi, respectivamente.

Na manhã desse dia, a presidente Dilma ratificou que a construção do Arco Metropolitano proporcionaria o crescimento econômico e social da Baixada Fluminense, ao citar dados da FIRJAN, que este primeiro trecho da rodovia deverá elevar o Produto Interno Bruto (PIB) fluminense em R\$ 1,8 bilhão, apenas considerando o ganho de produtividade em transporte (FIRJAN, 20007). Segundo reportagem do Jornal do Brasil, ao concluir sua fala, a presidente “cumprimentou os funcionários que trabalharam na construção do Arco Metropolitano e salientou que a nova rodovia vai abrir uma “imensa oportunidade” social e econômica para o Estado” (Freitas, 2014). A chefe de Estado ressaltou que na avaliação do governo este projeto era importante para o desenvolvimento socioeconômico, de uma área que ela considerou um vazio demográfico, por ligar o Porto de Itaguaí a diversos municípios da Baixada Fluminense. Além disso, permitiria a chegada de novas fábricas e empresas na borda da estrada,

consequentemente, atraindo mais empregos para região e dinamizando este território.

Durante a cerimônia, também foi assinado um contrato entre o governo federal, a Caixa Econômica Federal e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio (Cedae), a abertura de uma nova linha de crédito destinado ao programa Guandu 2. Destacou a presidente,

Daqui um tempo nós vamos voltar aqui para dizer o seguinte, a Cedae universalizou, levou para cada casa água tratada da melhor qualidade. Sem isso, as cidades não vivem. Era um dos maiores objetivos nossos e agora ele está sendo concretizado. Levar água tratada para toda a Baixada, nessa perspectiva de transformar esta região numa das mais desenvolvida do estado do Rio (Freitas, 2014).

Sobre a questão da moradia, Dilma assegurou a continuidade do programa “Minha Casa Minha Vida”, que nesta época atendia as pessoas que ganhavam na faixa de até três salários mínimos. Destacou, também, que a realização da obra envolveu muitos desafios, “como as desapropriações e o adequado tratamento e salvamento dos 68 sítios arqueológicos descobertos no trajeto” (Freitas, 2014). Contudo, passado menos de um ano de sua inauguração, mais precisamente em 01/04/2015, o Jornal O Globo publicou em sua coluna de opinião o artigo denominado: “Arco Metropolitano é vítima de descaso com zoneamento”. Diz o artigo,

Sem a definição de um programa de zoneamento no entorno, trechos marginais da estrada são um convidativo vazio urbano para a indústria da informalidade. Que, previsivelmente, já começa a agir ao longo da via, com a ocupação ilegal de lotes para a construção de casas. Sobretudo no trecho que vai de Japeri a Nova Iguaçu, é intenso o ritmo de ocupação ilegal. Lotes são cercados, placas de “propriedade” são afixadas e proliferam faixas anunciando a venda de terrenos. Como agravante, nesse movimento, em si ilegal, já se registrariam as digitais de grupos milicianos: segundo denúncias, eles estariam por trás de alguns loteamentos. Ou seja, tudo errado (O GLOBO, 01/04/2016).

É perceptível que alguns núcleos urbanos existem, ou melhor, já existiam ao longo do traçado da rodovia. A Baixada Fluminense é uma região considerada como zona de expansão urbana, com forte pressão de ocupação e tendências de crescimento. Os órgãos responsáveis pela obra previam ações de acompanhamento visando à reestruturação de acessos, ações paisagísticas, ordenamento populacional e territorial dos moradores que tiveram seus espaços físicos atravessados. No entanto, em nossas observações, na rodovia, não nos parece que essas iniciativas estão sendo realizadas.

Sabe-se que a construção de estradas é uma atividade que produz alterações consideráveis nas características naturais das regiões. Diversos estudos são utilizados para que a população atingida possa se utilizar destas informações e garantir seus interesses na tomada de medidas que minimizem os prováveis impactos socioambientais (RIMA, 2007). Segundo os estudos de (Souza, 2015), (Carneiro, 2008), (Tângari; Rego; Montezuma, 2012), (Moraes; Nacif; Name, 2012), a abertura do Arco Metropolitano é, direta e indiretamente, o causador de vários impactos socioambientais nos oito municípios pelo qual perpassa. De acordo com Carneiro (2008), o Arco irá provocar mudanças significativas na estrutura urbana da Baixada Fluminense, criando novos vetores de expansão e novas centralidades urbanas. Tângari, Rego e Montezuma (2012), argumentam que,

quando confrontados com a intensidade e a formulação de investimentos concentrados em certas porções do território, contidos em projetos de infraestrutura, transportes, habitação, saneamento, energia ou industrialização, são os sistemas de espaços livres - especialmente aqueles localizados em suportes sensíveis do ponto de vista ambiental (encostas, florestas, áreas úmidas, banhados, mananciais) ou social (periferias urbanas, áreas de ocupação informal, áreas rurais estagnadas) – que primeiramente sofrem os impactados das transformações do território (Tângari; Rego; Montezuma, 2012, p.28).

Enquanto Moraes, Nacif e Name (2012) consideram que os desafios dos impactos gerados a partir da implantação do Arco Metropolitano são, sobretudo, compreender o surgimento espontâneo de “pequenos comércios ou outras atividades que, mesmo que absolutamente informais, são bem vindos e podem produzir (micro) centralidades econômicas” (Moraes; Nacif; Name, 2012, p. 126) propiciando práticas “topofílicas”<sup>6</sup> e delineando estas “(micro) centralidades”, atribuindo-as aos valores simbólicos e de uso. Os mesmos autores alertam que, por outro lado, “estes espaços podem vir acompanhados de uma maior pauperização da paisagem, pela produção de habitação irregular e descontrolada” (Moraes; Nacif; Name, 2012, p. 126).

Esses autores perpassam pela questão urbana para indicar os impactos socioambientais que vêm atingindo a área afetada pelo Arco Metropolitano. Observamos que nenhum desses estudos se debruçou a estudar o fenômeno das remoções ocorridas durante a implementação da estrada. A matéria do Jornal Extra, escrita por Custódio (2012), traz dois relatos de famílias removidas pela obra. Segundo a matéria: “a dona de casa Valéria Pereira Ribeiro da Vitória,

---

<sup>6</sup> Preferência ou conexão sentimental que alguém apresenta em relação a determinados lugares.

de 41 anos, que vive na Rua Bom Jardim desde que nasceu se nega a deixar com os sete filhos à casa de sete cômodos pelo preço de R\$12 mil”. Na mesma reportagem, é descrito o relato de Rose Inês Souza Ribeiro, “de 53 anos, que aceitou R\$ 17.400 como indenização e hoje vive de aluguel. A casa, onde Rose Inês morava, foi parcialmente demolida, em novembro do ano passado. Na mesma rua, os entulhos de outras casas se acumulam” (Custódio, 2012).

Corroborando com essas matérias, no mesmo ano, o Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu - Dom Adriano Hypólito<sup>7</sup> publicou em sua conta no *youtube*, dois relatos de moradores do mesmo bairro, no qual os mesmos confirmam situações que vão além de valores de indenização. O Sr. Sebastião Rodrigues Martins, de 81 anos à época, morador do local por mais de 30 anos, narra o dia a dia, durante o período de obras/negociação entre os moradores e os órgãos competentes. De acordo com o morador, “falaram pra mim (Sebastião) que a máquina não pode parar. O oficial de justiça vai te dar prazo de cinco dias para você tirar os móveis de casa. A máquina vai virar tudo de perna pra cima. Eles me ameaçaram, né?” (Vítimas, 2012).

### 3.2

#### **A relação das grandes obras e mobilizações coletivas no contexto dos megaeventos no Brasil e seus impactos sobre a cidade**

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação.

Debord (2000)

Nos últimos anos, a cidade do Rio de Janeiro se notabilizou por sediar grandes eventos esportivos, como por exemplo, os Jogos Pan-americanos de 2007, a Copa das Confederações, em 2013, a Copa do Mundo de 2014 e, finalmente, os Jogos Olímpicos de 2016. Portanto, para pensarmos a relação entre os megaeventos e a cidade, antes de tudo, precisamos definir o que entendemos por megaeventos e, principalmente, qual(is) o(s) impacto(s) ou - para utilizar o termo amplamente empregado pela mídia e opinião pública - legado(os) desses eventos na forma de pensar e planejar a cidade.

<sup>7</sup> O Centro de Direitos Humanos Dom Adriano Hypólito, localizado na Mitra Diocesana, no bairro do Moquetá, em Nova Iguaçu faz parte da Comissão Diocesana para Serviço da Caridade, Justiça e Paz, atuando, principalmente, no auxílio jurídico aos moradores de Nova Iguaçu.

Segundo o professor Gilmar Mascarenhas (2015), podemos definir esses grandes eventos esportivos como

um conjunto de competições periódicas de âmbito planetário, geralmente quadrimestrais, que vêm apresentando há décadas crescimento constante e elevada capacidade de impactar as cidades onde são realizadas, implicando a articulação de complexo concerto logístico e ampla coalizão política. Representam, assim, uma oportunidade singular para se pensar e enfrentar crônicos problemas na produção da cidade (Mascarenhas, 2015, p. 8).

Para compreendermos os possíveis efeitos econômicos desse conjunto de “competições periódicas” de eventos esportivos na cidade, precisamos entender que o “mercado esportivo mundial” exerce uma função estratégica para o capital. Trata-se de um dos instrumentos mais importantes para encarar a tendência decrescente das taxas de acumulação e as necessidades de absorção de capital (Gonçalves; Magalhães; Simões, 2013). Para a professora e assistente social Adriana Penna,

O papel exercido pelo fenômeno esportivo contemporâneo, ou melhor, pela sua forma mais avançada, a qual se expressa na e pela expansão do mercado esportivo mundial, se faz presente, sob inúmeras formas, na atual fase do capitalismo. É dentro dessa lógica que identificamos o fenômeno esportivo contemporâneo integrado à manutenção de relações sociais cada vez mais alienadas e hedonistas, sob as quais se forjam as contradições e a irracionalidade humana que tanto têm contribuído com o processo de produção e reprodução capitalista (Penna, 2013, p. 210).

Portanto, entendemos que megaeventos esportivos (mas não apenas os esportivos) são a expressão das atividades capitalistas concentradas. É um momento de união entre o Estado e o grande capital “produzindo um legado, de um lado, marcado por relações sociais cada vez mais alienadas e hedonistas, de outro, por processos irracionais de construção e subsequente destruição de grandes equipamentos” (Gonçalves; Magalhães; Simões, 2013, p.14). Ou seja, megaevento é um fenômeno que promete à população uma sociedade melhor do que ela é, onde os principais propósitos são a busca do prazer pelo consumo, ao mesmo tempo em que acontecem privações de direitos e privatizações de espaços públicos, entre outras violações. Corroborando com tal afirmativa, o estudo do Observatório das Metrópoles traz importante reflexão sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade, em artigo publicado em 2015, seus autores argumentam que

os megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro – Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 – são a expressão de um projeto urbano de reestruturação da

cidade e da adoção de um novo padrão de governança empreendedorista neoliberal sustentada por uma coalizão de interesses econômicos, políticos e sociais. (Castro et.al, 2015, p. 409).

De acordo com os professores Luiz César de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Júnior, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), estamos diante de “de um novo padrão de governo nas cidades, fundado na governança empreendedorista, como decorrência das mudanças econômicas e políticas no país” (Ribeiro; Santos Júnior, 2012, p. 23). Ainda segundo os autores,

essas mudanças estariam aprofundando a mercantilização das cidades, criando condições para a circulação e reprodução do capital através da transformação dos preços e das instituições de mercado no núcleo central da dinâmica de organização e apropriação do território urbano (Ribeiro; Santos Júnior, 2012, p. 23).

É importante salientar que esse “modelo de governança empreendedorista” não nasce nos eventos realizados no Brasil (Ribeiro; Santos Júnior; 2013; Cunha, 2013). A referência obrigatória para quem procura entender os efeitos da realização de eventos de tal magnitude são os Jogos Olímpicos de 1992, em Barcelona. Esse evento nos ajuda a compreender tanto os possíveis impactos para as cidades organizadoras, quanto sua projeção, em nível internacional (Cunha, 2013). Nesse sentido, o artigo publicado na revista “O Social em Questão”, do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pela pesquisadora Neiva Vieira da Cunha, traz profundas contribuições sobre o pensamento do professor da Universidade de Barcelona, o antropólogo Manuel Delgado.

Por meio da análise da obra, “La ciudad mentirosa. Fraude y miséria del ‘modelo Barcelona’”, a pesquisadora apresenta, de forma clara e sucinta, a percepção de Delgado sobre a experiência de preparação da capital catalã para os Jogos Olímpicos de 1992 (Cunha, 2013). Ao analisar o processo de consolidação do modelo de “empreendedorismo urbano”, que, segundo Cunha (2013), se “tornou hegemônico no atual cenário internacional” Delgado reforça que

ao converter as cidades em produto de consumo, através de uma extraordinária estratégia de marketing, tal modelo vem sendo promovido pelo capital financeiro e imobiliário, assim como pela indústria do turismo e do entretenimento, que descobriram no território urbano uma enorme fonte de especulação e enriquecimento. São as cidades-commodities, ou cidades-negócios, produzidas através de dinâmicas globalizadoras de internacionalização de uma modelo de intervenção urbana que realiza os interesses de grandes corporações multinacionais (Cunha, 2013, p. 326).

De acordo com Cunha (2013), Delgado, em alguns momentos, reconhece que tal experiência tenha trazido benefícios para a gestão urbana e a economia local. Porém, segundo a autora, os principais objetivos do autor estão relacionados à investigação sobre as reais razões, interesses e motivações que estão em jogo nesses processos e, conseqüentemente, como essas ações empreendedoras vêm se expandindo e afetando outras cidades no mundo, como foi o caso do Rio de Janeiro (Cunha, 2013).

Segundo Cunha (2013), constantemente apresentado como um modelo de requalificação eficaz, capaz de produzir bem-estar social e resolver as “patologias urbanas”, o ‘modelo Barcelona’, a priori, se caracteriza pela continuidade das concepções vigentes do período franquista. Conseqüentemente, para o autor, a ideia de ruptura e inovação do modelo em relação às políticas de planejamento urbano propostas anteriormente para a cidade é questionada desde o primeiro instante. Para a pesquisadora,

De fato, o que se evidencia nessa passagem é muito mais a possibilidade de realização de um projeto (que de novo não tinha nada), exceto o fato de haver encontrado finalmente condições favoráveis à sua realização a partir da realização dos Jogos Olímpicos e de tudo o que isso representava em termos de investimento e desenvolvimento urbano. Assim, essa “transição” teria muito mais um caráter de “transação”, no sentido da negociação de interesses que permitiram finalmente sua execução (Cunha, 2013, p. 327).

Conforme ressalta a autora, dentre as muitas contribuições da obra de Delgado, merece destaque a denúncia feita ao caráter “intervencionista e tecnocrático” de autoridades políticas, planejadores urbanos e arquitetos “que acreditavam que seus desígnios e sua vontade ordenadora seriam suficientes para fazer desaparecer os conflitos e desigualdades que caracterizam o espaço urbano da cidade moderna” (Cunha, 2013, p. 327). Para além, Cunha (2013) enfatiza que a obra se trata de uma crítica clara ao “urbanismo modernista de extração racionalista”, na qual o autor aponta a pretensão dos agentes políticos e planejadores urbanos em construir uma “cidade perfeita”.

Ainda segundo a autora, outra questão levantada por Delgado diz respeito à utilização dos termos “multiculturalismo cênico”, “personalidade coletiva padronizada e falsa”, que produziram uma “coesão em torno de valores políticos hegemônicos, mas não necessariamente democráticos, implicando um processo de homogeneização e estabelecimento de padrões ideais de comportamento e modos de habitar a cidade” (Cunha, 2013, p. 328). Além dos termos mencionados, também estão presentes na obra de Delgado as



expressões “renovação”, “reabilitação” e “requalificação” urbana, que segundo a autora, são “eufemismos que mascararam os processos de gentrificação e transformação de bairros problemáticos e indesejáveis, em espaços enobrecidos e, conseqüentemente, inacessíveis à sua população de origem” (Cunha, 2013, p. 328). Esses processos associados ao “encarecimento do solo urbano” e à “especulação imobiliária” tornaram a cidade de Barcelona inacessível ao cidadão comum. A autora complementa

neste caso, a destruição de bairros inteiros considerados obsoletos, associada à ausência de investimentos em políticas habitacionais, teve como consequência direta o aumento da pobreza e da segregação, com a expulsão de grande parte de sua população para as periferias da cidade (Cunha, 2013, p. 329).

Por fim, Cunha (2013) destaca que o autor “discute a importância da participação no debate político e da apropriação coletiva dos espaços públicos, por meio da ação dos movimentos sociais” (Cunha, 2013, p. 329). Ao analisar as manifestações populares, Delgado, segundo Cunha (2013), conclui que

Nas cidades-*commodities*, inspiradas no modelo Barcelona, a reconversão do território urbano em produto de *marketing* exige um controle permanente do espaço público. E a renúncia deliberada dos agentes políticos de sua responsabilidade em garantir direitos urbanos fundamentais, relaciona-se diretamente ao incremento de um padrão cada vez mais autoritário e violento de controle do espaço público, concebido como mero território para realização das grandes operações do capital imobiliário e promoção comercial e turística da cidade (Cunha, 2013, p. 329).

Neste sentido, observamos que no contexto de ofensiva neoliberal não existe somente uma ‘nova’ configuração do conceito de cidade, mas, também, uma reconfiguração na forma de conceber e pensar o planejamento urbano. Dentre as características desse fenômeno, destacamos o papel das cidades no capitalismo contemporâneo e as projeções dessas “novas” práticas de planejar e gerenciar os espaços da cidade. Ressaltamos até aqui, dentro do contexto dos megaeventos, as dimensões da financeirização das cidades, da privatização dos espaços públicos urbanos e do “empresariamento urbano”, bem como, esses fatores estão intrinsicamente relacionados com este “novo modelo” de política urbana. Como destacamos, além de ser o novo ‘modelo’ padrão de governar as cidades, o “empresariamento urbano” também viabiliza sua mercantilização pela dinâmica de organização e da apropriação dos espaços urbanos.

Compreende-se que esse contexto de megaeventos é fruto de uma nova concepção de cidade e de uma urbanização baseada no “empresariamento urbano”, se caracteriza, particularmente, pela parceria público-privada, tendo

como finalidade político-econômica imediata “muito mais o investimento e o crescimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico” (Harvey, 1996 apud Araújo; Pfeiffer, 2010, p. 3).

De acordo com Ribeiro e Santos Júnior (2013), a noção de parceria público-privada, “em que a iniciativa tradicional local [a iniciativa privada] se integra com os usos dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego” (Ribeiro; Santos Junior, 2013, p. 25) também é, segundo o geógrafo David Harvey, característica da “governança empreendedorista empresarial”. Além das parcerias público-privadas (PPPs), os autores também evidenciam o alto grau especulativo e subordinado ao mercado das atividades empreendedoras, destacando, portanto, que essas atividades são “sujeitas a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado” (Harvey, 1996 apud Ribeiro; Santos Junior, 2013, p. 25). Por fim, Ribeiro e Santos Junior (2013) concluem que, de acordo com o pensamento de Harvey,

O empreendedorismo enfocaria mais a intervenção em torno de partes específicas da cidade (lugares) do que o conjunto do território. Aqui, a referência ao território englobaria a totalidade da cidade, ou seja, projetos econômicos envolvendo a moradia, a educação, etc. do conjunto da cidade considerada, enquanto que a referência ao lugar diria respeito à melhoria das condições de alguns lugares específicos capazes de atrair investimentos e alavancar o desenvolvimento econômico, como a intervenção em um centro de convenções, a construção de um parque industrial, etc. (Ribeiro; Santos Junior, 2013, p. 25).

Segundo pesquisa do Observatório das Metrópoles, inspirado em Barcelona, o projeto urbano de reestruturação da cidade do Rio de Janeiro parece apontar para três direções:

o fortalecimento de centralidades já existentes, focado na intervenções na Zona Sul (área onde habita a maior parte da elite econômica do município); a revitalização de centralidades decadentes, tendo como objetivo a área portuária, situada no centro do município; e a criação de uma nova centralidade, notadamente na Barra da Tijuca, através de vultuosos investimentos nesta região da cidade (Castro et.al, 2015, p. 410).

Segundo os autores, é evidente que as principais intervenções vinculadas à preparação da cidade para receber os megaeventos esportivos vêm ocorrendo prioritariamente nas áreas da Zona Sul, na Área Portuária e na Barra da Tijuca (Castro et.al, 2015). Tendo como base três políticas centrais:

(i) mobilidade urbana, principalmente através da instalação de sistemas de transportes BRT, BRS e VLT e da Linha 4 do Metrô; (ii) moradia, através de um intenso processo de valorização imobiliária destas mesmas áreas, acompanhada de processos de remoção decorrentes das intervenções do Projeto Olímpico; e (iii) segurança pública, por meio da implantação do programa das Unidades Pacificadoras, UPPs, concentrado sobretudo na Zona Sul e Zona Norte. (Castro et.al, 2015, p. 410).

Em relação ao projeto Olímpico e ao regime de segurança do espaço público, como dito anteriormente, sabe-se que foi basicamente ancorado na implantação do projeto das UPPs. Como afirmam os pesquisadores, “a política pública de pacificação é um tema bastante complexo para ser analisado, tanto na perspectiva da segurança pública quanto nos efeitos sobre a dinâmica urbana na cidade como um todo” (Castro et.al, 2015, p. 428). Ainda segundo os autores, “dentro desse panorama, destacam-se três elementos: a expansão de um modelo militar conformando um novo regime de segurança pública de controle dos espaços públicos; a geografia circunscrita das intervenções em prol dos megaeventos esportivos; e os investimentos vultuosos em armamento e tecnologia de ponta” (Castro et.al, 2015, p. 428-429).

Os autores ainda revelam que durante a Copa das Confederações, em 2013, “a polícia militar agiu contra inúmeras manifestações com uma violência desproporcional e exagerada em todo o país, mostrando o seu despreparo para lidar com a sociedade civil” (Castro et.al, 2015, p. 429). Por fim, os autores concluem que “os grandes investimentos em segurança pública não estão sendo acompanhados por um equivalente investimento em treinamento ou por um processo de desmilitarização” (Castro et.al, 2015, p. 429).

No caso da mobilidade urbana, o mesmo estudo destaca que as ações e projetos, neste campo ocupam, um lugar central no discurso de implementação dos megaeventos no Brasil. Os autores questionam se os grandes projetos previstos para a realização da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 “seriam as soluções definitivas para os grandes problemas com os quais se defrontam diariamente os mais de 11 milhões de moradores da metrópole do Rio de Janeiro” (Castro et.al, 2015, p. 422). Para além, os autores revelam que, “conforme informações divulgadas até o momento, não há elementos que nos permitiria aferir que os enormes investimentos em mobilidade produziram uma melhor distribuição das pessoas e dos empregos no território metropolitano” (Castro et.al, 2015, p. 423). Pelo contrário, afirmam, “na metrópole do Rio de Janeiro, os investimentos em transporte para a Copa 2014 e Jogos Olímpicos de

2016 estão majoritariamente concentrados territorialmente" (Castro et.al, 2015, p. 423).

Para concluir, o estudo aponta três questões sobre os impactos dessas intervenções e sua capacidade de reestruturar o espaço urbano. Em primeiro lugar, "a possibilidade real da reprodução do modelo rodoviarista", reafirmando a primazia do setor automotivo. Em segundo lugar, os autores consideram que "as intervenções no campo da mobilidade urbana caminham na direção da produção, reforço, renovação e resgate de centralidades" (Castro et.al, 2015, p. 424). E, por último, os autores rechaçam veementemente qualquer possibilidade de "legado social", pois consideram que "as estratégias territoriais adotadas para implantação dos projetos de mobilidade urbana não serão capazes de romper nem minimizar os efeitos da estrutura urbana fortemente segmentada da cidade metropolitana" (Castro et.al, 2015, p. 424-425).

Em relação à moradia, no contexto de reestruturação urbana e projeto olímpico, os autores são enfáticos em apontar a submissão direta da política pública aos interesses privados, ligados principalmente ao setor imobiliário, as grandes empresas de obras públicas, aos conglomerados financeiros e ao setor turístico. (Castro et.al, 2015). Afirmam os autores, que neste contexto,

podemos argumentar que o projeto em curso vem promovendo uma rodada de mercantilização do espaço urbano, que amplia os processos de segregação sócio espacial através de mecanismos de espoliação urbana e realocização dos pobres na cidade (Castro et.al, 2015, p. 416).

Segundo Freire (2013), os impactos sociais na área da moradia foram evidentes no processo de preparação para sediar os megaeventos no Brasil. Fato que reacendeu o debate político em torno da remoção de favelas, fazendo com que os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil passassem a questionar o "legado" destes megaeventos. Nesse sentido, Harvey (2014) sinaliza que

há todo tipo de movimentos sociais urbanos em evidência buscando superar o isolamento e reconfigurar a cidade de modo que ela passe a apresentar uma imagem social diferente daquela que lhe foi dada pelos poderes dos empreiteiros apoiados pelas finanças, pelo capital empresarial e por um aparato estatal que só parece conceber o mundo em termos de negócios e empreendimentos (Harvey, 2014, p. 49).

Ainda segundo Freire (2013), o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio "vem conquistando crescente visibilidade e reconhecimento

como uma voz dissonante, produzindo dissensos na retórica do consenso que embala a realização dos megaeventos na cidade” (Freire, 2013, p. 103). O Comitê da Copa e Olimpíadas tem sua origem na experiência anterior do Comitê Social do Pan, criado em 2005, por “organizações não governamentais, associação de moradores, unidades acadêmicas e grupos ligados ao esporte” (Freire, 2013, p. 103). Ressalta a autora, que mesmo a prefeitura não cumprindo as metas estabelecidas, ainda assim, o Comitê Social do Pan foi capaz de “aglutinar outros grupos e organizações civis, obtendo vitórias importantes, como impedir, com apoio do Ministério Público, a ampliação da Marina da Glória para a construção de garagens de lanchas, centro de convenções e restaurantes” (Freire, 2013, p. 104). Mesmo assim, segundo o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, assistiu-se a um grande processo de remoções promovido pelo poder público e pela dinâmica do mercado. “Em diversos casos identificados, percebe-se a existência de procedimentos que podem ser caracterizados como de nítido desrespeito ao direito à cidade, em especial à moradia, e também a outros direitos humanos sociais e individuais” (Castro et.al, 2015, p. 410). Mais adiante, os autores destacam que

São os projetos considerados estratégicos que determinam o que pode e o que não pode ser realizado, as comunidades que podem permanecer e aquelas que precisam ser removidas. Tais intervenções são legitimadas, em primeiro lugar, pelo discurso do desenvolvimento e do legado social, e, de forma subsidiária, pelo discurso da ordem, da ilegalidade fundiária ou do risco ambiental. (Castro et.al, 2015, p. 410).

Segundo Freire (2013), além da capacitação e formação de “multiplicadores”, estão entre os principais tipos de ação do comitê “a produção de documentos e dossiês; a realização de atos de protesto e manifestações; a organização de debates públicos” (Freire, 2013, p. 2013). Diante desta estratégia dos comitês, foi possível, juntamente com a Associação dos Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA), construir a proposta de “um Plano Popular de Urbanização da localidade. Apresentado com alternativa à injusta, injustificável e ilegal tentativa de remoção” (Freire, 2013, p. 110). Esta proposta contou com a assessoria técnica de diversos profissionais, além de, pelo menos dois núcleos acadêmicos, envolvendo pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), evidenciando a importância da troca de experiências entre a população local e as equipes das universidades. Freire (2013), por fim, conclui

que as ações desenvolvidas pelo Comitê, AMPAVA e demais atores, fizeram com que “a localidade adquirisse certa notoriedade como um símbolo de resistência” (Freire, 2013, p. 120). De acordo com Freire (2013),

Foi nesse momento efervescente de elaboração do plano de urbanização como contraproposta ao plano de remoção, em que parte da população local esteve ativamente envolvida, que o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas pôde criar e aproveitar a estrutura de oportunidades políticas para ampliar a visibilidade e o apoio à luta dos moradores, através, dentre outras ações, da organização de uma campanha pública (Freire, 2013, p. 111).

Todavia, a visibilidade alcançada pela Vila Autódromo não atingiu as demais áreas da região metropolitana. Queremos dizer, portanto, que em muitos casos de violações de direitos ocorreram em outras áreas da região metropolitana fluminense, porém, não tiveram a mesma repercussão. Para tal afirmativa, nos baseamos, por exemplo, nos relatos dos moradores de Vila de Cava, bairro de Nova Iguaçu, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dentre os impactos sobre a população local, ressaltamos, sem dúvida, o número de moradores desapropriados pela obra de implantação da estrada.

A matéria *Desapropriações do Arco Metropolitano em pauta no TJRJ*, de 2 de Maio de 2012, hospedada no sítio do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ, 2012), narra a reunião entre o presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Manoel Rebêlo dos Santos, a procuradora-geral do Estado, Lúcia Léa Guimarães Tavares; o subprocurador-geral do Estado, Leonardo Espíndola; o secretário de obras Hudson Braga, além de, juízes e procuradores do Estado que atuam nas comarcas de Seropédica, Nova Iguaçu e Duque de Caxias para “tratar das desapropriações necessárias à execução da obra do Arco Metropolitano”, bem como, para reafirmar a importância da obra para a geração de empregos na região e etc. Segundo a matéria, na reunião, a procuradora Lúcia Léa declarou que “o poder executivo não tem nenhum interesse de pagar menos do que as propriedades valem” (TJRJ, 2012). Ainda de acordo com a matéria, o desembargador Manoel Alberto “ressaltou que os direitos devem ser assegurados, os proprietários têm que ser indenizados no valor justo e o Poder Judiciário deve poder, com a ajuda do Poder Executivo, contribuir de alguma maneira para tornar esse processo mais rápido” (TJRJ, 2012). Contudo, por meio dos relatos de alguns moradores, observamos que, infelizmente, as promessas das autoridades não se cumpriram. Haja vista que, praticamente todos os moradores entrevistados relataram insatisfação com o

valor pago pela indenização, bem como, descreveram inúmeros casos de assédio e violações de direitos.

Segundo 'seu' SE em entrevista realizada pelo autor desta dissertação, no dia 13/01/2018, morador do local desde 1972, em sua vizinhança moravam seis membros de sua família, "eu era a sétima família, seis casas foram desapropriadas e só pagaram o terreno [...] eles não pagaram nada pra gente, só passaram dentro do terreno". De acordo com sua esposa, 'dona' DE, em entrevista realizada no dia 13/01/2018, "pagaram muito pouco por essa benfeitoria". O casal acrescenta que "a opressão era essa mesmo, chegavam lá e falavam dessa maneira, na minha casa eles não chegaram a falar, mas para os meus familiares falavam". E prossegue:

Se vocês não saírem até tantas horas nós vamos passar com a máquina por cima. Mas como eu não sou muito leigo, eu falava: - Isso aqui não pode, mas para isso você tem que resistir! Uma irmã ficou com medo é claro, uma senhora dentro de casa com uma família não sabe como reagir. Então nós fomos oprimidos mesmo, a minha família saiu de lá com o direito só da benfeitoria da casa e pagaram abaixo do valor de mercado. Muito abaixo! (SE, jan. 2018).

Ao continuar seu relato, 'seu' SE acrescenta, "lembro-me de uma família que morava em Bom Jardim e eles deram cinco mil reais pela casa com uma pessoa doente dentro de casa". Outra moradora entrevistada, MC, reforça,

Não tem nem um mês que eu encontrei uma [vizinha] que morava de frente da minha casa. Ela saiu primeiro e recebeu doze mil reais. Eu a encontrei e ela falou que paga aluguel, pois não encontrou terreno barato e estava no aluguel até hoje. (MC, jan. 2018).

Entre as alternativas buscadas pelos moradores, destacamos duas frentes. A primeira delas é Associação dos atingidos pelo Arco Metropolitano, em Vila de Cava, composta por aproximadamente cem membros, que, a partir de reuniões realizadas no espaço da Igreja São Sebastião, procuram alternativas para resistir e negociar com os órgãos responsáveis pelas indenizações oferecidas por suas moradias. A segunda, o Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu (CDHNI), acompanha e dá suporte jurídico acerca de trinta e cinco famílias, a fim de rever as indenizações pagas pelas desapropriações de suas moradias. Graças ao CDHNI, pude acompanhar a mobilização e a resistência dos moradores de Vila de Cava ao processo de desapropriação/remoção executado pelo governo do estado.

Um dos objetivos de acompanhar as reuniões do CDHNI é compreender como suas ações, ao longo deste processo, vêm contribuindo para as famílias

atingidas. Acreditamos que, graças às reuniões, os moradores puderam acompanhar melhor o andamento dos processos e discutir as situações em que se observaram as violações de direitos de acordo com as legislações vigentes. Principalmente, as que dizem respeito ao direito à moradia.

Atualmente, poucos moradores se reúnem, devido, dentre outros motivos, ao desgaste emocional e as sucessivas negativas de revisão no valor das indenizações estipuladas pelo poder público. Porém, essas poucas lideranças ainda têm um papel fundamental para organização e resistência desses moradores. A presente pesquisa pretende encontrar as evidências de violações de direitos no processo de remoção dos moradores do bairro de Vila de Cava, localizado no município de Nova Iguaçu, ocorrido na implantação do Arco Metropolitano, bem como reconhecer as estratégias de resistência social no espaço urbano que foram utilizadas pelos moradores afetados. As nossas hipóteses se pautam na constatação, que apesar do discurso de que o Arco Metropolitano traria melhorias à população, os moradores que foram removidos se encontram em piores condições de moradia do que estavam antes. As indenizações foram baixas, ou ainda estão sendo discutidas judicialmente, não permitindo que essas pessoas possam morar adequadamente. Compreendemos ainda que houve violação dos direitos dos moradores durante o processo de remoção, com indícios de sonegação de informações, assédio e coação para forçá-los a aceitar as indenizações oferecidas.

### 3.3

#### **Os impactos do AMRJ sob a área da Baixada Fluminense, Nova Iguaçu e Vila de Cava**

Muitos estudos indicam a presença de diversos impactos nas esferas ambientais, urbanas e sociais durante toda a fase de implantação e ao longo de, praticamente, todo o trecho do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (Souza, 2015), (Carneiro, 2008), (Tângari; Rego; Montezuma, 2012), (Moraes; Name; Nacif, 2012). Porém, nos cabe, aqui, fazer o recorte espacial no intuito de destacarmos a área de estudo que procuramos analisar. A partir de agora, focaremos, especificamente, nos impactos causados na região da Baixada Fluminense, em particular, no município de Nova Iguaçu e, mais



especificamente, no bairro de Vila de Cava, sobretudo, os impactos que dizem respeito às questões urbanas, de moradia e habitacionais.

Duas das principais referências de estudos sobre os impactos do Arco Metropolitano são, respectivamente, os Estudo e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) (RIMA, 2007). O Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro (DER-RJ) contratou e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) acompanhou o processo de licenciamento do estudo elaborado pelo consórcio Concremat – Tecnosolo Ltda<sup>8</sup>.

Neste relatório podemos encontrar o detalhamento das principais características do projeto e da região onde foi implantado. Nele, se encontram a indicação dos prováveis impactos socioambientais, as medidas a serem adotadas para mitigação destes e os programas ambientais propostos, que deverão ser realizados. No entanto, podemos observar que, neste documento, o bairro de Vila de Cava, poucas vezes, é citado. Numa dessas citações, o texto faz referência a Estação Ferroviária de Vila de Cava e ao trecho da Estrada da Polícia que estariam sob “Área de Influência Direta do empreendimento” (RIMA, 2007). O que significa, que esta área “é considerada como território que pode vir a sofrer seus impactos diretos (Área de Influência Direta) e indiretos (Área de Influência Indireta). São nestas áreas que se desenvolvem os Estudos de Impacto Ambiental do empreendimento” (RIMA, 2007, p. 21).

Ainda segundo o estudo, são denominadas Áreas de Influência Direta o “conjunto das comunidades diretamente afetadas, como bairros, distritos e localidades atingidas pelas obras e estruturas de apoio, principalmente quando identificadas as necessidades de desapropriação e/ou relocação” (RIMA, 2007). O relatório aponta que ao identificar alguns núcleos urbanos ao longo do traçado, verificam-se as principais localidades que deverão ser seccionadas para a implantação do Arco Metropolitano (RJ-109). São elas: Figueira (Duque de Caxias), Fontes Limpas e Águas Limpas (Seropédica), Engenheiro Pedreira (Japeri), Santa Rita, Vila de Cava e Miguel Couto (Nova Iguaçu) e Brisa Mar

---

<sup>8</sup> O consórcio Concremat – Tecnosolo é composto pelas empresas Concremat Engenharia e Tecnologia S/A e Tecnosolo S/A. Segundo o sítio da empresa Concremat, sua fundação ocorre na década de 1950, e desde então a empresa vem se caracterizando pela presença em grandes obras estatais. O próprio sítio cita a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), ainda na década de 1950, a construção do prédio da Petrobras na década de 1960 e a construção de diversos portos para a mesma petroquímica a partir da década de 1970 como exemplos de obras emblemáticas na história da companhia. Mais recentemente, a empresa participou do consórcio responsável pela obra da ciclovia Tim Maia, que liga os bairros Leblon a São Conrado na cidade do Rio de Janeiro. A queda da ciclovia Tim Maia, na manhã de 21 de Abril de 2016, expõe, através da mídia, a ligação entre a empresa Concremat e poder público (Extraído do sítio da empresa <https://www.concremat.com.br/>).

(Itaguaí) (RIMA, 2007). O relatório sugere, especificamente, para um quadro que envolve áreas de produção agropecuária a

realização de cadastro para verificação da utilização agropecuária da população atingida; indenizações pelas áreas desapropriadas, benfeitorias e pela produção renunciada; Programa de Desapropriação; e Programa de Reassentamento da População de Baixa Renda (RIMA, 2007, p.45).

No entanto, nas áreas urbanas, principalmente com o objetivo de minimizar os impactos com a desapropriação de moradias, estabelecimentos comerciais e industriais, o relatório sugere

realizar cadastro da população e das benfeitorias atingidas; apoio Jurídico para a regularização da documentação dos imóveis; comunicação constante com a população local; reassentamento em condições iguais ou melhores que as atuais (RIMA, 2007, p.58).

Como visto anteriormente, observamos uma divergência entre o que propõe o relatório e alguns depoimentos dos moradores de Vila de Cava. A fim de exemplificarmos, recorreremos ao depoimento da moradora MC, em entrevista realizada dia 13/01/2018.

Bom, pra mim foi muito desgastante essa desapropriação, entendeu? Porque eu conversei com a assistente social, sim. Uma assistente social veio e me deu o prazo de oito dias pra eu desocupar. Eu tive que desocupar porque ela falou pra mim. Chegaram numa terça-feira e na terça-feira seguinte eles iriam voltar. Veio ela (assistente social) com mais dois engravatados e falou pra mim assim: - Nós pensávamos que você não estava aqui mais. Mas tá aqui ainda? Nós não vamos tirar vocês hoje daqui porque eu vi que nessa casa de cima tem criança, então, a gente não vai poder fazer isso, mas nós vamos te dar um prazo de oito dias. Na terça-feira nós voltaremos aqui e você não esteja mais aqui. Porque, se você estiver, nós já viremos preparados para pegar suas coisas para botar no caminhão e levar para depósito e você vai sair e procurar um lugar para ficar. Você está avisada. Você está entendendo o que eu estou falando? E eu tremia muito. Eu falei: - estou sim! (MC, jan. 2018).

Segundo o relatório, o programa de desapropriação foi desenvolvido com base nas diretrizes específicas e procedimentos do manual para atividades rodoviárias ambientais para desapropriação de populações afetadas em Obras Rodoviárias (Brasil, 2006). O programa de desapropriação promete manter a interface com o programa de Comunicação Social, “e, especialmente, com o Programa de Reassentamento/Relocação da População de Baixa Renda, nas áreas de ocupação irregular, loteamentos populares e conjuntos habitacionais” (RIMA, 2007, p.56). De acordo com o relatório,

O objetivo principal do Programa é a liberação da faixa de domínio do Arco Metropolitano, a partir da desapropriação e indenização das famílias residentes nesta faixa ou lindeiras à rodovia pelos seus imóveis e benfeitorias afetados pelo empreendimento (RIMA, 2007, p.56).

Conforme aponta o relatório, para o programa de reassentamento/recolocação da população “o processo de desapropriação e/ou reassentamento sempre gera impactos negativos significativos no cotidiano das famílias afetadas – notadamente no caso de famílias de baixa renda” (RIMA, 2007, p. 57). Segundo o estudo, “o diagnóstico socioeconômico demonstrou que cerca de 30% das famílias residentes na Área de Influência do empreendimento vivem nesta situação” (RIMA, 2007, p.57). O programa, segundo o RIMA (2007),

deverá envolver um conjunto de ações que visem garantir que o processo de reassentamento/relocação da população afetada, proporcione, no mínimo, a garantia de suas condições atuais de subsistência, ordenando a ocupação nas novas áreas de assentamento, bem como regularizando a situação fundiária em suas novas residências. Para tanto, deverão ser realizadas atividades de cadastro socioeconômico da população, acompanhamento e apoio jurídico e social, bem como o envolvimento e participação da população atingida no processo decisório sobre os novos assentamentos (RIMA, 2007, p. 57).

Adiante, veremos os mais relevantes elementos acerca da legislação vigente sobre as questões da cidade, incluindo os Estatuto da Cidade e da Metrópole, bem como os Planos Diretores da Cidade de Nova Iguaçu, dando ênfase aos planos vigentes à época das negociações entre os moradores e os representantes do governo.

## 4

### **Violações do direito à moradia em Nova Iguaçu no contexto do Arco Metropolitano (Estatutos da Cidade, Metr  pole e Plano Diretor de Nova Iguaçu)**

#### 4.1

##### **O que diz a legisla  o? (Estatutos da Cidade e da Metr  pole)**

Como observado no capítulo anterior, a aglomera  o demográfica, em núcleos urbanos, passou a caracterizar o Brasil a partir da crise mundial de 1929, fato que impactou a indústria cafeeira e empurrou um grande número de desempregados em dire  o aos núcleos urbanos. Todavia, somente entre a segunda metade dos anos de 1950 e a década de 1970    que este processo de urbaniza  o tornou-se mais profundo, este período fica conhecido como “período desenvolvimentista” (Bassul, 2010).

Esses anos, no entendimento do arquiteto e urbanista José Roberto Bassul (2010), foram “caracterizados por elevadas taxas de crescimento demográfico, a popula  o brasileira passou a concentrar-se maciçamente em cidades cada vez maiores, que adquiriram um perfil metropolitano” (Bassul, 2010, p.71).

No contexto histórico, a primeira Constitui  o a tratar da questão urbana só foi proclamada em 1988, quando mais de 80% da popula  o já vivia nas cidades. Segundo estudo de Santos Junior, Silva e Sant’Ana (2011), a Constitui  o Federal de 1988 trouxe    sociedade brasileira, com seus direitos democráticos recém adquiridos, um princípio básico para a equidade urbana e a justa distribui  o dos   nus e benefícios do processo de urbaniza  o: o princípio da fun  o social da cidade e da propriedade. De acordo com os autores,

Este princípio, afirmado em nossa carta magna, fruto da mobiliza  o da sociedade e de um processo de luta dos movimentos sociais envolvidos com a Reforma Urbana, passou a compor um capítulo específico da nossa Constitui  o Federal: o da Política Urbana. Além desse princípio, o texto constitucional afirmou o papel protagonista dos municípios enquanto principais atores da política de desenvolvimento e gestão urbanos e elegeu o plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, com elabora  o compulsória para os municípios com mais de vinte mil habitantes (Santos Junior; Silva; Sant’Ana, 2011, p. 13).

Portanto, a partir desse fenômeno, os municípios se viram obrigados a lidar com os efeitos da urbanização acelerada inteiramente desparelhados para essa imensa tarefa. Com a ausência de recursos financeiros suficientes, meios administrativos adequados e nem mesmo instrumentos jurídicos específicos. Esses fatos manteriam os municípios sob a influência dos setores dominantes na economia urbana e o aparelho estatal continuaria direcionando seus escassos recursos para investimentos de interesse privado e adotando normas e padrões urbanísticos moldados pelos movimentos do capital imobiliário (Bassul, 2010).

Após a década de 1990, a “Gestão Democrática da Cidade” passa a ser amparada pela Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001, mais conhecida como Estatuto da Cidade. Conforme aponta pesquisa de Carvalho e Rossbach (2010), a lei veio reforçar a importância dos Planos Diretores como instrumentos básicos da política de desenvolvimento e expansão urbana, além de, estender sua obrigatoriedade, antes definida apenas quanto ao contingente populacional, para as cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Contudo, não ficaram de fora as áreas de interesses turísticos, aquelas inseridas em zonas de influência de impacto ambiental e naquelas, as quais o poder público pretende utilizar os instrumentos definidos no § 4º do Art. 182 da Constituição Federal, que trata do devido aproveitamento do solo urbano. Segundo Santos Júnior; Silva; Sant’Ana (2011), “O Estatuto da Cidade trouxe, também, novos rumos para o desenvolvimento urbano a partir da afirmação de diretrizes, princípios e instrumentos voltados para a promoção do direito à cidade para gestão democrática” (Santos Júnior; Silva; Sant’Ana, 2011, p. 13).

Como visto anteriormente, desde a década de 1970, diferentes organizações aliadas às entidades representativas de variadas categorias profissionais como arquitetos, engenheiros, geógrafos e assistentes sociais, deram origem ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). O movimento tinha como principal objetivo a luta pela democratização do acesso a condições justas de vida, nas cidades brasileiras. Logo, a história de criação do Estatuto, é um exemplo de como setores de diversos extratos sociais, como por exemplo, os movimentos populares, as entidades profissionais, sindicais e acadêmicas, os pesquisadores, as Organizações Não Governamentais (ONGs), os parlamentares e prefeitos progressistas podem manter-se muitos anos na defesa de uma ideia e alcançá-la, mesmo em um contexto desfavorável.

Segundo Maricato (2010), o Estatuto da Cidade não trata apenas da terra urbana, vai além, inclui: diretrizes e preceitos sobre planos e planejamento urbano, gestão urbana e regulação estatal, fiscal e jurídica, diretrizes e preceitos sobre planos e planejamento urbano, regularização da propriedade informal, participação social nos planos, orçamentos, leis complementares e gestão urbana, parcerias público-privadas, entre outras proposições. Conforme aponta a autora,

A reunião de leis previamente existentes, de forma fragmentada, com instrumentos e conceitos novos sob o rótulo de Estatuto da Cidade torna mais fácil o reconhecimento da questão urbana. A lei deu unidade nacional ao trato das cidades. E se, mesmo após oito anos de sua promulgação, existem juízes que ainda a ignoram e tratam a propriedade privada como um direito absoluto e não relativizado pela sua função social, podemos dizer que essa prática está cada vez mais difícil, já que o formato de unidade abrangente da lei chamada de estatuto tornou mais fácil sua divulgação (Maricato, 2010, p. 6).

Segundo a autora, em síntese, esta lei estabelece princípios e diretrizes para a regulamentação da propriedade urbana, de modo que os negócios que a envolvam não sejam obstáculos ao direito à moradia para a maior parte da população, visando, com isso, combater a segregação, a exclusão territorial, a cidade desumana, desigual e ambientalmente predatória. O Estatuto da Cidade, portanto, versa sobre a gestão democrática das cidades e o controle da propriedade fundiária urbana, com o intuito de que todos tenham o direito à moradia e à cidade em um mundo, no qual, cada vez mais, se urbaniza e que a maior contribuição a esse processo tem origem nos países pobres (Maricato, 2010).

Nesse ponto, é importante ressaltar que estamos nos referindo às especificidades de regiões periféricas do capitalismo, que contam com aspectos fáticos e conceituais específicos da realidade urbana do que podemos chamar de “capitalismo periférico” (Oliveira, 2015). Por exemplo, a diferença entre cidades, como Londres, Paris, Tóquio e Nova Iorque, no mundo desenvolvido e cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Mumbai e Cidade do México, em países em desenvolvimento, tem a ver com a regulação estatal sobre o espaço urbano e o alcance do mercado residencial privado, que, nas primeiras, o Estado exerce, de fato, a regulação sobre a totalidade do solo urbano (Maricato, 2010).

O escopo da lei, em suas diretrizes gerais, no Art. 1º, assim determina

Na execução da política urbana, de quem tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. (Brasil, 2011).

Em síntese, o artigo 182 dispõe sobre a responsabilidade do Município sobre a política urbana, bem como, este deve garantir as funções sociais da cidade e o desenvolvimento dos cidadãos. Determina, ainda, que o Plano Diretor Municipal é o instrumento básico do ordenamento territorial urbano, devendo definir qual deve ser o uso e as características de ocupação de cada porção do território municipal, fazendo com que todos os imóveis cumpram sua função social.

De acordo com Barros, Carvalho e Montandon (2010), o artigo 182, em seu parágrafo 4º, dispõe sobre importantes instrumentos para concretização da função social da propriedade: parcelamento e edificação compulsórios; imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e desapropriação. Enquanto que, o artigo 183, versa sobre a aquisição da propriedade pelo ocupante de imóvel urbano que o utiliza para sua moradia ou de sua família. Segundo os autores, “com este dispositivo se garante o direito de propriedade àquele que, de fato, dá a ela uma destinação compatível com sua vocação legal” (Barros; Carvalho; Montandon, 2010, p. 91).

O 2º artigo do Estatuto da Cidade estabelece as diretrizes que devem ser seguidas pelos Municípios ao implementarem sua política urbana, todas elas voltadas para garantir cidades justas, em que todos, independente de classe social, gozem dos benefícios da urbanização com pontos significativos (Barros; Carvalho; Montandon, 2010). De acordo com o 2º artigo, para a efetivação da lei, é preciso que se tenha uma atenção especial com o direito à moradia e, principalmente, com a efetivação do direito à gestão democrática com ênfase no processo participativo da população e das associações representativas. Corroboram com tal afirmativa os seguintes pontos do texto:

- I. garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II. gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução

e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (Brasil, 2001).

A seguir, o texto ressalta a importância da cooperação entre governos e demais atores para o processo de urbanização, com o intuito de atender o interesse social, outro ponto relevante é a reparação das distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, como podemos observar em:

III. cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV. planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V. oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais (Brasil, 2001).

Essas referências são pontos importantes para compreender uma das hipóteses levantadas neste estudo, pois, diz respeito à violação dos direitos dos moradores de Vila de Cava, durante o processo de remoção. A nosso ver, esses pontos garantem à população o acesso à informação e à participação nos projetos urbanísticos, além de assegurar o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, bem como a premissa de evitar e corrigir efeitos negativos do crescimento urbano e seus impactos sobre o meio ambiente. Esses pontos, repito, ao nosso olhar, foram negligenciados pelos agentes públicos à época da execução da obra do Arco Metropolitano, como poderemos ver mais apropriadamente no decorrer do capítulo.

Seguindo no texto do Estatuto, mais precisamente no artigo 4º, temos a definição de um extenso conjunto de instrumentos para que os Municípios tenham condições de construir uma política urbana que concretize, de fato, a função social da propriedade urbana e o direito de todos à cidade. Nesse trecho, a lei determina que a política urbana deva ser objeto de um amplo planejamento, envolvendo planos de ordenamento do território integrados em diferentes escalas (nacional, estaduais, regionais, metropolitanas, municipais e intermunicipais) (Barros; Carvalho; Montandon, 2010).

Segundo pesquisa de Barros, Carvalho e Montandon (2010), o texto descreve como o planejamento, especificamente no âmbito municipal, deve



envolver as áreas urbanas, ambientais e orçamentárias, além de reafirmar que o planejamento do desenvolvimento socioeconômico, especifica, também, que a gestão orçamentária deva ser feita de forma participativa, ou seja, aberta a todos os cidadãos.

O 4º artigo também inclui os instrumentos tributários, envolvendo impostos, contribuições, incentivos e benefícios fiscais e/ou financeiros, voltados para viabilizar a indução dos usos e atividades consideradas importantes para a política urbana. De acordo com Barros, Carvalho e Montandon (2010), o inciso sobre os institutos jurídicos e políticos, fornece aos Municípios instrumentos que permitem:

- variadas formas de intervenção social sobre o livre uso da propriedade privada: desapropriação, servidão e limitações administrativas, tombamento, instituição de unidades de conservação, parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e direito de preempção;
- a regularização fundiária das ocupações de interesse social: concessão de direito real de uso, concessão de uso especial para fins de moradia, usucapião especial de imóvel urbano, direito de superfície, demarcação urbanística para fins de regularização fundiária e legitimação da posse;
- a indução do desenvolvimento urbano e a redistribuição à coletividade dos benefícios decorrentes do processo de urbanização: outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, transferência do direito de construir e operações urbanas consorciadas;
- instrumentos voltados para a democratização da gestão urbana e do direito à moradia: referendo popular e plebiscito, assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos (Barros; Carvalho; Montandon, 2010, p. 91).

Podemos perceber que o trecho supracitado do artigo 4º, ratifica tanto a necessidade de demarcação urbanística para fins de regularização fundiária e legitimação da posse, quanto a democratização da gestão urbana e do direito à moradia, além da realização de referendos e plebiscitos e de assistência técnica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos. Fatos que, até onde podemos apurar, foram negligenciados pelo poder público, principalmente, no que concerne a esfera municipal.

Em entrevista realizada com moradora MC, no dia 13/01/2018, desapropriada e removida pela obra do AMRJ, ao ser perguntada sobre a forma como ela e seus vizinhos teriam sido comunicados pelos representantes do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) de que deveriam deixar suas casas, ela relata a seguinte situação:

A única coisa que eles falaram é que tinha um caminhão que iria levar nossas coisas para o depósito. Eles chegavam dentro da casa e tinham pessoas que não

sabiam escrever. Teve gente que botava pressão. A pessoa doente, não sabia nem ler nem escrever, e eles botando pressão (MC, jan. 2018).

A moradora afirma que em nenhum momento participou, ou mesmo foi comunicada sobre plebiscito ou qualquer outro tipo de consulta prévia, referente à obra do AMRJ. Em relação ao método utilizado para a notificação da remoção, MC narra os acontecimentos da seguinte forma:

Foi na hora do almoço. Eu tinha terminado de fazer o almoço e ia botar o meu prato. O interfone tocou, eu atendi. Falaram que queriam falar comigo. Quando eu cheguei estavam à assistente social e mais duas pessoas do DER. Ela se identificou: - Sou assistente social, aí o outro se identificou também e eu fiquei nervosa. Lembro que a última palavra dela foi essa pra mim: - Entra, faz uma água com açúcar e se tranquiliza. Nós estamos indo embora e estamos combinados (MC, jan. 2018).

Segundo a moradora, com valor recebido como indenização pela remoção só foi possível comprar um terreno no mesmo bairro, no qual a família não tinha sequer feito um cômodo. De acordo com MC,

Com a mixaria que a gente recebeu pra comprar um terreno e eu ainda iria começar a construir, eu falei pra ela [assistente social do DER]: - Assim, dá um prazo pra mim, pra eu fazer ao menos um cômodo, pra eu botar minhas coisas. [a resposta] - O prazo é até terça-feira! Se nós chegarmos na terça-feira aqui e você não tiver saído. A situação é essa que eu já passei pra você. Então estamos combinados, terça-feira não esteja aqui porque senão vai ser pior pra você. (MC, jan. 2018).

Conforme aponta estudo de Barros, Carvalho e Montandon (2010) o artigo 4º do Estatuto da Cidade destaca a importância para o desenvolvimento de uma política habitacional de inclusão social, o instituto das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Este instrumento, de acordo com os autores, pode ser usado tanto para a regularização de áreas ocupadas, onde o processo ocorreu sem cumprimento das normas urbanísticas, quanto em áreas vazias, destinadas para habitação de interesse social. De acordo com os autores,

A instituição de uma área ocupada como ZEIS permite que se estabeleçam, para aquela porção do território, parâmetros urbanísticos especiais que respeitam a forma de ocupação realizada pela comunidade. Assim, pode-se admitir, por exemplo, sistemas viários compostos por vias mais estreitas, que melhor se adaptem a ocupações em áreas de elevada declividade ou mesmo consolidar ocupações em áreas de preservação ambiental, diminuindo a necessidade de remoção de moradias no processo de regularização fundiária (Barros; Carvalho; Montandon, 2010, p. 96).

O instituto da ZEIS também permite que sejam implantados instrumentos que impeçam a expulsão dos moradores dos núcleos regularizados por

segmentos sociais de maior poder econômico, atraídos pela valorização desses terrenos. Embora as ZEIS sejam específicas para áreas regularizadas, pelo que se pôde apurar, a maioria dos moradores de Vila de Cava, que foram removidos, não tinham seus imóveis regularizados, porém, mesmo aqueles que obtinham a posse de seus imóveis sofreram com a desapropriação de suas casas, sendo negado a estes o direito de permanecer em suas moradias. De acordo com JS., presidente da associação de moradores e advogado responsável pelos processos de alguns moradores para a revisão das indenizações oferecidas pelo Estado, em entrevista realizada no dia 20/01/2018, a maioria dos imóveis afetados pelo AMRJ pertenceria a uma Imobiliária fechada há muitos anos. Sobre a situação da imobiliária, em entrevista, JS explicou

Na época [das negociações], a maioria das pessoas não fizeram escritura. Quem comprou na época da extinta imobiliária [...] que era dona de grande parte da área que foi desapropriada, não fizeram a escritura porque tinha um custo, né? (JS, jan. 2018).

As ZEIS, quando aplicadas a imóveis vazios ou ociosos, permitem ao Poder Público reservar áreas dotadas de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos para habitação de interesse social, constituindo-se em importante instrumento para evitar a expulsão dos pobres para as periferias longínquas dos centros urbanos (Barros; Carvalho; Montandon, 2010). Nesse sentido, quando perguntada sobre como ocorreu a aquisição de outro imóvel para habitar e a relação de distância com o centro de Vila de Cava, a moradora MC descreveu:

No mesmo dia comecei a andar atrás de casa para alugar. As coisas, o comércio, tudo fechado. A minha salvação foi um rapaz que tinha uma casa, tinha não, tem, lá no Centro de São Jorge, muito distante daqui, num lugar que eu nem conhecia. Ele falou pra mim assim: - Pega a chave e vai embora pra lá. E eu fui embora pra lá e fiquei 8 meses. Aqui, tudo subiu, o aluguel, o terreno, enfim, tudo subiu. Então aí eu fui... No domingo, eu fui embora para esse lugar, então, nesse lugar, eu fiquei 8 meses, e vou falar pra você, esses 8 meses foram um sofrimento. Eu perdi porque eu estava sossegada no meu cantinho e de repente eu tive que sair. Realmente, naquela terça-feira que eles marcaram, eles chegaram e derrubaram. Essa daqui é minha nora, morava em cima da minha casa. O pai a apoiou junto com o meu filho e o filhinho dela. Na terça-feira, eles chegaram e derrubaram tudo. Eu morava lá há 33 anos, fui pra lá com os meus filhos pequenos. Uma coisa que eu trabalhei para construir com dificuldade e depois deu estar situada lá, tranquila, no meu cantinho... Comprei outro terreno e fiz uma casa. Conclusão? Eu ainda tenho dinheiro para receber. Então foi um desastre (MC, jan. 2018).

De acordo com Seção IV do Estatuto, que versa sobre a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, no art. 8º, há garantias aos proprietários de imóveis ociosos, mesmo que tenham decorridos cinco anos de

cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo sem que os proprietários tenham cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização do bem, a garantia de uma rotina justa de desapropriações por uma sequência de ações. Segundo Barros, Carvalho e Montandon (2010),

primeiro, o Poder Público Municipal, nos termos da lei municipal, notifica o proprietário para parcelar, edificar ou utilizar o imóvel; decorrido o prazo estipulado na notificação e seguindo os procedimentos legais, sem que o proprietário cumpra com a determinação, o Município pode aumentar anualmente a alíquota do IPTU, por um prazo de cinco anos, na forma do art. 7º do Estatuto da Cidade e da lei municipal; somente após a aplicação desses instrumentos, o Município pode valer-se da desapropriação para fins de reforma urbana (Barros; Carvalho; Montandon, 2010, p. 100).

Sobre este tema, compreendemos que a obra do AMRJ atende a interesses federais e estaduais, porém, como podemos observar, o município exerce papel fundamental para implementação do Estatuto da Cidade. Sobre o papel dos municípios e os planos diretores, discorreremos no subcapítulo a seguir, porém, para melhor compreendermos o papel da prefeitura de Nova Iguaçu à época das remoções, recorreremos à entrevista com JS, que, quando indagado sobre o assunto, assim respondeu:

Com relação ao Estado, a Fazenda Nacional e a Receita, as certidões você conseguia com facilidade. Agora o problema era justamente a prefeitura. Você também tinha que ter a certidão negativa da prefeitura e isso que foi o maior complicador. A prefeitura não se envolveu, inclusive nós temos um caso que estamos discutindo contra a construtora e contra o Estado, especificamente, com relação a desapropriação. Em 2008, foi feito um decreto de desapropriação, a prefeitura é comunicada disso. A construtora conseguiu autorização da prefeitura para construir um condomínio a partir de 2008, já com o decreto de desapropriação eles construíram um condomínio. Isso lá em Santa Rita, depois do Arco e do decreto de desapropriação. A prefeitura foi completamente omissa com relação a isso, ela não se preocupou com o que tinha e que não tinha, é uma incapacidade de gerência com relação aos procedimentos administrativos que acabou prejudicando várias famílias. Nós temos uma ação contra a construtora, especificamente nesse caso, porque ela não poderia ter vendido e a prefeitura não poderia ter autorizado ela a construir. Já existia um procedimento em andamento que é fora da alçada da prefeitura e a complicação toda foi essa (JS, jan. 2018).

Importante ressaltar que a ausência de regularização não é característica apenas dos moradores de Vila de Cava, pois, de acordo com estudo realizado por pesquisadores do Ministério das Cidades, “no Brasil, cerca de 40% das famílias urbanas não têm a propriedade ou qualquer documento legal de reconhecimento da posse dos terrenos onde moram” (Barros; Carvalho; Montandon, 2010, p. 102). Esta situação, segundo a mesma pesquisa, deve-se a uma urbanização acelerada, desordenada e injusta, na qual os pobres não

tiveram admitidos seu direito à moradia. O estudo ainda reconhece que esta situação de ilegalidade é injusta para os pobres e traz prejuízos para toda a sociedade (Barros; Carvalho; Montandon, 2010).

O Estatuto, na Seção X, discorre sobre as operações urbanas consorciadas, que tratam, mais especificamente, das operações relacionadas à promoção de projetos urbanos, por meio da parceria entre o Poder Público, proprietários, sociedade civil e o investimento privado, com base nas diretrizes do planejamento urbano municipal. O artigo 32, desta seção, detalha que uma Lei municipal específica poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas, ratificando a importância dessas transformações urbanísticas atenderem as melhorias sociais e a valorização ambiental. Em seu primeiro parágrafo, podemos observar a seguinte afirmação

§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental (Brasil, 2001).

Mais além, no artigo 33 da mesma seção, observamos, principalmente nos incisos III e VII, pontos que garantem um programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pelas operações urbanas no território, além de uma forma de controle das operações, obrigatoriamente compartilhado com da sociedade civil (Brasil, 2001). Porém, mesmo se tratando estritamente de intervenções municipais, identificamos nesses pontos instrumentos capazes de criar programas específicos para atender moradores afetados pelas operações urbanas. De acordo com Barros, Carvalho e Montandon (2010),

Vale um alerta aos municípios na implementação do instrumento: a concentração de recursos públicos e privados numa determinada área pode acabar expulsando seus moradores, em especial as famílias de baixa renda, em função da valorização imobiliária dos terrenos e imóveis. Deste modo, os planos das operações urbanas devem atentar para o estabelecimento de programas habitacionais para atendimento dessas famílias, garantindo sua permanência dentro da área da operação urbana, principalmente nos casos de remanejamento decorrente da execução de obras, além de garantir soluções habitacionais com ampla participação da população atingida (Barros; Carvalho; Montandon, 2010, p. 109).

É certo que, como observado no capítulo anterior, qualquer atividade de grande porte desenvolvida na cidade gera impactos ao seu redor. Se tratando do

AMRJ, maior investimento rodoviário fluminense das últimas décadas, temos que levar em consideração o planejamento de normas urbanísticas diferenciadas para as diferentes áreas de impacto da obra. Para oportunizar que o Poder Público analise as consequências da instalação de empreendimentos de grande impacto ou ampliação de construções já existentes, foi instituído o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). Sobre o assunto, assim versam os artigos 36 e 37, na seção XII, dedicada ao estudo de impactos de vizinhança, expostos abaixo:

Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

- I – adensamento populacional;
- II – equipamentos urbanos e comunitários;
- III – uso e ocupação do solo;
- IV – valorização imobiliária;
- V – geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI – ventilação e iluminação;
- VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural (Brasil, 2001).

De acordo com Barros, Carvalho e Montandon (2010), o município pode autorizar, negar, ou ainda, condicionar a licença do empreendimento à implementação de medidas de mitigação ou compensação do impacto. Nesse processo, segundo os autores,

a sociedade deve ser ouvida e participar da decisão, sendo obrigatório que todos os documentos e estudos estejam disponíveis para consulta de qualquer interessado. Cabe ao Município elaborar lei específica identificando as atividades e empreendimentos sujeitos à apresentação do EIV para concessão de licenças. Como as realidades dos municípios são muito díspares, somente o poder público local pode identificar o que causa impacto em seu território (Barros; Carvalho; Montandon, 2010, p. 111).

O capítulo IV, na mesma seção XII, é dedicado à gestão democrática da cidade. Nele são abordados elementos fundamentais do Estatuto da Cidade, como, por exemplo, a promoção da participação da sociedade na gestão urbana. As decisões sobre o futuro das cidades, portanto, não podem se limitar somente à democracia representativa das câmaras de vereadores, mas devem, principalmente, oportunizar que todos, diretamente afetados pelas ações e investimentos públicos, sejam envolvidos. Diz o texto,

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; (Brasil, 2001).

Todavia, a gestão democrática não se resume apenas a consultar a opinião da população sobre as questões do Poder Público, mas sim, em “uma forma de garantir instâncias efetivamente consultivas e deliberativas, tanto no processo de planejamento urbano, quanto na destinação dos recursos públicos” (Barros; Carvalho; Montandon, 2010, p. 114). Segundo Barros, Carvalho e Montandon (2010), com o propósito de atenuar a enorme desigualdade social que caracteriza as cidades brasileiras, o processo participativo passa a ser uma instância política de disputa por investimentos e uma maneira de assegurar que a população de baixa renda, muitas vezes, excluída do planejamento das cidades, passe a participar das decisões sobre a regulação do uso e ocupação do território e a destinação dos investimentos públicos, como se pode observar nos fragmentos a seguir.

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea “f” do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania (Brasil, 2001).

Por fim, esses pontos destacados, fazem do Estatuto da Cidade um instrumento para democratização da gestão urbana. Ao assegurar a participação da população nos processos decisórios, por meio, por exemplo, da criação e efetivação dos conselhos, da realização de audiências públicas municipais e da criação de políticas urbanas, evitando que as cidades tornem-se o resultado de um modelo pretendido apenas pelos grandes agentes do capital imobiliário, as instâncias consultivas e deliberativas devem garantir que todos os segmentos da sociedade sejam amparados e que a agenda de investimentos e ações municipais sejam a elas submetidas.

Nesse sentido, em resumo, a Lei estabelece as diretrizes gerais da política urbana que devem ser implementadas por meio dos seguintes instrumentos: i) gestão democrática, que deve ocorrer por meio da ação dos conselhos de política urbana, da iniciativa popular de leis e da realização de debates e audiências e consultas públicas; ii) plano diretor, obrigatório para cidade de mais de vinte mil habitantes e referência para o cumprimento da função social da propriedade; iii) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, referente às penalidades pela retenção ociosa de terrenos urbanos; iv) IPTU progressivo no tempo, sanção prevista para proprietários que mantêm os imóveis ociosos, v) desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública, última das penalidades constitucionais prevista no capítulo de política urbana; vi) usucapião especial, instrumento que abre, principalmente, a possibilidade de usucapião coletivo; vii) concessão de uso especial para fins de moradia, dispositivo capaz de permitir que imóveis públicos ocupados há mais de cinco anos, sem oposição da outra parte, tenham a posse regularizada; viii) direito à superfície, que garante o direito de construir sem que se tenha o direito à propriedade do terreno; ix) direito de preempção, que assegura ao poder público a preferência da aquisição de imóveis urbanos, desde que, o proprietário seja devidamente notificado; x) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, também conhecida como “solo criado”, refere-se à concessão emitida pelo Município para que o proprietário de um imóvel edifique acima do limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico; xi) operação urbana consorciada, dispositivo que permite um conjunto de intervenções consorciadas entre o poder público a iniciativa privada; xii) transferência do direito de construir, confere ao proprietário de um lote a possibilidade de exercer seu potencial construtivo em outro lote, ou de vendê-lo a outro proprietário; xiii) estudo do impacto de vizinhança, documento técnico, com base em lei municipal, para concessão de licenças para a construção de empreendimentos ou atividades que possam afetar a qualidade de vida da população; e, finalmente, xiv) zonas especial de interesse social (ZEIS), porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária.

De acordo com a professora Ermínia Maricato (2010), não obstante, em boa parte dos países do mundo, o Estatuto da Cidade conta com muito prestígio. As virtudes da lei não se esgotariam na qualidade técnica ou jurídica de seu



texto, e sim, nas conquistas sociais cujo desenrolar se estenderam durante décadas. O Estatuto da Cidade é fruto, também, do crescimento das demandas sociais e da organização popular de grupos de pressão, que passaram a exigir iniciativas do poder público. Deste modo, percebemos que além da promoção do Plano Diretor, a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade fortalecem a gestão democrática e função social da cidade, visando à inclusão territorial e a diminuição das desigualdades expressas nas maiorias das cidades brasileiras por meio das irregularidades fundiárias, da degradação ambiental e segregação socioespacial.

A partir de 2015, com a promulgação da lei nº 13.089/2015, autodenominada de Estatuto da Metrópole, as principais regiões metropolitanas do país são regidas por um conjunto de disposições legislativas, que se destinam a promover o ordenamento dos espaços urbanos e territoriais. O Estatuto da Metrópole acrescenta alguns conceitos que não estão presentes no Estatuto da Cidade. Vejamos, neste sentido, o que dispõe o artigo 2º da lei em questão.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei consideram-se:

**I** – aglomeração urbana: unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas;

**II** – função pública de interesse comum: política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes;

**IV** – governança interfederativa: compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum;

**IX** - governança interfederativa das funções públicas de interesse comum: compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, mediante a execução de um sistema integrado e articulado de planejamento, de projetos, de estruturação financeira, de implantação, de operação e de gestão; (Incluído pela Lei nº 13.683, de 2018) (Brasil, 2015).

Observa-se, portanto, que logo no início do texto, a lei expõe uma série de concepções referentes à integração das áreas metropolitanas brasileiras, para tanto, o texto apresenta conceitos inovadores que buscam impactar a gestão do espaço público dos municípios que compõem a região metropolitana, incluindo, por exemplo, o conceito de governança interfederativa das regiões metropolitanas. Este conceito, diz respeito ao compartilhamento de responsabilidades, entre os entes da federação, nas aglomerações

metropolitanas. No artigo 6º, nos incisos de I a VII, o texto ressalta que a governança interfederativa respeitará aos seguintes princípios:

- I) prevalência do interesse comum sobre o local;
- II) compartilhamento de responsabilidades para a promoção do desenvolvimento urbano integrado;
- III) autonomia dos entes da Federação;
- IV) observância das peculiaridades regionais e locais;
- V) gestão democrática da cidade, consoante os arts. 43 a 45 da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001;
- VI) efetividade no uso dos recursos públicos;
- VII) busca do desenvolvimento sustentável (Brasil, 2015).

Sendo assim, consideramos que a gestão interfederativa mostra-se um modelo de gestão capaz de ultrapassar os limites e competências de um município, fazendo com que as políticas setoriais desses aglomerados urbanos, ou regiões metropolitanas, possam alcançar o conjunto de transformações urbanísticas necessárias para desenvolver as potencialidades de realização de direitos fundamentais de uma determinada área específica.

Nesse contexto, foi instituída por Decreto Estadual nº 44.905, em de 11 de agosto de 2014, a Câmara Metropolitana de Integração Governamental e o Grupo Executivo de Gestão Metropolitana do Rio de Janeiro. Tendo como atribuições, propor um novo arcabouço legal e institucional, além de intermediar a cooperação entre os diversos níveis de governo na RMRJ. De acordo com o sítio da Câmara (Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro, [s.d]-c), há um plano estratégico de desenvolvimento para a RMRJ, que deverá eleger um modelo de metrópole a ser viabilizado no curto e médio prazo, considerando o horizonte dos próximos 15 anos, devendo, obrigatoriamente, observar as estratégias de desenvolvimento e as prioridades estabelecidas para as ações estruturantes e integradas nas esferas das funções públicas de interesse comum metropolitano.

Atualmente, os projetos integrados observados pelo grupo executivo de gestão metropolitana atendem às áreas da acessibilidade e mobilidade urbana e interurbana, centralidades urbanas, equipamentos de caráter metropolitano, saneamento ambiental e urbanização integrada, reestruturação econômica, preservação do ambiente natural e ações de resiliência e, finalmente, gestão e planejamento da RMRJ. Na visão da Câmara, a economia da RMRJ vem se recuperando após um longo período de declínio e estagnação, recebendo um significativo conjunto de investimentos concentrados no setor portuário e siderúrgico. Portanto, consideramos que a principal contribuição da Câmara

Metropolitana para o presente trabalho deve-se ao fato de o órgão ser o principal responsável por sua gestão estratégica, pois, conforme publicado no sítio da Câmara, o AMRJ é o principal pilar de integração dos eixos de desenvolvimento da RMRJ e seus benefícios logísticos atraem grande quantidade de habitantes e de empresas para seu entorno, tornando essa área valiosa para a instalação da cadeia produtiva do setor de petróleo e gás.

## 4.2

### **O Plano Diretor da Cidade de Nova Iguaçu e a questão da moradia**

Segundo Santos Junior e Montandon (2011) a elaboração de Planos Diretores (PD) como instrumentos de planejamento do uso do solo urbano não é recente, aparece na história do urbanismo brasileiro desde a década de 1930, quando foi elaborado o Plano Agache, no Rio de Janeiro. Atualmente, os Planos Diretores pretendem ser uma ferramenta eficaz para o enfrentamento de problemas de ordem urbana, contribuindo para o quadro de diminuição de desigualdade instalado quando elaborado e implementado de forma eficaz. Para tal, é necessário que o conceito de Plano Diretor e, principalmente, suas formas de elaboração, sejam adaptadas de um formato anterior, mais burocrático e tecnocrático, para uma prática com ampla participação da população.

Neste sentido, o plano diretor também ganha destaque na atuação da sociedade civil organizada, especialmente dos movimentos sociais envolvidos com a Reforma Urbana. É sabido, no entanto, que muitos municípios apresentam dificuldades para implementar seus Planos Diretores, pois, a maioria não apresenta uma estrutura administrativa adequada para o exercício do planejamento urbano, principalmente, no que se refere aos recursos técnicos, humanos, tecnológicos e materiais. Sem a baixa difusão dos conselhos de participação e controle social voltados para uma cultura participativa de construção e implantação das políticas de desenvolvimento urbano.

Para desenvolvermos uma análise específica sobre os Planos Diretores do Município de Nova Iguaçu, recorreremos às pesquisas elaboradas pela Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos (Santos Junior e Montandon, 2011) que vem, em parceria com institutos acadêmicos, ao longo dos últimos anos, produzindo estudos referentes

às recomendações, desafios e graus de participação no Plano Diretor, para podermos, de alguma forma, comparar as especificidades e semelhanças com nossa realidade.

Nesse sentido, outro ponto que devemos esclarecer é relativo à metodologia. Aqui, neste subcapítulo, iremos priorizar a análise dos planos diretores de Nova Iguaçu, que vigoravam no período de implementação da obra do AMRJ, pois, se estamos partindo da premissa de que os moradores de Vila de Cava tiveram seus direitos violados, devido ao processo de remoção ocasionado pela implantação da estrada, é coerente que priorizemos as legislações que estavam em vigor nesse período, ou seja, os Planos Diretores de 1997, que vigeu até o ano do começo da obra, e o de 2008, que vigorava exatamente no auge da obra em Vila de Cava.

Dito isto, analisaremos os planos diretores na perspectiva da questão urbana, com ênfase na questão da moradia, porém, um dos principais obstáculos deve-se ao fato de que a lei complementar nº 006, de 12 de Dezembro de 1997, o Plano Diretor de 1997, ou como versa o artigo 3º da lei, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Sustentável, em todo o seu escopo, menciona apenas uma vez as palavras moradia, habitação e participação. Causa estranheza, portanto, o Plano Diretor de 1997, determinava que todo o território do município de Nova Iguaçu fosse considerado urbano, não reconhecendo as áreas rurais, e classificando seus moradores como rururbanos como podemos observar no artigo 8º.

Artigo 8º - O Perímetro Urbano compreende todo o território da Cidade de Nova Iguaçu, coincidindo os seus limites territoriais com os consignado no Decreto-lei nº1.056, de 31 de dezembro de 1943, e nas Leis nº 1.773, de 21 de dezembro de 1990, nº 1.902, de 18 de dezembro de 1991 e nº 2.209, de 30 de dezembro de 1993 (Nova Iguaçu, 1997).

A seguir, no artigo 10º, a lei determina que o zoneamento da cidade tenha as seguintes configurações: i) zona urbana consolidada: compreendendo as áreas de maior adensamento do tecido urbano da cidade; ii) zona de expansão urbana: espaços periféricos, onde se efetivam os vetores de ocupação progressiva; iii) zonas de transição (cinturão verde): áreas do território onde se encontram atividades agrícolas e pecuária de pequena escala; iv) zonas de preservação ambiental: basicamente a reserva biológica de Tinguá e a Área de Proteção Ambiental (APA) do Mendanha-Gericinó. Com a ausência de uma área rural, o Plano Diretor de 1997, apresentou, em seu texto, o conceito de “franja

rururbana" em oposição ao termo rural. Como podemos observar no parágrafo 6º, do artigo 17,

§6º - O Setor de Planejamento Integrado do Norte compreende a franja rururbana da Cidade com a presença de atividades agropecuária de subsistência e da Reserva Biológica de Tinguá, vocacionado como área potencial para projetos estratégicos e ambientais com o objetivo de integrar esta fração territorial ao desenvolvimento geoeconômica da Cidade (Nova Iguaçu, 1997).

Na verdade, o Plano Diretor de 1997, para além da criação de um conselho de política urbana, órgão consultivo e fiscalizador em questões referentes à política urbana, e dos planos de estruturação urbana, que deveriam definir as ações do Poder Executivo Municipal em relação às políticas de habitação e regularização fundiária da cidade, não apresentam avanços no debate sobre a questão urbana e, muito menos, na garantia de direito à moradia, no transcorrer de seu texto. A exceção deveria ter sido a criação do Fundo de Desenvolvimento Urbano, elaborado com o objetivo de financiar planos, programas e projetos que visariam o desenvolvimento integrado da cidade. Como consta nos artigos 46, 47 e 48, a seguir.

Artigo 46 - Fica criado o Fundo de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Nova Iguaçu, órgão de natureza contábil-financeiro, sem personalidade jurídica, que tem como objetivo o financiamento dos planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento urbano integrado da Cidade.

Artigo 47 - A gestão do Fundo de Desenvolvimento Urbano compete ao órgão responsável pela política urbana da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu.

Artigo 48 - O chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará, por Decreto, o Fundo de Desenvolvimento Urbano (Nova Iguaçu, 1997).

Porém, é o Plano Diretor de 2008 que parece recuperar o reconhecimento das áreas rurais da cidade. Sua nomenclatura passa de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Sustentável para Plano Diretor Participativo (PDP), numa primeira mudança. Mais do que uma simples troca de designações, o Plano de 2008 reconstitui legalmente a zona rural de Nova Iguaçu. Como demonstra o artigo 54, explanado abaixo:

Art. 54. Constitui Zona Rural a parcela do território municipal não incluída na Zona Urbana, destinada às atividades primárias e de produção de alimentos, bem como às atividades de reflorestamento, de mineração, de agropecuária e outros, desde que aprovadas e licenciadas pelo órgão municipal de meio ambiente (Nova Iguaçu, 2008).

Na tentativa de promover uma gestão participativa/cidadã, o PDP de 2008 tenta implantar um novo modelo de governança urbana que vise à promoção de políticas e garantias de direitos para os moradores da cidade. No início do texto da lei, podemos observar que, nos artigos 2º e 3º, é explicitada a importância de uma política territorialmente integrada, bem como, a regulamentação de instrumentos urbanísticos, a ocupação do solo e na definição de ações, projetos e obras na região. Vejamos o que diz a lei

Art. 2º O Plano Diretor Participativo abrange a totalidade do território da Cidade de Nova Iguaçu é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e de gestão territorial da Cidade e institui o Sistema de Gestão Integrada e Participativa municipal.

Art. 3º. O Plano Diretor Participativo estabelece diretrizes e objetivos das políticas de desenvolvimento urbano e da gestão territorial, regulamenta instrumentos urbanísticos, estabelece diretrizes para o parcelamento, o uso e a ocupação do solo e define ações, programas, planos, projetos e obras a serem observados até o momento de sua revisão, prevista para 10 anos após aprovação desta lei. (Nova Iguaçu, 2008).

O PDP de 2008 apresenta-se como uma boa ferramenta estratégica para a elaboração de políticas de desenvolvimento urbano e de gestão territorial, seja por meio de ações diretas, ou por restrições e estímulos às ações do setor privado. No meio físico, em particular, essas ações são relacionadas com o uso e ocupação do solo, meio ambiente, habitação e regularização fundiária, saneamento básico, trânsito, transporte, mobilidade e proteção do patrimônio cultural. Sobre as políticas territoriais diz o PDP de 2008,

A Política Territorial a ser desenvolvida pela Cidade de Nova Iguaçu deve estar fundamentada nos seguintes princípios: I. função social da cidade; II. função social da propriedade; III. direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento básico, à infra-estrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer e cultura; IV. desenvolvimento sustentável; V. justiça social; VI. equidade; VII. redução da desigualdade; VIII. sustentabilidade ambiental; IX. universalização da mobilidade e acessibilidade; X. fortalecimento do setor público e das suas funções de planejamento e fiscalização; XI. gestão democrática e participativa; XII. cooperação como a base para a relação com os demais entes federativos (Nova Iguaçu, 2008).

O estudo de Santos Júnior e Montandon (2011), indica que a maior parte dos Planos Diretores incorpora definições relativas à política de habitação, apesar de existirem situações nas quais os municípios não tratam da questão, mas remetem ao assunto para uma posterior elaboração de Planos Municipais de Habitação. Percebe-se que os PDs estabelecem definições, diretrizes e

objetivos relacionados à política de habitação, no entanto, sem incorporar os elementos necessários a sua efetividade.

Entre as funções sociais, objetivos e diretrizes estabelecidos pelo PDP de 2008, destacamos a preservação do meio ambiente, do patrimônio cultural e urbano da cidade, assim como, as necessidades de implantação de projetos de habitação de interesse social, bem como, a redução das desigualdades territoriais em todas as políticas públicas desenvolvidas, a inclusão social, a fim de evitar que a população de baixa renda seja excluída dos benefícios gerados pelo desenvolvimento urbano. Inclui também, a preservação e proteção das áreas de interesse ambiental, a promoção e a melhoria da articulação interna do território municipal e a redução do tempo e o custo do transporte. Seus objetivos mais específicos são o desenvolvimento social, o meio ambiente, a mobilidade e a estruturação territorial. Além disso, o PDP de 2008 institui o Sistema Municipal de Gestão Integrada e Participativa, tendo como objetivo garantir a participação da sociedade na formulação, gestão e controle da Política Territorial, sendo responsável pela articulação entre os diversos setores da administração pública.

Percebe-se que o texto do PDP de 2008 é, sem dúvida, um avanço em relação ao do PD anterior, pois, em teoria, permite uma maior eficiência e adequação das políticas públicas ao garantir a participação dos cidadãos, não somente criando instâncias participativas, mas, também, assegurando os meios para que esses possam participar dessas instâncias, promovendo uma gestão participativa mais qualificada pela distribuição do poder de decisão. Todavia, não se pretende aqui transcrever todas as diretrizes e objetivos das leis que tratam do tema, apenas procuramos demonstrar que essas normas permitem uma série de possibilidades de participação autônoma, crítica e propositiva dos atores sociais, abrindo caminhos que devem ser adotados quando se trata da descentralização como recurso do exercício da cidadania e das possibilidades de elaboração de uma agenda propositiva de direito à cidade.

#### 4.3

#### **O caso das remoções em Vila de Cava - Participação e resistência no caso das remoções causadas pelo AMRJ em Vila de Cava**

Para o geógrafo Milton Santos (1993), deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por

ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos. O autor afirma que morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a precariedade dos serviços, ainda que pagando por eles preços extorsivos, pois, a lei é “fruto do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas, e não a lei que assegure o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno” (Santos, 1993, p. 43).

Na perspectiva Lefebvrina, o direito à cidade não é apenas o direito ao acesso a recursos, mas também, ao direito à participação ativa dos cidadãos na construção do espaço onde vivem (Lefebvre, 2001), ou seja, se considerarmos a cidade como uma obra teremos que levar em consideração que os agentes sociais são parte integrante do resultado de suas ações.

Vejamos aqui, efetivamente, as especificidades e os casos de remoções, bem como, os relatos das observações do campo, ocorridas em Vila de Cava<sup>9</sup>, Nova Iguaçu. O referido bairro caracteriza-se por sua localização no setor norte de planejamento do município, possuindo importantes sítios históricos da região da Baixada Fluminense como a fazenda São Bernardino e as ruínas da antiga vila e cidade de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu. Dispõe, hoje em dia, de um pequeno centro comercial e considerável área rural. Suas edificações, como dito anteriormente, tem como características a autoconstrução, fator importante para o entendimento da relação entre os moradores desse bairro e suas moradias.

Sabemos que, apesar da abertura do AMRJ ter sido anunciada para o ano de 2007, somente três anos após, a obra foi devidamente inaugurada. Dentre os motivos que justificaram o atraso, provavelmente, o episódio da espécie rara de rãs foi o que mereceu mais destaque da mídia. Segundo o sítio da Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro ([s.d]-b), o relatório para monitorar a espécie *Physalaemus soaresi* afirma que o anfíbio foi monitorado por um grupo de pesquisadores por cerca de cinco anos, diz ainda, que as rãs têm procriado em banhado localizado abaixo do viaduto erguido especialmente para ajudar na sua sobrevivência. Ainda de acordo com a matéria, o trecho da estrada “que no projeto inicial seria aterrado, fica no Km 98 do Arco, próximo à alça de acesso à Rodovia 465 (antiga Rio- São Paulo), em Seropédica, na Floresta Nacional (Flona) Mário Xavier” (Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro, [s.d]-b). Conforme a matéria,

<sup>9</sup> Vila de Cava é um bairro de Nova Iguaçu que pertence a **URG VII - VILA DE CAVA** (bairros Vila de Cava, Santa Rita, Rancho Fundo, Figueiras, Iguaçu Velho e Corumbá).



além da construção de um viaduto sobre o banhado, as ações para a preservação da rã incluíram a construção de cinco zoopassagens; a supressão de uma das alças de acesso da estrutura e a alteração da posição de outra alça para preservar a área; a suspensão das obras do viaduto e de intervenções no entorno do banhado em épocas em que a espécie passava por período reprodutivo; o isolamento por tapumes da área até a finalização completa do viaduto; e o monitoramento diário da ocorrência da espécie (Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro, [s.d]-b).

A opção por ilustrar o caso das rãs é para chamarmos atenção para desproporcionalidade com o que o poder público tratou vários casos de desapropriações ocorridas durante o processo da obra. Ao final da matéria, Vicente Loureiro (2016), diretor-executivo da Câmara Comunitária de Integração Governamental, ressalta que

A notícia de que a reprodução da rã passa por um bom momento nos anima bastante, porque demonstra que as ações preventivas realizadas são um sucesso. Primeiro construímos o viaduto colocando um vão extenso entre as duas faixas de rolamento, nos dois sentidos, para garantir a iluminação e a ventilação na área. Além disso, foram tomados cuidados no sentido de fazer com que a drenagem da região e do entorno não fossem alteradas e houvesse a permanência da irrigação daquele banhado (Loureiro, 2016 apud Brito, 2016, on-line).

Segundo Souza (2015), a lentidão na inauguração do AMRJ teria motivos nas desapropriações dos terrenos que seriam utilizados na obra, embora, essa justificativa não tenha tido muita repercussão e sempre tenha sido negada pelo poder público. Todavia, a matéria do sitio Jusbrasil (2012) já aponta que o presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, havia se reunido com a alta cúpula do governo, já em meados de 2012, para tratar das desapropriações necessárias à execução da obra do Arco Metropolitano. O então secretário Hudson Braga, segundo a notícia, afirmou

que o Poder Executivo não tem nenhum interesse de pagar menos do que as propriedades valem, lembrando que às vezes existe um lote ou mais exatamente no meio da obra, o que impede que ela continue. O presidente Manoel Alberto ressaltou que os direitos devem ser assegurados, os proprietários têm que ser indenizados no valor justo e o Poder Judiciário deve poder, com a ajuda do Poder Executivo, contribuir de alguma maneira para tornar esse processo mais rápido. Em última análise, estamos tentando fazer o melhor, observado sempre o interesse público, finalizou o desembargador, reiterando a absoluta independência que cada magistrado tem para julgar como entender correto (JusBrasil, 2012).

De acordo com Cruz (2011), em matéria do Jornal Extra, a dona de casa NC, ex-moradora da Rua Friburgo, em Vila de Cava, Nova Iguaçu, se emociona quando “ao olhar pra casa onde morou e em vez da construção com quarto, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, há apenas lembranças perdidas entre

entulhos”. D. Neide e outras 60 famílias estão na mesma situação, pois a indenização paga é considerada baixa, o que acaba levando alguns moradores a não aceitarem as propostas do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), porém, ao recusarem a indenização, os moradores são alertados sobre a possibilidade de ter a casa demolida de repente.

Foi esse o medo que levou ao morador S.R. aceitar a indenização de R\$ 35 mil. Segundo ele, a “moça disse assim para mim: - Se o senhor não quiser aceitar, a máquina vem pertinho da sua casa e o oficial de justiça vai decretar ordem de despejo”. Outro caso que chama atenção é o de C.H, que se negou a receber a indenização oferecida pela casa de dois quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda. , segundo ele, “deram o valor de R\$ 5.495 e disseram que, se eu não aceitasse, ia para o juízo e teríamos que sair”.

A matéria é finalizada com o comunicado oficial da assessoria de comunicação do DER informando que

o processo para desapropriação respeita todos os requisitos legais, não havendo qualquer tipo de intimidação por decisão da parte dos funcionários. Os valores oferecidos são fruto de uma avaliação feita por uma empresa. Em caso de negativa, a questão é encaminhada à Procuradoria Geral do Estado, e passa a ficar a critério da Justiça a decisão final (Cruz, 2017, on-line).

**Figura 7:** Matéria Jornal Extra (06/09/2001)



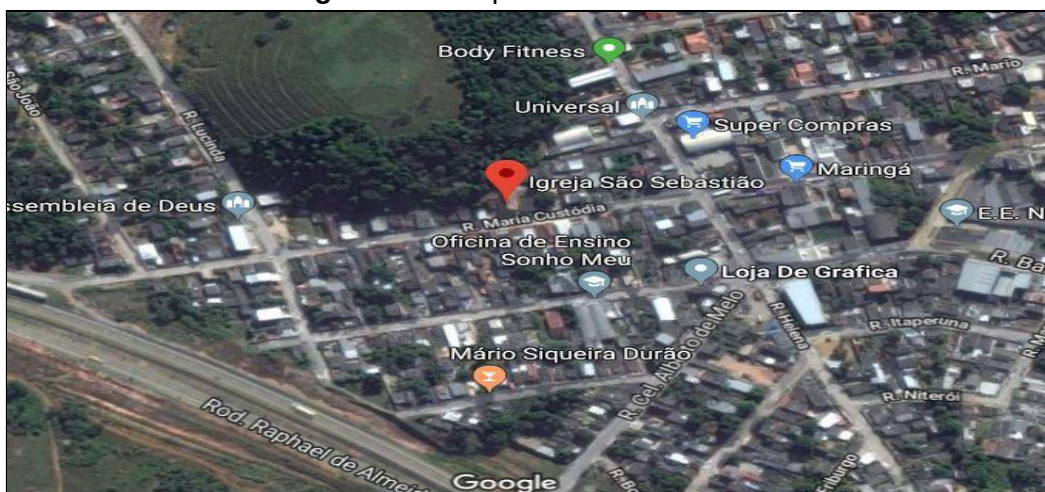
**Fonte:** Jornal EXTRA, 2011.

Além desses depoimentos na matéria do Jornal Extra, mais testemunhos podem ser encontrados no site Youtube, no qual se teve acesso aos vídeos de moradores afetados pela obra e foram postados pelo Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu (CDHNI), também conhecido como Centro de Direitos Humanos Dom Adriano Hipólito, com sede no Centro de Formação da Igreja Católica (Diocese de Nova Iguaçu, 2016), no bairro do Moquetá, em Nova Iguaçu. Com a informação de que o CDHNI atuou na época da obra aumentam-se as possibilidades de se ter o primeiro contato com campo.

Após algumas visitas e a confirmação de que, realmente, o CDHNI, não só atuou, mas ainda dava assessoria jurídica aos moradores afetados pela obra, aumentaram a expectativa de que seria possível confirmar, ou não, que esses moradores, além de terem seus direitos negligenciados pelo poder público local, ainda sofreram com um forte assédio para deixar suas casas, o que fez com que muitos recebessem valores irrisórios, em vista do que precisariam para ter condições de moradia, no mínimo, igual a que tinham antes da obra.

Contudo, os primeiros contatos com o CDHNI não foram tão fáceis, visto que, a maioria dos processos já tinha por volta de oito anos e, nessa situação, uma baixa procura dos moradores. Outra dificuldade enfrentada foi em relação aos próprios funcionários do CDHNI, que, embora fossem muito solícitos com a pesquisa, não estavam, em sua maioria, na época do ocorrido, portanto, sem a presença e sem informações atuais dos moradores, o próximo passo seria ir a Vila de Cava, mais precisamente a Paróquia São Sebastião.

**Figura 8:** Paróquia de São Sebastião



Fonte: Google Maps (2018)<sup>10</sup>

<sup>10</sup>

Disponível

em:

<https://www.google.com.br/maps/search/par%C3%B3quia+de+S%C3%A3o+Sebasti%C3%A3o+mapas/@-22.838559,-44.1577507,9z/data=!3m1!4b1>.

Por intermédio do CDHNI, conseguiu-se o contato dos moradores de Vila de Cava, porém, dos moradores que tinham o contato telefônico atualizado, poucos estavam dispostos a reviver o caso. Apesar disso, em uma visita a Paróquia São Sebastião, por intermédio do CDHNI, obteve-se o telefone de JS, também conhecido como Dr. S, por atuar como advogado e, inclusive, ser responsável por alguns processos de moradores do bairro. Assim que o primeiro contato foi feito, ainda por telefone, JS foi esclarecido sobre os objetivos da pesquisa e, enfim, um encontro em seu escritório foi marcado.

Em entrevista realizada com JS, dia 18/08/2017, perguntado sobre qual era o impacto do AMRJ em sua vida e como ele e os demais moradores removidos pela estrada passaram a se reunir constantemente, assim ele respondeu:

Eu moro em Vila de Cava, ao lado da minha mãe, e também sou um desapropriado. Eu, minha mãe e minha família, em si, somos desapropriados. A maioria das pessoas, apesar de estarmos no mesmo bairro, não tinham relacionamentos. Eu vim a conhecer o SE, a DE na Associação e, inclusive, vários moradores também. A princípio, todo mundo se conheciam de se cumprimentar na rua. Depois, as pessoas que sabiam que estavam sendo desapropriadas começaram a se comunicar. Até chegar ao ponto que, através de uma das pessoas, uma não, algumas pessoas, lá na igreja católica e em outras igrejas dali, tiveram a ideia de se reunir para ver qual o caminho nós poderíamos tomar. Surgiu a primeira reunião e chamaram o CDHNI. A igreja, na época, pediu que eles pudessem orientar (JS, jan. 2018).

De acordo com JS, a proposta do CDHNI era criar uma associação a fim de que tivesse legitimidade para discutir com o Estado, que, na época, era quem administrava a gestão dos recursos da obra do AMRJ, porém, quando as reuniões começaram a acontecer, muitas pessoas já tinham sido desapropriadas. Segundo ele,

Naquele momento, todos já estavam desapropriados porque o decreto da desapropriação foi de 2008. Então, a partir deste decreto, iniciaram o estudo sobre as desapropriações e começaram a fazer as intervenções diretamente nas famílias, havendo uma ação direta do DER com aquelas pessoas (JS, jan. 2018).

JS ainda relata que,

O chefe de gabinete, o procurador e os assistentes sociais começaram a vir nas pessoas que estavam completamente desinformadas e praticaram todo aquele assédio moral, aquela pressão psicológica em cima das pessoas, dizendo que iam fazer e acontecer. Muitas pessoas, antes da associação ser criada, foram

praticamente expulsas da onde moravam. Tanto que tem pessoas que saíram de lá com cinco mil reais, tá bom era uma casinha simples, mas com cinco mil reais o que a pessoa vai fazer? (JS, jan. 2018).

Segundo JS, a estratégia da associação passou a ser entrar com ações na justiça exigindo um laudo judicial para contrapor os laudos administrativos emitidos pelo DER. Conforme ele relata na entrevista,

Quando o terreno está vazio o Estado pode conseguir a emissão da posse direta, quando existe moradia tem que ter um laudo judicial. Era justamente o que nós pretendíamos, o laudo judicial vai dizer se ele [laudo administrativo] é bom ou se ele é ruim (JS, jan. 2018).

Porém, segundo JS, essa estratégia de contestação de laudos administrativos apresentou problemas, pois, à medida em que os laudos judiciais eram emitidos, o Estado conseguia a emissão da posse do terreno, fato que acabou acelerando as remoções. De acordo com o entrevistado,

O laudo judicial é que vai ter peso. Porém, esse peso, de certa forma, também era um problema, porque, a partir do momento que os laudos judiciais iam saindo, o Estado conseguia emissão da posse. Para ele [Estado] tirar a família tinha que depositar o valor das indenizações em juízo. Então eles depositavam o valor administrativo e pediam emissão da posse, a emissão da posse era para tirar a pessoa, tirar a família. Você contesta, como nós fizemos, alegando a necessidade de outro valor, ou de uma outra posição, que pudesse atestar que aquele laudo tinha fundamento, ou não. Quando vinha o laudo judicial, o que o Estado fazia? Ele complementava o valor com a diferença. Aí o juiz autorizava a emissão da posse. (JS, jan. 2018).

Conforme relato, após saírem as primeiras sentenças, segundo acordo firmado entre as partes, as diferenças das indenizações seriam pagas em dinheiro para os moradores e o valor que já estava depositado em juízo seria resgatado no fim do processo judicial. Segundo o entrevistado,

Até isso ser organizado, até isso tomar forma, tiveram umas três famílias que não deu tempo, tiveram que sair antes de receber. Um saiu sem nada, até hoje não recebeu nada. A Dona MC, eu consegui levantar 80% do valor da indenização dela. Eu consegui levantar, porque nós tínhamos um juiz aqui em Nova Iguaçu, que os processos que caíam na 7ª Vara, o Dr. Damasceno, ele concedia mais rapidinho, mas eles tiraram ele daqui e jogaram lá para a Capital, porque ele foi cobrado com relação a questão do entrave que ele estava criando aqui para a obra. Ele, como juiz titular de Nova Iguaçu, respondeu que estava simplesmente cumprindo o judicial, ele não estava entervando nada, eles que estavam com tanta pressa, mas tiraram o cara daqui. (JS, jan. 2018).

Para JS, o aspecto mais positivo da associação foi em relação aos assédios sofridos pelos moradores,



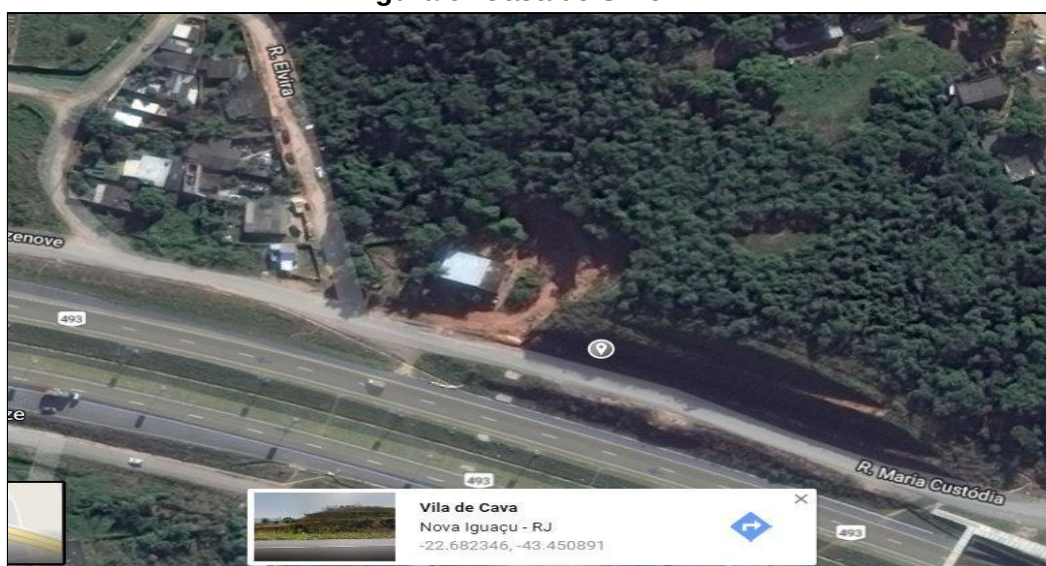
a grande organização foi no sentido de travar o que estava em andamento, que é justamente toda a coação que o Estado estava fazendo através do DER. Nós conseguimos estancar isso. Conseguimos resolver parte da situação onde as pessoas conseguiram um acordo administrativo, eles receberam por fora e conseguiram sair. (JS, jan. 2018).

De acordo com o entrevistado, outro fato marcante nesse processo é em relação ao atraso na burocracia do poder público. Segundo JS, a cidade de Nova Iguaçu, que tinha, até então, sete varas cíveis, quando acontece a inauguração do fórum de Mesquita, em dezembro de 2013, é obrigada a ceder uma vara de cada competência para o fórum da cidade vizinha. Conforme relato do entrevistado,

pegaram uma vara cível, uma vara de família, uma vara criminal, um juizado especial e levaram para lá. Levou tudo, não só os serventuários, levaram também todos os processos que eram daqui. Foram debaixo do braço para lá. Aqui, como já não andava bem, passou a andar pior ainda. Os processos que estavam em andamento aqui deram continuidade em Mesquita que não tem juiz titular, sempre é juiz suplente. Se você não tiver frequentemente lá a coisa não anda, é muito complicado. Então, os moradores foram prejudicados em todos os sentidos pelo Estado. No sentido de não pagar o justo da indenização e de não obedecer à regra legal em relação à questão da desapropriação. (JS, jan. 2018).

Segundo JS, outro aspecto positivo destacado como fruto da luta da associação é a colocação de uma rua e uma passarela, em frente à casa dos moradores SE e DE. Como podemos observar em imagem a seguir.

**Figura 9: Casa de SE e DE**



Fonte: Google maps (2018)<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Disponível em:<

<https://www.google.com.br/maps/place/Igreja+S%C3%A3o+Sebasti%C3%A3o/@-22.6819523,-43.4521404,656m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9969aacbf9f9d:0xc45159f49d087e3d!8m2!3d-22.682177!4d-43.446791>> Acesso em: 29/07/2018.

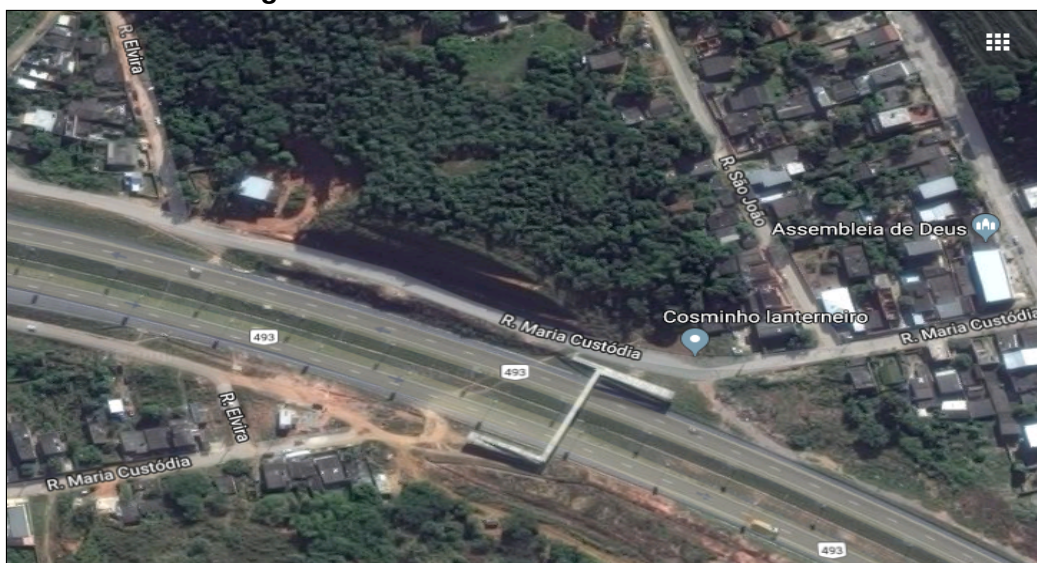
O entrevistado prossegue,

Nós temos um processo, estamos representando SE com relação ao dano causado pelas explosões, a estrutura da casa dele foi abalada. Inclusive, aquela passarela foi uma luta da associação e aquela rua que passa em frente à casa dele foi uma ação nossa (JS, jan. 2018).

Segundo JS, os representantes da associação chegaram a conseguir marcar uma reunião com o Subsecretário de obras, Hudson Braga, com Vicente Loureiro, diretor executivo da Câmara Metropolitana, com técnicos da Odebrecht, da Carioca Engenharia, da OAS e dois vereadores de Nova Iguaçu, ao qual o mesmo não recordava os nomes. De acordo com JS, esta reunião foi importante, pois, ajudou a (re)definir parte da estrutura do AMRJ, no trajeto em que ele corta o bairro de Vila de Cava. Segundo o entrevistado, nessa reunião

Eles falaram que não tinha como fazer uma passagem, que eles chamam de passagem de burro, né. Que é uma passagem pequena, só para passar carros pequenos. Aí eu falei: - As pessoas de lá querem acesso ao centro de Vila de Cava. Porque o centro comercial é ali. Conversa vai, conversa vem. Os dois vereadores, na cabeça deles os acessos para o centro de Vila de Cava iriam valorizar os imóveis. Aí eu falei: - Meu amigo, você tá equivocado. Você está querendo trazer transtorno para Vila de Cava. Começamos a negociar. Então o que foi feito? Tiraram esses dois acessos para construir as passarelas. Tinha eu e mais duas representantes da associação. Esses acessos não são necessários para o centro de Vila de Cava. Até mesmo porque vai facilitar a questão da violência (JS, jan. 2018).

De acordo com JS, a participação da associação foi crucial neste momento da negociação, segundo seu representante, a associação, ou melhor, o fato de os moradores estarem organizados, trouxe uma mudança significativa no tratamento entre as partes. Se por um lado, as remoções não cessaram, por outro, os assédios e coações diminuíram consideravelmente, pois, os representantes da obra compreenderam que os moradores estavam minimamente amparados.

**Figura 10:** Passarela da Rua Maria Custódia

Fonte: Google Maps<sup>12</sup>.

Sobre as reuniões da associação, JS diz que,

Eram feitas todos os meses, ou para prestar contas, porque tínhamos lá uma contribuição, cada um dava uma contribuição de três ou cinco reais, ou para passar os informes dos processos, do que estava acontecendo. Com os encaminhamentos das reuniões conseguimos resolver bastante coisa mas ficou muito coisa pendente ainda. (JS, jan. 2018).

Porém, na avaliação de JS, nos dias de hoje,

A participação do pessoal já parou, não tinha sentido mais continuar. A associação era composta de dois grupos: o grupo que estava tentando rever a discussão dos processos administrativos que não foram pagos, e o outro grupo, que já tinha as ações judiciais. Esse grupo das ações judiciais eu estou acompanhando. O outro grupo ficou o CDHNI através da MF e do JD. Lá eles já tinham noção do que iria acontecer, mas você não tem como chegar para o povo e dizer que não adianta tentar brigar porque é causa perdida, você tenta, até por que a legislação diz que existe essa possibilidade. Só que o entendimento dos senhores excelentíssimos magistrados semideuses é um pouco diferente. Hoje eu estou tocando, na medida do possível, os processos judiciais das pessoas que estão para receber. Já consegui a liberação de uns três, quatro processos, mas ainda tem uns dez travados, inclusive o meu que sou advogado. (JS, jan. 2018.)

Além de conceder a entrevista, JS possibilitou o encontro com outros moradores, que participam das reuniões da associação. Com o contato de JS, a pesquisa pôde contar com o depoimento de mais três moradores impactados

<sup>12</sup> Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/place/Igreja+S%C3%A3o+Sebasti%C3%A3o/@-22.6819523,-43.4521404,656m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9969aaccbf9f9d:0xc45159f49d087e3d!8m2!3d-22.682177!4d-43.446791>> Acesso em: 29 jul. 2018.



pelo AMRJ, utilizando um questionário semiestruturado, Dona MC, Seu SE e Dona DE<sup>13</sup> concederam os depoimentos a seguir:

Seu SE – Eu sou morador do local há 45 anos. No mesmo local eu moro desde 1972. Lá morávamos seis famílias, eu era a sétima. Seis casas foram desapropriadas e só pagaram o terreno. Eu não soube se alguém chegou a ir para esse tal de depósito, mas a opressão era essa mesmo. Chegavam lá e falavam dessa maneira, na minha casa eles não chegaram a falar, mas para os meus familiares falaram: - Se vocês não saírem até tantas horas nós vamos passar com a máquina por cima! Mas como eu não sou muito leigo, eu falava: - Isso aqui não pode. Mas para isso você tem que resistir. Uma irmã ficou com medo é claro. Uma senhora dentro de casa com a família não sabe como reagir. Então a gente foi oprimido, mesmo. A minha família saiu de lá com o direito só da benfeitoria da casa, pagaram abaixo do valor de mercado, muito abaixo. Eu me lembro de uma família que morava em Bom Jardim e eles deram cinco mil reais pela casa, com uma pessoa doente dentro de casa (SE, jan. 2018).

Dona MC - Não tem nem um mês que eu encontrei uma vizinha que morava e frente a minha casa. Ela saiu primeiro e recebeu doze mil reais. Ela falou que paga aluguel, pois não encontrou terreno barato e estava no aluguel até hoje. A minha casa era muito bonita. Então eu pensei. Vou receber um bom dinheiro, que dá pra gente comprar o nosso cantinho. Foi engano, ainda tenho dinheiro para receber. Inclusive, antes de eu receber, bateram duas mulheres e um homem do DER e falaram assim: - Você vai esperar para receber e vai demorar. Não tem tempo certo para você receber. Ele já estava com os papéis e caneta. E agora, o que eu faço? É melhor eu arrumar um cantinho pra mim. Aí eu aceitei aquele valor, eles foram embora e até hoje eu não recebi (MC, jan. 2018).

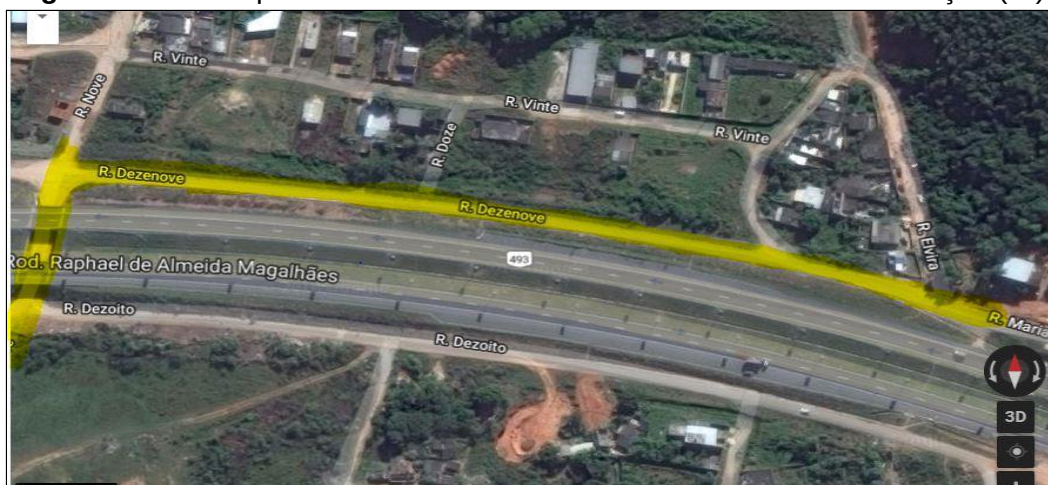
Dona DE - Meu grande dilema é esse, no momento da implosão ficaram muitas pedras do lado da nossa casa para poder construir a pista. Implosão, né. Nossa casa foi danificada, porque tem terceiro andar, terraço. Eu me senti muito prejudicada. Eu fiz um pouquinho hoje, um pouquinho amanhã, porque sabe como é. A gente vive de salário mínimo. Eles fizeram uma PI<sup>14</sup> para gente passar. Aí tinha a tal da PI que era mais ou menos a 800 metros de onde a gente mora. E qual era o objetivo dessa PI? A gente mora em Vila de Cava, e teria que passar por essa PI, e entrar no bairro Santa Rita pra comprar um pão. Isso mexeu muito comigo, minha alergia piorou e hoje eu não sou mais a mesma. Não tenho mais a mesma alegria. Ficou assim, seis casas e a minha casa separada. Meia dúzia de vizinhos na parte de baixo. Em Sampaio<sup>15</sup> fizeram uma PI, o povo tinha que pagar um real para passar. Quando o povo não tinha, tinha que ter quando voltasse. Tinha gente que apanhava, batiam nos homens porque eles queriam o pedágio da PI (DE, jan. 2018).

<sup>13</sup> Entrevista realizada com os moradores: SE e DE e MC no dia 13/01/2018.

<sup>14</sup> De acordo com o RIMA do AMRJ foram previstos três tipos de soluções de interseções com as vias e estradas hoje existentes. DE se refere a interseção tipo 1 de Circulação Local, Restringindo o Acesso à Nova Rodovia, como mostra figura ilustrativa.

<sup>15</sup> Bairro de Sampaio, próximo a Vila de Cava.

**Figura 11:** Destaque da rua em frente à casa de DE e SE até a interseção (PI)



Fonte: Google Maps (2018)<sup>16</sup>

No CDHNI, depois de alguns meses, foi possível entrevistar a advogada MF, que, junto ao advogado JD, foram os responsáveis por organizar as primeiras reuniões com os moradores no salão da Paróquia São Sebastião, em Vila de Cava. A seguir, apresentamos trechos da entrevista feita, por meio de um questionário semiestruturado, com MF<sup>17</sup> a representante do CDHNI.

*De que forma o CDHNI ficou sabendo das remoções em Vila de Cava?*

MF: Era como um apoio. Nós ajudávamos a movimentar os processos, mas os processos eram da associação de moradores, dessa associação que foi criada para essa situação. Participávamos das reuniões quando as reuniões eram lá. Tiveram algumas reuniões aqui, mas não que a gente puxasse.

*Quando surgiu a associação?*

MF: A associação começou a surgir quando houve a resistência. Pelo o que recorde foi a resistência de alguns que tiveram que ajuizar ações. Juntos eles seriam mais fortes e aí eles pedem o apoio do CDH, pq até então a gente nem sabia dessa situação que estava acontecendo e aí muitos já tinham recebido essas indenizações irrisórias, muitos estavam ainda nas negociações.

*O que mais lhe chamou atenção na situação dos moradores e como o CDHNI atuou?*

MF: Era muito gritante a questão da diferença entre as indenizações. Gente que recebia mil e poucos reais e eram meio que coagidas a receber esse valor e ir embora. Depois eles ficaram sabendo de pessoas que recebiam vinte mil, outros recebiam cinquenta mil. Então, assim, não tinha um parâmetro, né? Chegavam lá

<sup>16</sup> Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/place/Igreja+S%C3%A3o+Sebasti%C3%A3o/@-22.6819523,-43.4521404,656m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9969aacbf9f9d:0xc45159f49d087e3d!8m2!3d-22.682177!4d-43.446791>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

<sup>17</sup> Entrevista realizada com a representante do CDHNI, MF em 13/03/2018.

ameaçavam. Ficavam dizendo que eles não iam receber nada, que eles tinham que sair de qualquer jeito. As pessoas sem instrução, sem conhecimento, ficavam com medo e saíam. Depois se descobriu que não era assim. Quem mais resistiu tinha possibilidade melhor de negociar. Por isso que eles procuraram o Centro de Direitos Humanos. É um histórico nosso essas situações de direito à moradia, de luta pela terra e de tentar ajudar as pessoas a regularizar a situação de posse. A gente entrou no circuito para apoiar a associação e ajudar na medida do possível (MF, jan. 2018).

*O CDHNI ajudou a organizar as reuniões. Quantas famílias iam às reuniões?*

MF: A nossa ajuda foi mais nesse sentido na verdade. Com certeza eles têm atas, pois a coisa era muito organizada tinha lista de presença tudo certinho. As assembleias eram muito organizadas e eram mais ou menos umas 35 famílias. (MF, jan. 2018).

*Para onde foram os moradores que foram removidos?*

MF: Muita gente foi viver de ajuda de parentes, porque não tinha como é muito complicado. E aí para as pessoas ainda tem essa questão do dano moral, porque a pessoa sofreu, não é só a questão material além de tudo você não consegue recuperar nem o que você investiu ali na sua moradia, você comprou a sua moradia, você construiu a sua moradia e você não recebe nada (MF, jan. 2018).

*Nessas reuniões em que você participou, qual era a maior queixa das famílias?*

MF: Pensa você ter que sair da sua casa de hoje para amanhã. Uma casa que, muitas das vezes, você comprou com sacrifício e, quando não compra, a família cede um pedaço para você ir construindo. As famílias, a grande maioria delas, não tinha um poder aquisitivo alto. Então, você vai sair para onde? Tudo bem vai ser difícil. Eu vou ter que me adaptar num novo local. Vou sair de perto da minha família, vou sair de perto daqueles laços que eu criei, mas eu vou construir, vou comprar uma outra coisa. Não, você não vai comprar. Porque o valor que você recebeu não dá condições de você comprar. Enfim, quem ainda tinha algum parente com algum pedaço disponível para utilizar e fazer alguma coisa para não ficar na rua poderia contar com isso. Mas e quem não? (MF, jan. 2018).

*Qual o balanço que você faz do episódio das remoções?*

MF: Foi uma violação grotesca mesmo. As pessoas choravam muito, foi desesperador. O AMRJ está abandonado, não tem nada, só tem perigo. Quando se fala do capital, seja do Estado ou das grandes empresas, não há quem fale ao contrário, se não formos nós da base, não tem quem brigue por quem tá lá, pequenininho, a verdade é essa. O juiz recebe o auxílio moradia dele, ele vai estar preocupado? O que a mãe com sete filhos vai fazer da vida dela? As outras estradas, como a Linha Vermelha, tem movimento, tem moradores, batalhão e você pode pedir ajuda. E no AMRJ, tem o quê? Não tem nada (MF, jan. 2018).

Dito isso, podemos concluir que, no caso da Baixada Fluminense, a ação da Igreja Católica, principalmente, por meio das Comunidades Eclesiais de Base,

foi fundamental no processo de mobilização urbana, pois, por meio do trabalho com as comunidades, surgiram apontamentos no sentido de construir melhores caminhos para que esses grupos conseguissem elaborar reivindicações populares e produzissem uma postura crítica em uma realidade social marcada por processos de desigualdade.

De acordo com Ponte (2018),

As Comunidades Eclesiais de Base tiveram um papel importante na mobilização popular, pois eram constituídas de pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia, na qual se desenvolviam, além da motivação religiosa, atividades de cunho social, na organização dos movimentos populares, sempre posicionando-se ao lado dos oprimidos. É nesse contexto que a capacidade dos movimentos populares de ler e de interpretar a realidade na qual estão inseridos se amplia (Ponte, 2018 p. 57).

Assim como, o movimento das Associações de Moradores, que, com o intuito de ampliar a sua organização e pressão junto ao poder público, ajudou a desenvolver nas comunidades um mecanismo de ação sobre o capital humano, a partir de sua existência comunitária, estimulando o próprio povo a participar do planejamento e da realização de programas destinados a elevar o padrão de suas vidas por meio de esforços somados entre o povo e o governo (Guilherme, 2012).

## 5

### Considerações Finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a compreensão dos impactos sofridos pela população do bairro de Vila de Cava, decorrentes da obra de abertura do Arco Metropolitano Rio de Janeiro. Além disso, também permitiu, por meio da pesquisa de campo, investigar as formas de mobilização política dos moradores de Vila de Cava contra as remoções, bem como identificar as coações e assédios sofridos pelos moradores graças ao processo de remoções ocasionadas por esta obra.

De um modo geral, abordamos, no capítulo que dá início ao trabalho, o conceito de direito à moradia, fato que nos auxiliou na compreensão e nos deu elementos de estudo para a melhor discussão do tema abordado ao longo da pesquisa. Procuramos, ainda neste capítulo, entender, pelo contexto histórico, o comportamento das políticas urbanas e de habitação nas últimas décadas, principalmente, no que concerne aos processos de remoção ocorridos nos últimos anos, para isso, nos utilizamos de vasta literatura acadêmica, que se dirige a esse tema, desde a década de 1970. Esta opção nos ajudou a compreender, especialmente, a importância do “mercado imobiliário”, na questão urbana e habitacional, no estado do Rio de Janeiro, bem como este vem influenciando, ainda hoje, as políticas urbanas e de habitação.

A seguir, no mesmo capítulo, procuramos estabelecer uma caracterização da região da Baixada Fluminense a partir dos seus aspectos históricos, políticos e econômicos, da sua caracterização espacial, assim como sua integração com a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, para que pudéssemos, além de apresentar as principais características do lócus da pesquisa, delimitar nosso recorte espacial. Em virtude dos fatos mencionados, essa opção facilitou, em termos, a ida ao campo de estudo, visto que, realmente, os casos de remoção eram aparentes em outras localidades no traçado da via.

Em seguida, em capítulo dedicado ao Arco Metropolitano, enfatizamos desde os aspectos históricos, políticos e econômicos que levaram à criação da estrada à importância estratégica da via para integração de espaços considerados vazios no entorno de seu traçado. Em vista dos argumentos apresentados no capítulo, podemos compreender que, apesar do discurso de que o Arco Metropolitano traria melhorias à população, no momento, o que se

pode perceber é que, mesmo sendo um grande projeto logístico para a RMRJ o AMRJ é, hoje em dia, uma via ainda subutilizada, pois, boa parte dos objetivos de sua construção ainda não foram atingidos, pelo contrário, a obra como visto neste capítulo, trouxe desapropriações e violações de direitos e não as benesses propagadas. Por fim, nesse capítulo, abordamos, especificamente, os impactos do AMRJ sob a cidade de Nova Iguaçu e o bairro de Vila de Cava, com o intuito de delimitar a área de estudo e demonstrar, de forma introdutória, as especificidades do processo de remoção dos moradores do AMRJ.

No capítulo final, nos preocupamos em identificar na legislação vigente pressupostos que confirmassem nossa hipótese de que houve violação de direitos no processo de remoção, ocorrido em Vila de Cava, para tal, utilizamos os Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como o Plano Diretor de Nova Iguaçu. Dessa forma, podemos perceber que, apesar da mobilização política dos moradores de Vila de Cava contra as remoções, esta se mostrou eficiente em alguns dados momentos, porém, devido a pouca informação por parte de alguns moradores, assim como a falta de atuação ou, em muitos casos, a atuação em favor das grandes empreiteiras por parte dos órgãos públicos, a capacidade de mobilização e resistência foi sendo perdida. De acordo com o que pode ser percebido nas entrevistas, com o tempo os moradores de Vila de Cava, mesmo os mais organizados, foram desistindo da participação local, restando apenas as consideradas lideranças do movimento.

Em vista dos argumentos apresentados, percebe-se que a população do bairro de Vila de Cava foi impactada pela abertura da estrada do AMRJ. A hipótese de que à época do processo de desapropriação dos moradores tenham ocorrido episódios de assédio e coações por parte dos representantes do governo e das empreiteiras também se confirmou pelo que se pode apurar pelas entrevistas realizadas.

O processo de participação dos moradores teve seu momento mais pujante enquanto os mesmos se reuniam constantemente e contavam com apoio de lideranças e assessoria do Centro de Direitos Humanos. Atualmente, a associação de moradores atingidos pelo AMRJ realiza reuniões esporádicas, contando com a presença de poucas lideranças e com o intuito de fazer a prestação de contas e acompanhar os processos abertos para a revisão das indenizações, esbarrando nas inúmeras dificuldades descritas ao longo da pesquisa que caracterizaram o processo de articulação desses moradores.

## Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental**. Estud. av., São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142010000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142010000100010)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

ARAÚJO, F. F.; PFEIFFER, C. R. **Empresariamento urbano: concepção, estratégias e críticas**. In: CODE 11. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo7.pdf>>. Acessado em: 16 jun. 2017.

BARROS, A. M. F. B.; CARVALHO, C. S.; MONTANDON, D. T. **O Estatuto da Cidade comentado (Lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001)**. In: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. O Estatuto da Cidade: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades; Aliança das Cidades, 2010.

BASSUL, J. R. **Estatuto da cidade: a construção de uma lei**. In: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. O Estatuto da Cidade: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades; Aliança das Cidades, 2010. p. 71.

BLANK, Gilda. **Brás de Pina: experiência de urbanização de favela**. In: VALLADARES, L. P. (Org.). Habitação em Questão: Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. p. 93.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**. DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Manual para atividades ambientais rodoviárias**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/manuais/documentos/730\\_manual\\_atividades\\_ambientais\\_rodoviarias.pdf](http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/manuais/documentos/730_manual_atividades_ambientais_rodoviarias.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4380.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.025, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6025.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002254/225430POR.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRITO, J. **Rãs em extinção procriam em trecho do arco metropolitano**: ações de engenharia ambiental contribuem para evitar fim da espécie. [Atualizado em 26 jan de 2016]. Disponível em: <[http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo;jsessionid=CA6C01E4EB84FBF3783AE01A9A97FD1E.lportal2?p\\_p\\_id=exibeconteudo\\_INSTANCE\\_2wXQ&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=pop\\_up&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-4&p\\_p\\_col\\_count=1&exibeconteudo\\_INSTANCE\\_2wXQ\\_struts\\_action=%2Fext%2Fexibeconteudo%2Fview&exibeconteudo\\_INSTANCE\\_2wXQ\\_groupId=103138&exibeconteudo\\_INSTANCE\\_2wXQ\\_articleId=2712853&exibeconteudo\\_INSTANCE\\_2wXQ\\_viewMode=print](http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo;jsessionid=CA6C01E4EB84FBF3783AE01A9A97FD1E.lportal2?p_p_id=exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ&p_p_lifecycle=0&p_p_state=pop_up&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-4&p_p_col_count=1&exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_struts_action=%2Fext%2Fexibeconteudo%2Fview&exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_groupId=103138&exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_articleId=2712853&exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_viewMode=print)>. Acesso em: 29. 2018.

CÂMARA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. **Dados gerais**. [s.d]. Disponível em: <<http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/dadosGerais.asp>>. Acesso em: 03 jul. 2018. A.

CÂMARA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. **Rãs em extinção procriam no Arco Metropolitano**. [s.d]. Disponível em: <<http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/noticia.asp?id=95>>. Acesso em: 29 jul. 2018. B.



CÂMARA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. **Estrutura**. [s.d]. Disponível em: <<http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/atribuicoes.asp>>. Acesso em: 19 jul. 2018. C.

CÂMARA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. **Meio ambiente e moradia: discutindo o déficit habitacional a partir do caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 9., 1998, Caxambu. População e Meio Ambiente [Caxambu, s. n.].

CARNEIRO, P. R. F. **O Arco Metropolitano e o futuro da Baixada Fluminense**. [s.d.]. 4 p. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/arco\\_metropolitano\\_paulo\\_carneiro.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/arco_metropolitano_paulo_carneiro.pdf)>. Acesso em: 06. Jun. 2018.

CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. **O Estatuto da Cidade: comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades; Aliança das Cidades, 2010.

CASTRO, D. G.; GAFFNEY, C.; NOVAES, P. R.; RODRIGUES, J.; SANTOS, C. P. S.; SANTOS JUNIOR, O. A. **O projeto olímpico na cidade do Rio de Janeiro: reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade**. In: SANTOS JUNIOR, O. A. S.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L.C.Q. (Org.). Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. p. 409.

CEPERJ. CENTRO DE ESTATÍSTICAS, ESTUDOS E PESQUISAS. **Estado do Rio de Janeiro - regiões de governo**. Quinta, 23 de agosto de 2018. Disponível em: <[http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info\\_territorios/divis\\_regional.html](http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html)>. Acesso em: 06 jun. 2018.

CRUZ, C. **Moradores reclamam dos baixos valores de indenizações oferecidas em áreas do Arco Metropolitano**. Extra, Rio de Janeiro. [06 set. 2011]. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/moradores-reclamam-dos-baixos-valores-de-indenizacoes-oferecidas-em-areas-do-arco-metropolitano-2593199.html>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

CUNHA, N. V. **O “modelo Barcelona” em questão: megaeventos e marketing urbano na construção da cidade-olímpica**. O Social em Questão, Rio de Janeiro, ano 16, n. 29, p. 325-330, 2013. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/15artigo29.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

CUSTÓDIO, A. **Uma estrada no caminho de 50 famílias de Nova Iguaçu**. Extra, Rio de Janeiro. [18 jan. 2012]. Disponível em:

<<https://extra.globo.com/noticias/rio/uma-estrada-no-caminho-de-50-familia-s-de-nova-iguacu-3698903.html>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

JUSBRASIL. **DESAPROPRIAÇÕES DO ARCO METROPOLITANO EM PAUTA NO TJRJ** [2012]. Disponível em: <https://tj-rj.jusbrasil.com.br/noticias/3104792/desapropriacoes-do-arco-metropolitano-em-pauta-no-tjrj>>. Acesso em: 22 maio 2018.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Pastorais e Movimentos Diocesanos**. [Atualizado em julho de 2016]. Disponível em: <<http://www.mitrani.org.br/pastorais.html>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

EBC. Empresa Brasil de Comunicação. **GOVERNO DO RJ LANÇA CAMPANHA “A REFINARIA É NOSSA**. Empresa Brasil de Comunicação, Brasília. [02 jan. 2003]. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-01-02/governo-do-rj-lanca-campanha-refinaria-e-nossa>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

FIRJAN. **Avaliação dos impactos logísticos e socioeconômicos da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 07, [jul. 2007]. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908A8F4EB14A4C014EB71E74C0163B&inline=1>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

FREIRE, L. L. **Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro**. O Social em Questão, Rio de Janeiro, ano 16, n. 29, p. 101-128, 2013. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/5artigo29.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

FREITAS, C. **Dilma Rousseff inaugura primeiro trecho do Arco Metropolitano**. Em 2007, Lula assinava no Rio de Janeiro com o governador Sérgio Cabral o que o Palácio Guanabara orçava em R\$ 850 milhões, e que hoje foi dado para esse mesmo trecho R\$ 1,9 bilhão. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 01 jul. 2014. Disponível em: <http://www.jb.com.br/especial-1-julho/noticias/2014/07/01/dilma-rousseff-inaugura-primeiro-trecho-do-arco-metropolitano/>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Palas; EPUC-Rio, 2013.

GONÇALVES, R. S; MAGALHÃES, A. F; SIMÕES, S. S. **Grandes eventos, múltiplos impactos, grandes mobilizações**. O Social em Questão, Rio de Janeiro, ano 16, n. 28, p. 9-20, 2013. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/1apresentacao29.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GUILHERME, Rosilaine Coradini. **Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica**. Emancipação: Ponta Grossa. 12(1):131-141, 2012. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ITABORAÍ (RJ). **Histórico**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/itaborai.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/341518846/KOWARICK-Lucio-a-Espoliacao-Urbana>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MASCARENHAS, G. **Brasil: impactos da copa do Mundo e das Olimpíadas**. In: SANTOS JUNIOR, O. A. S.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L.C.Q. (Org.). Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. p. 07.

MARICATO, E. **O Estatuto da cidade periférica**. In: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. O Estatuto da Cidade: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades; Aliança das Cidades, 2010.

MODELAR A METRÓPOLE. **Histórico e legislação**. Disponível em: <<http://www.modelarametropole.com.br/rmrj/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Câmara Metropolitana**. Disponível em: <<http://modelarametropole.sv.com.br/rmrj/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

MORAES, M; NAME, L; NACIF, C. L.. **Sobre centralidades, escalas e o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: análise a partir dos municípios emancipados de Nova Iguaçu**. In: TÂNGARI, V. R.; REGO, A. Q.; MONTEZUMA, R. C. (Org.). O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2012. p. 126.

NOVA IGUAÇU. Prefeitura Municipal. Lei complementar n. 006 de 12 de dezembro de 1997. “Revisa o Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu e dá outras providências”. Disponível em: <<http://www.novaiguacu.rj.gov.br/wp/wp-content/uploads/2017/10/lei-compl-ementar-006.doc>>. Acesso em: 21. jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Le in. 4.092, de 28 de junho de 2011. “Institui o Plano Diretor Participativo e o Sistema de Gestão Integrada e Participativa da Cidade de Nova Iguaçu, nos termos do Artigo 182 da Constituição Federal, do Capítulo iii da Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 - Estatuto da Cidade e do art. 14, § 3º da Lei Orgânica da Cidade de Nova Iguaçu”. Disponível em:

<<http://www.cmni.rj.gov.br/site/legislacao-municipal/plano-diretor/plano-dir-etor-republicacao-em-06-06-12-2-31.pdf>>. Acesso em: 21. Jan. 2018.

O GLOBO. **ARCO METROPOLITANO É VÍTIMA DE DESCASO COM ZONEAMENTO**. Rio de Janeiro. [01 abr. 2016]. Opinião. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/arco-metropolitano-vitima-de-descaso-co-m-zoneamento-15747776>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

OLIVEIRA, B. J. **Capitalismo periférico e universalização de direitos no Brasil: uma relação impossível**. SER Social, Brasília, v. 17, n. 37, p. 481-497, jul.-dez./2015. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/19038/13581](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/19038/13581)>. Acesso em: 29 jul. 2018.

OLIVEIRA, F.J.G. **Território, estado e políticas territoriais**: análise das políticas de gestão do território e da recente expansão/ reconcentração econômica nos espaços metropolitanos. Scripta Nova- revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, ano 18, n. 43, 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit//sn/sn-493/493-43.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

OLIVEIRA, L. D. **A emergência da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva**. Espaço e Economia, São Gonçalo, ano 4, n. 7, 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/1814>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

PENNA, A. **Megaeventos esportivos no Brasil: raias abertas para a corrida do capital**. O Social em Questão, Rio de Janeiro, ano 16, n. 29, p. 209-234, 2013. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/9artigo29.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

PONTE, Monica de Souza. **O processo de participação social na Baixada Fluminense: uma análise do Projeto Iguaçu, sob o olhar do Serviço Social**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

RIMA. **Projeto de Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro BR-493/RJ-109.** 2007. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/download/planejamento-e-pesquisa/meio-ambiente/acoes-e-atividades/estudos-ambientais/br-493-rj/br-493-rj.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.

SANTOS, C. N. F. **Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros.** In: VALLADARES, L. P. (Org.). *Habitação em Questão.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 2. Ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS JÚNIOR, O. A. S.; MONTANDON, D. T. (Org.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas.** Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Cidades IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS JÚNIOR, O. A. S.; SILVA, R. H.; Sant'Ana, M. C. **Introdução.** In: SANTOS JÚNIOR, O. A. S.; MONTANDON, D. T. (Org.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas.** Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Cidades IPPUR/UFRJ, 2011.

SIMÕES, M. R. **A cidade estilhada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense.** Mesquita: Entorno, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense.** Mesquita: Entorno, 2011.

SOUZA, R. S. **Sobre o poder na Baixada Fluminense: o exemplo do município de Nilópolis/RJ.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24940/24940\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24940/24940_1.PDF). Acesso em: 29 jul.2018.

SOUZA, T. R. **O papel da ideologia na expansão urbana: a questão econômica e os impactos socioambientais do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TÂNGARI, V. R.; REGO, A. Q.; MONTEZUMA, R. C. (Org.). **O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação.** Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2012.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. **Desapropriações do Arco Metropolitano em pauta no TJRJ.** [2012] Disponível em: <<https://tj-rj.jusbrasil.com.br/noticias/3104792/desapropriacoes-do-arco-metropolitano-em-pauta-no-tjrj>>. Acesso em: 22 maio 2018.

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. **Desafios da questão urbana na perspectiva do direito à cidade.** In: FERREIRA, R. F. C. F.; BIASOTTO, R. C. Caderno didático: políticas públicas e direito à cidade: política habitacional e o direito à moradia digna: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/caderno\\_didatico02.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/caderno_didatico02.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2018.

VALLADARES, L. P. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1978.

VALLA, V. V. (Org.). **Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1945-1985.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1986.

**VÍTIMAS da construção do progresso!!!** Produzido pelo Centro de Direitos Humanos Dom Adriano. 2012, 9 min. 44 s., sonoro, colorido. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rfoxi2JwTm4&t=7s&list=FLV5tof6FsGtDJWRxNtBN60g&index=9>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

## 7 Apêndices

### 7.1 Roteiro para entrevista semiestruturada

#### DADOS PARA IDENTIFICAÇÃO

NOME:

IDADE:

#### ENTREVISTA:

- POR QUANTO TEMPO VOCÊ MOROU NO LOCAL?
- QUANTAS PESSOAS MORAVAM NA CASA?
- COMO ERA SUA CASA? (TAMANHO, N°DE CÔMODOS, QUINTAL ...)
- QUANDO E COMO ACONTECERAM OS PRIMEIROS CONTATOS COM OS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS? (DER, PREFEITURA...)
- EM ALGUMA OCASIÃO FOI OFERECIDA OUTRA ALTERNATIVA QUE NÃO FOSSE A REMOÇÃO /INDENIZAÇÃO? VOCÊ ACHOU JUSTA A INDENIZAÇÃO PAGA PELA SUA CASA?
- O LUGAR EM QUE VOCÊ MORA ATUALMENTE É PERTO DA ANTIGA CASA?
- VOCÊ, EM ALGUM MOMENTO, SE SENTIU AMEAÇADO POR ALGUM AGENTE PÚBLICO NO PERÍODO DAS NEGOCIAÇÕES? SE SIM, PODERIA RELATAR O ACONTECIDO?
- QUAIS FORAM AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS MORADORES À ÉPOCA DAS NEGOCIAÇÕES?
- QUAIS SÃO AS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO PROCESSO PEDINDO A REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO?

- COMO VOCÊ, E SUA FAMÍLIA, VEM SE ADAPTANDO AO NOVO LUGAR DE MORADIA? VOCÊS RECEBERAM ALGUM TIPO DE AJUDA NESTE PERÍODO?



## 7.2

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Em conformidade com a Resolução CNS 196/96, o presente termo destina-se a esclarecer ao participante da pesquisa intitulada: **“Direito à moradia e o processo de construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: o caso das remoções em Vila de Cava, Nova Iguaçu”** as seguintes informações.

A pesquisa se dará sob a responsabilidade do pesquisador Mauricio de Oliveira Montojos, aluno do curso de pós-graduação do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), ressaltando os seguintes aspectos:

*Objetivo: analisar as formas de mobilização política dos moradores de Vila de Cava contra as remoções, numa tentativa de identificar as violações de direitos através do processo de remoções ocasionadas pelo AMRJ.*

*Metodologia: realizar pesquisa de campo através de observação participante e de entrevistas com os moradores envolvidos, membros da Associação de Moradores local e do Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu.*

*Justificativa e Relevância: Com o intuito de que a população atingida possa se utilizar destas informações e garantir seus interesses na tomada de medidas que minimizam os prováveis impactos socioambientais, o presente trabalho visa compreender como se deram os impactos da abertura do Arco Metropolitano sobre a população removida do bairro Vila de Cava (Nova Iguaçu).*

*Garantia de esclarecimento: os voluntários participantes terão todas e quaisquer formas de esclarecimento e informações sobre a pesquisa, dúvidas, bem como da metodologia da pesquisa adotada a todo e qualquer momento.*

*Participação Voluntária: A participação dos sujeitos da pesquisa no projeto é voluntária e livre de qualquer forma de remuneração e que o mesmo pode retirar seu consentimento em participar da pesquisa a qualquer momento.*

*Consentimento para participação: Eu estou de acordo com a participação no estudo descrito acima. Eu fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa e aos procedimentos. Os pesquisadores me garantiram disponibilizar qualquer esclarecimento adicional a que eu venha solicitar durante o curso da pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que a minha desistência implique em qualquer prejuízo à minha pessoa, sendo garantido anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação, se assim eu achar necessário, bem como, de que a minha participação neste estudo não me trará nenhum benefício econômico.*

Eu, \_\_\_\_\_

Aceito livremente participar do estudo intitulado **“Direito à moradia e o processo de construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: o caso das remoções em Vila de Cava, Nova Iguaçu”**, desenvolvido pelo pesquisador

Mauricio de Oliveira Montojos, autor desta pesquisa, para o trabalho  
**Dissertação de Mestrado.**

Mestrando: Maurício de Oliveira Montojos

Professor (a) Orientador (a): Prof.º Dr.º. Rafael Soares Gonçalves